



**DO
TRANSE
À
VERTIGEM**

Ensaio sobre
bolsonarismo
e um mundo
em transição

RODRIGO NUNES



**DO TRANSE À VERTIGEM:
Ensaio sobre bolsonarismo e um
mundo em transição**

Rodrigo Nunes

ubu

*Para Tião, Mati, Hannah, Flora, Stela, Antônio, Rosa (todas as três),
Antonia, Violeta, Bento, Sarah, José, Nuno, Dora, Clara, Maya,
Nina, León, Tomás, Mai, Tom, Miguel, Letícia, Raduan, Lourenço,
Iolanda, Madalena, Lis, Liz, Agnes, Livy, Clarice...*

Herdeiros da coragem que saibamos ter.

INTRODUÇÃO

Os ensaios reunidos neste livro foram escritos entre setembro de 2019 e fevereiro de 2022, cobrindo, portanto, um período de dois anos e meio, que coincidiu tanto com a maior parte do mandato presidencial de Jair Bolsonaro como com o início e (esperamos) o auge da pandemia da covid-19. Sua gestação, no entanto, foi um pouco mais longa e complexa. O germe de algumas das ideias desenvolvidas aqui já estava comigo pelo menos desde a campanha eleitoral de 2018, quando os eventos no Brasil me apanharam na costa leste dos Estados Unidos, durante uma temporada na Brown University, aonde eu havia ido para trabalhar em outro livro.¹ A produção deste último, que me manteria ocupado até o início de 2020, me impediria de dar vazão a boa parte destas ideias no calor da hora.

Essa relativa distância das polêmicas do dia a dia resultava em um modo diferente de perceber o momento como um todo e, particularmente, o fenômeno do bolsonarismo. Por trás de cada gesto, fala ou medida do novo governo, o que me interessava era entender o pano de fundo das dinâmicas de mais longa escala em que eles se encaixavam. Com isso, o que se insinuava era a oportunidade – e o desafio – de construir o bolsonarismo, a ascensão global da extrema direita e as polarizações políticas da última década como objetos de estudo complexos, multifacetados, compostos de diferentes dimensões e temporalidades, sem a pretensão de encontrar soluções imediatas ou grandes chaves gerais a partir das quais explicá-los.

Se esta reflexão aparece com algum atraso em relação a outros livros que buscaram oferecer respostas mais diretas e tempestivas,

não creio que essa demora implique uma perda de urgência. Uma derrota do bolsonarismo nas urnas não o fará desaparecer, e menos ainda as condições que têm alimentado a extrema direita no Brasil e no mundo. Aquilo que estamos vivendo tem raízes suficientemente profundas para que uma simples mudança de orientação política no topo não baste para mudar o que ocorre na base da sociedade, e um possível sucesso da esquerda será apenas o início de um período em que não só as condições serão menos favoráveis do que foram vinte anos atrás, como haverá muito mais em jogo. Uma análise que tenta dar conta de diferentes níveis e escalas talvez possa revelar-se, então, como um guia útil para esse período.

Embora escritos em ocasiões diferentes, conforme as oportunidades se apresentavam, a maioria dos ensaios reunidos aqui são como partes de um único texto que, na impossibilidade de ser escrito de maneira contínua, foi existindo aos poucos, como que extraído de um fluxo maior. O primeiro capítulo, em particular, é uma espécie de mapa geral ou hipertexto do qual os três capítulos seguintes são zonas em detalhe, links nos quais se pode clicar para se aprofundar um pouco mais em um ou outro tema. Assim, por exemplo, o capítulo 1 conclui falando do negacionismo como um fator afetivo central do nosso tempo, um componente essencial de nosso estado anímico coletivo; e é justamente sobre esse tema, e sua relação com as fantasias mobilizadas pela extrema direita, que o capítulo 2 se debruça. Do mesmo modo, o capítulo 4 desenvolve a ideia da relação entre bolsonarismo e empreendedorismo, e do bolsonarismo como fenômeno em si mesmo empreendedorístico, esboçada no primeiro.

Já a relação do capítulo 3 com os demais é um pouco diversa. Por um lado, trata-se do único texto reunido aqui que está mais diretamente ligado a um evento específico: a performance de inspiração nazista que encerrou a breve passagem do secretário da Cultura Roberto Alvim pelo governo Bolsonaro, no longínquo mês de janeiro de 2020. Por outro lado, o artigo explora uma relação implícita com o ensaio de abertura, já que a figura do *troll* concentra em um complexo várias das condições afetivas às quais aquele faz

alusão (dissociação, dessensitização), e seu emprego tático depende não apenas de certa infraestrutura comunicacional mas também de dinâmicas (de captura da atenção, de formação de *in-* e *out-groups*, de “memeficação” da realidade) cuja influência sobre nossa “noosfera” – para retomar a expressão de Deleuze e Guattari recuperada por Maurizio Lazzarato – foi generalizada pelo ambiente altamente midiático em que vivemos. Se o nexo entre os dois textos ficou menos evidente, isso foi menos por desígnio que pela pressão externa do acaso. Não tendo encontrado uma boa maneira de expandir o terceiro capítulo de modo a transformá-lo em uma análise mais ampla de como a web 2.0 alterou as condições estruturais e subjetivas em que fazemos política e nos relacionamos uns com os outros, optei por retocá-lo minimamente, deixando este objetivo mais amplo para outra oportunidade.

Tais relações ajudam a explicar, também, a organização temática do livro e o fato de que ele começa *in medias res*, discutindo o bolsonarismo, para depois recuar progressivamente no tempo. Assim, o capítulo 5 discute a questão da “polarização” política, tópico onipresente no período entre a campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff e as eleições de 2018, fazendo uma genealogia do uso desse termo para propor outro diagnóstico do problema que ele designa. O capítulo 6, que dá nome ao livro, aborda, pela via indireta da comparação entre a filmografia recente e aquela provocada pelo golpe de 1964, a reação da esquerda brasileira à chicana parlamentar que derrubou a presidente petista em 2016, identificando um sintomático mal-entendido na comparação entre os dois períodos. Finalmente, o capítulo 7 remonta a Junho de 2013 a fim de investigar o grande enigma da política brasileira da última década: o que aconteceu para nos levar, no curto espaço de cinco anos, do maior movimento de massas desde a redemocratização a uma contraofensiva brutal da classe dominante assistida sem reação por muitos – e entusiasticamente apoiada por outros tantos?

O que essa organização temporal regressiva faz é expandir, lateral e verticalmente, o objeto delineado nos capítulos iniciais,

preenchendo-lhe o contexto sincrônico e diacrônico, situando os *outros* com que o bolsonarismo interage (a esquerda, o “centro” liberal) e identificando os processos por meio dos quais esses diferentes polos, suas identidades e estratégias, foram se constituindo ao longo da última década. Mas esse movimento retrospectivo é também um recurso que permite um redirecionamento para o futuro. Primeiro, no sentido de assumir uma posição definida diante da pergunta mais importante quando a discussão é 2013 e seus desdobramentos: era *necessário* que tudo desse no que deu? Essa questão é fundamental na medida em que sua resposta determina os limites daquilo que imaginamos ser politicamente possível, e se havia algo que poderia ter sido feito para que as coisas tomassem outro rumo. Responder à pergunta na negativa – o resultado efetivamente negativo era evitável – implica automaticamente abrir cenários alternativos dos quais podemos, pela comparação com aquele que se realizou, extrair lições para outras situações por vir. Quem diz “poderia ter sido diferente” também diz “poderíamos ter feito outras escolhas”. No entanto, a extrema dificuldade de tirar lições de 2013 que os mais variados setores da esquerda demonstram sugere que há ali um núcleo traumático em que o pensamento trava sem conseguir avançar.

Portanto, retornar a esse ponto do passado recente também é importante porque elaborar esses traumas é condição para liberar o pensamento e a ação. E isso é essencial porque os desafios que a esquerda encontrará num possível retorno ao poder são muito distintos daqueles de duas décadas atrás – e permanecer preso à incapacidade de superar os eventos dos últimos anos, ou às certezas de um período que já se esgotou, impede-nos de encará-los como se deve. A expressão “do transe à vertigem”, que aparece no capítulo 6 em referência às diferentes reações da esquerda a duas grandes derrotas históricas, 1964 e 2016, funciona, assim, em outro sentido no contexto do livro como um todo: a passagem do *transe* do presente (negacionismo, teorias conspiratórias, sofrimento psíquico, a grande dessublimação dos desejos fascistas) à *vertigem*

de confrontar as questões ainda mais sérias e profundas que estão por trás dele.

É nessa direção futura, finalmente, que estes textos, mesmo quando se resumem a analisar aquilo que existe, pretendem apontar. Mas isso não é a única coisa que eles têm em comum; alguns temas, ideias e abordagens se mantêm constantes ao longo do livro. Para começar, há a referência a um pano de fundo compartilhado por todos os processos analisados aqui: o contexto global aberto pela crise financeira de 2008, no interior do qual tiveram lugar tanto o ciclo de protestos que se iniciou com a Primavera Árabe em 2011 como a ascensão da extrema direita. O destaque dado à Grande Recessão não deriva de um determinismo econômico simplista que supõe uma relação linear entre piora das condições de vida e aumento da mobilização social. Ele é consequência, ao contrário, do entendimento de que, para além de seus efeitos materiais imediatos, os eventos de quase quinze anos atrás inauguraram um momento histórico em que a intensificação de algumas das tendências mais deletérias do neoliberalismo coincide com uma crise de legitimidade deste último e, por extensão, de sistemas e partidos políticos que permanecem incapazes de colocá-lo em questão. É essa conjuntura mais ampla que serve para explicar por que, mundialmente, a política na última década tendeu aos extremos, desestabilizando aquilo que se constituía, desde a consolidação da hegemonia neoliberal nos anos 1990, como seu centro de gravidade “natural”. É ela, ainda, que nos ajuda a compreender o recrudescimento recente das “guerras culturais” que acompanharam a ascensão de figuras como Margaret Thatcher e Ronald Reagan nos anos 1980, e que hoje são mobilizadas pela extrema direita para defender uma forma ainda mais extrema de privatização dos riscos e de suspensão das proteções sociais contra o neoliberalismo “progressista” ou “normativo” – para tomar as expressões de Nancy Fraser e Will Davies, respectivamente – que foi dominante dos anos 1990 até 2008.

A crise de legitimidade do neoliberalismo tem um aspecto simbólico e outro material. O simbólico decorre da maneira como a

resposta estatal ao colapso financeiro, que protegeu aqueles que o causaram e transferiu os custos do resgate econômico para a população em geral, escancarou a convertibilidade do poder econômico em poder político que torna as promessas de uma ordem estritamente meritocrática e autorregulada inevitavelmente falsas. Ao contrário do que afiançava o ordoliberal alemão Wilhelm Röpke, a desigualdade não é, no fim das contas, a mesma para todos. Mas a outra coisa que 2008 expôs foi o vazio por sob os pés do sistema econômico mundial. Se a financeirização introduzida a partir dos anos 1970 foi uma tentativa de sustentar os lucros do capital e o consentimento da população num cenário em que a expansão do pós-guerra começava a se esgotar, o que a debacle do fim da década retrasada fez ver é que não só o problema de fundo continua irresoluto como a última solução encontrada para “comprar tempo”² gerou seus próprios problemas. Por um lado, a taxa de crescimento da economia global continua em queda há cinco décadas. Por outro, desde a segunda metade dos anos 1990 temos assistido ao “espetáculo extraordinário de uma economia mundial em que a continuidade da acumulação de capital passou a *literalmente* depender de ondas especulativas de dimensões históricas”,³ financiadas pela oferta de crédito barato que simultaneamente soterrou famílias e corporações em dívidas e tornou o sistema global muito mais sujeito a crises. Se não destruiu a fé nesse arranjo por completo, a revelação dessa fragilidade, a falta de uma receita alternativa para pôr em seu lugar, e o aumento do subemprego e da precarização que veio com a retomada pós-recessão não só tornaram as promessas de prosperidade futura menos críveis como demonstraram o quão facilmente elas podem ser rescindidas. Basta lembrar que, nos Estados Unidos apenas, mais de 6 milhões de famílias que haviam sido atraídas para a bolha especulativa do mercado imobiliário pela miragem da casa própria acabaram despejadas.

Essa crise de legitimidade, no entanto, não implica necessariamente um recuo do neoliberalismo. Pelo contrário, a austeridade da última década representou sua intensificação, e ainda

não está claro que o expansionismo fiscal instigado pela pandemia vá significar uma inflexão real a longo prazo. Isso se explica, em parte, pelo relativo descompasso entre instituições políticas e sociedade. Dado que a crise de legitimidade não gerou um desafio suficientemente forte à ascendência do capital financeiro e corporativo, esses setores continuam capazes de impor sua vontade à população em geral, e é justamente porque viram seu poder balançar, mas não cair, que eles agora o usam para pisar no acelerador em vez do freio. (Esse descompasso, como sugiro no capítulo 2, é uma das explicações possíveis para a popularidade da figura do zumbi na cultura popular da última década.) Mas há um outro descompasso que passa por dentro da própria sociedade ou, antes, de cada indivíduo: o abalo simbólico e material sofrido pela autoridade do neoliberalismo se encontra parcialmente cancelado pela hegemonia neoliberal no campo dos afetos – e a atenção a essa dimensão afetiva da vida social é outra das constantes neste livro.

Aquilo a que me refiro é a dimensão constituída pelos efeitos que as experiências por que passam os indivíduos produzem em seus prazeres, desprazeres e desejos, estabelecendo, ao longo do tempo, amores, ódios, medos, esperanças, objetos de repulsa e de admiração. Na medida em que afetos são produtos de interações, e as interações são sempre condicionadas (e até certo ponto fixadas e padronizadas) pelos arranjos materiais que determinam nosso lugar no mundo e por instituições como a família, a polícia e o trabalho assalariado, o afetivo nunca é simplesmente privado: ele é sempre social. Contudo, não se trata de fazer do afeto um dado bruto e imediato. Na verdade, afetos sempre se encontram numa relação circular com os sistemas (de novo, nunca meramente individuais) mediante os quais interpretamos, concatenamos e justificamos aquilo que nos acontece. A regularidade de nossas experiências produz afetos que consolidam esquemas valorativos, mas esses esquemas valorativos podem continuar operando mesmo quando elementos da experiência vivida começam a entrar em contradição com eles.

É essa força inercial do hábito que explica o descompasso mencionado acima. O nosso é um tempo em que convivem, lado a lado, um sentimento difuso de que, por diversos motivos, as coisas não podem continuar como estão (e que, se continuam, é simplesmente porque quem delas se beneficia tem a força necessária para impor sua vontade); e a sensação de que as coisas não poderiam ser de outro jeito, sustentada pelo fato de que o modo como vivemos, nos relacionamos e nos compreendemos está completamente atravessado por dispositivos como o consumo, o individualismo, a concorrência, o punitivismo e o “empreendedorismo de si mesmo”. Se de um ponto de vista mais ou menos consciente (ainda que frequentemente renegado), as promessas de boa vida do capitalismo contemporâneo parecem cada vez mais suspeitas, nossa “servidão passional”⁴ ao atual estado de coisas permanece profundamente enraizada – mesmo entre aqueles que conscientemente se opõem a ele.

Esse conflito produz monstros, como o negacionismo (no sentido que dou à palavra nos capítulos 1 e 2), o niilismo casual do *troll* (capítulo 3) e a proliferação de fraudes e contos do vigário, característica do “empreendedorismo político” que marcou a ascensão da extrema direita (capítulo 4) e cada vez mais ubíqua na cultura contemporânea. Com efeito, se fôssemos reduzir os dois caminhos que se abrem a partir da atual conjuntura a fórmulas simples, poderíamos dizer que enquanto à esquerda caberia propor um jogo alternativo àquele que se esgotou, à extrema direita basta assumir que, quando a competição se torna cada vez mais questão de vida ou morte, excluir os adversários se torna uma opção válida. Trata-se, em resumo, de *don't hate the player, hate the game* [não odeie o jogador, odeie o jogo] contra *don't hate the game, hate the other players* [não odeie o jogo, odeie os outros jogadores] – sendo que a segunda opção tem a grande vantagem de estar de acordo com a tendência natural das coisas hoje.

Da escolha por atentar à dimensão afetiva seguem algumas consequências que também perpassam estes ensaios. Para começar, a ênfase na necessidade do perspectivismo para a política.

Se a afetividade nos constitui como indivíduos dotados de hábitos e disposições ao mesmo tempo únicos (porque pertencem a nossa experiência singular) e largamente compartilhados (com aqueles cujas condições de vida se assemelham às nossas), é de se esperar que o espaço político se apresente de maneiras distintas conforme o lugar desde onde se olha. Isso quer dizer que ideias, práticas, palavras de ordem e mesmo personagens públicos podem aparecer de diferentes maneiras para diferentes pessoas, e apreender o sistema dessas variações é essencial para saber se mover entre diferentes pontos. Esse é um elemento crucial para a compreensão do bolsonarismo (capítulo 1) e mais ainda da polarização política (capítulo 6), que supõe justamente a tendência de diferentes perspectivas a se organizarem cada vez mais por oposição uma à outra. Dois corolários dessa abordagem, que aparecem em mais de uma análise proposta aqui, são o aspecto fundamentalmente comparativo da experiência de classe e a distinção entre radicalização programática e radicalização identitária.

O primeiro desses pontos se refere ao fato de que as comparações que as pessoas fazem de suas condições de vida atuais com sua situação anterior, sua posição esperada e a realidade daqueles em sua vizinhança imediata são determinantes para o modo como elas identificam seus interesses e respondem politicamente a diferentes cenários. É isso que explica que mesmo grupos cuja vida melhorou possam sentir-se pior se outros a sua volta aparentam ter se beneficiado mais (capítulo 4); que protestos ocorram não porque as coisas pioraram, mas porque as expectativas cresceram (capítulo 7); e é também o que facilita a manobra da extrema direita de associar as perdas que muitos têm acumulado aos ganhos relativos obtidos por minorias e setores historicamente marginalizados (capítulos 1 e 5).

O segundo ponto, por sua vez, chama atenção para o risco de confundir a adesão a princípios e valores de esquerda com a adesão a um conjunto de marcadores externos que compõem uma identidade (códigos linguísticos, preferências estéticas, objetos de amor e ódio). Por mais que a fronteira entre as duas coisas possa ser fluida,

a capacidade de diferenciá-las importa por motivos que aparecem de diferentes maneiras nos capítulos 5, 6 e 7. Um deles é que, ao permitir identificar situações em que os obstáculos à comunicação estão mais no nível das associações e dos preconceitos que dos conteúdos, essa capacidade ajuda tanto a evitar que a forma com que se comunica uma mensagem acabe por impedir que ela chegue aos destinatários, como a descobrir possibilidades de diálogo e convergência mesmo quando os interlocutores não falam exatamente a mesma língua. Outro é o fato de ela revelar o erro, muito comum à esquerda, que consiste em tratar as identidades políticas como plenamente constituídas, de tal maneira que, de uma diferença de vocabulário ou gosto, seria automaticamente possível deduzir um conjunto completo de crenças e convicções. Conforme sugiro no capítulo 5, apenas aqueles que entendem a orientação política como elemento central da própria identidade costumam pretender que todas as suas posições sejam consistentes entre si. A maioria das pessoas, para quem a política é menos relevante, tende a ser menos consistente, mas por isso mesmo suas ideias e atitudes contêm contradições a serem exploradas.

Por último, discernir entre os dois tipos de radicalização nos ajuda a perceber que frequentemente a ênfase na própria identidade política é uma maneira de compensar seja a falta de capacidade de incidir efetivamente sobre uma conjuntura, seja a falta de um programa que se diferencie substantivamente do *status quo*. No segundo caso, temos a captura liberal das chamadas pautas “identitárias” pelo “neoliberalismo progressista”, tanto mais estridente em ressaltar as virtudes morais de sua política de reconhecimento quanto menos tem a propor do ponto de vista da distribuição da riqueza. No primeiro, temos a captura dos desejos de transformação por um “capitalismo comunicativo”⁵ que tende a fazer da expressão pública de nossa individualidade (construída a partir de uma série de pertencimentos) um substituto da ação política: *participar* equivale a *ser visto participando* na mídia e nas redes sociais. Ambas são aspectos facilmente reconhecíveis do presente.

Para deixar claro, opor “programa” a “identidade” não implica um retorno incoerente a um racionalismo segundo o qual bastaria apresentar um conjunto de propostas convincentes para conquistar as pessoas. (Pelo contrário: apontar o modo como a afetividade condiciona a recepção das mensagens serve precisamente para impedir que o convencimento seja pensado como uma simples questão de razoabilidade.) A questão aqui é dupla. Por um lado, uma identidade tem apelo reduzido, ou mesmo negativo, para quem não se vê nela. Se o que está em jogo é atrair quem não a compartilha, o que é preciso oferecer não é o conforto simbólico do pertencimento, mas ideias que efetivamente façam sentido para as pessoas; isto é, que lhes ofereçam a perspectiva plausível de uma vida melhor, bem como o desejo de alcançá-la. É isso que “programa” representa aqui. Por outro lado, o que conta como plausível não pode ser medido unicamente em relação àquilo que as pessoas já estão dispostas a considerar como tal, mas precisa igualmente levar em conta a realidade; e aquilo que a realidade exige hoje não pode deixar de parecer “extremo” se comparado aos arranjos políticos e econômicos que temos. É a isso que “radicalização” se refere, e é nesse sentido que uma “radicalização programática” aparece como o meio capaz de explorar o conflito entre a crise de legitimidade do neoliberalismo e a adesão afetiva a ele.

Aqui encontramos talvez os dois principais temas recorrentes deste livro. O primeiro é aquele que identifica o mais importante descompasso de nosso tempo como sendo o que existe entre um consenso estabelecido há três décadas sobre o que é “realista” propor e pensar e uma realidade profundamente transformada. Daí a recusa a aceitar o jogo que opõe o “realista” ao “utópico” para, ao contrário, reivindicar a própria *Realpolitik*: diante do colapso ambiental e da concentração de poder econômico e político que temos hoje, é o *realismo de trinta anos atrás que se tornou irreal*, e o que antes parecia absurdo frequentemente contém algo de razoável. Isso se aplica, inclusive, à extrema direita: conforme aponto algumas vezes, há um sentido em que se pode dizer que ela é uma reação *mais* racional ao atual estado de coisas do que a crença de

que tudo poderia simplesmente continuar como antes. Afinal, ela ao menos implicitamente assume os custos cada vez mais altos de manter as coisas em seus lugares e prepara seus seguidores para uma luta cada vez mais sangrenta de todos contra todos.

Se ser realista hoje em dia implica necessariamente atribuir para si objetivos ambiciosos, o segundo grande tema destes ensaios consiste na rejeição de uma alternativa entre operar dentro dos limites do possível e agir com ambição. É bem verdade que não se pode fazer qualquer coisa a qualquer momento. No entanto, isso só vale como argumento contra a ousadia se esquecemos que a política é antes de tudo uma disputa para definir os limites do possível, e que fazer o que se pode fazer agora não precisa ser uma desculpa, mas pode, antes, ser um meio para se aproximar do que ainda não se é capaz de fazer. Os últimos quinze anos foram um período em que o impensável não parou de acontecer, e a extrema direita soube melhor que ninguém usar as muitas crises do presente para trazer o indizível para o centro do debate público e tornar o inconcebível um dado corriqueiro. Fazer frente a ela, e à barbárie ainda pior que se avizinha se apenas deixarmos as coisas seguirem seu rumo atual, exigirá esforço e capacidade ímpares para fazer com que o realismo diante do que é possível esteja cada vez mais em consonância com o realismo diante do que é real.

CAPÍTULO 1

De que Bolsonaro é o nome?

Poderíamos caracterizar os movimentos fascistas como as feridas, as cicatrizes de uma democracia que até hoje ainda não faz justiça a seu próprio conceito.

Theodor Adorno

O que há, pois, num nome?

Começando do começo: falar em “bolsonarismo” não é a mesma coisa que falar de eleitores de Bolsonaro. É certo que, seja lá o que ele for, o “bolsonarismo” foi um dos fatores na eleição de Jair Bolsonaro em novembro de 2018; mas a vitória do capitão reformado foi sobredeterminada de uma série de maneiras, e a coalizão que o elegeu é mais ampla que qualquer fenômeno que esse nome possa descrever com precisão. Em suma, nem todo eleitor de Bolsonaro é bolsonarista – uma distinção tanto analítica quanto politicamente essencial.

Menor que seu eleitorado efetivo ou potencial, o fenômeno do bolsonarismo é ao mesmo tempo maior que o próprio Bolsonaro: nem criado pelo indivíduo que lhe empresta o nome, nem exclusivamente dependente dele. Isso significa que o vínculo entre “líder” e “movimento” é sintético e não analítico, e que sua força não repousa em algum laço essencial, mas antes no fato contingente de que, por encontrar-se na crista de uma onda em seu momento de ascensão, Bolsonaro agora tem mais condições de dar-lhe forma do que qualquer outra pessoa. Minha tese, em resumo, é que o bolsonarismo é uma convergência real de diferentes tendências na sociedade brasileira, com potencial para se consolidar como uma força de primeira grandeza por um bom tempo; mas o arranjo de

forças políticas que o exprime não é nem coerente nem necessariamente estável. Com efeito, uma das principais fontes de instabilidade do bolsonarismo reside justamente no próprio Bolsonaro e em seus filhos, com seu faccionalismo, suas conexões suspeitas e os ataques constantes que desferem contra qualquer pessoa que possa ameaçar o controle da família sobre esse capital político.

“Bolsonarista” refere-se portanto a um segmento social que, ao longo dos últimos oito e tantos anos, adquiriu uma orientação política explícita por meio de um processo de retroalimentação com lideranças como Bolsonaro – ainda que o fato de que este último tenha vindo a dominá-lo seja em si mesmo contingente. Estima-se que tal segmento poderia representar algo como 15% da população; considerando que apenas no último ano os índices de aprovação de Bolsonaro caíram abaixo dos 30% com que ele contou desde o início do mandato, poderíamos dizer que os bolsonaristas correspondem aos dois terços firmes e inabaláveis dessa porcentagem.¹ Embora compreenda menos de um sexto da população adulta, esse grupo tem um peso político desproporcional em virtude do piso eleitoral elevado que ele constitui, bem como seu compromisso e engajamento permanentes. Ainda que seja composto de indivíduos atomizados, que não estão organizados em nenhuma grande estrutura política, esse é o núcleo militante a partir do qual a força gravitacional da extrema direita irradia para o restante da sociedade brasileira.

Mas se o nexos entre Bolsonaro e o bolsonarismo é mesmo sintético e contingente, pode-se objetar, por que então batizar o segundo com o nome do primeiro? Seguindo as observações de Laclau sobre como o ato de nomear constitui retroativamente seu objeto, podemos inverter os termos da pergunta e responder que é justamente a contingência que explica essa escolha.² Não que o bolsonarismo tenha surgido plenamente formado no momento em que o nome foi proferido. Por razões polêmicas e de ontologia, Laclau tende a exagerar a passividade das coisas e a espontaneidade das lideranças, minimizando os laços horizontais entre as pessoas e superestimando o vínculo vertical com o chefe ou

o significativo vazio que elas compartilham. A verdade tende a ser mais prosaica: em vez da nomeação como ato fundador que inaugura uma cadeia causal linear, um processo circular de retroalimentação por meio do qual as pessoas começam a gravitar em direção umas às outras e a representar a si mesmas nesse movimento, até que uma ou mais representações “colem” como aquilo que dá sentido a sua unidade. Embora a operação política “de cima para baixo” tenha sido essencial para moldá-lo, o bolsonarismo deve ser visto como o encontro, sob a égide dos grupos políticos que se aglutinaram em torno da campanha de Bolsonaro, de uma série de tendências sociais que já estavam há algum tempo imbuídas de um certo tropismo mútuo. E se estão longe de constituir uma teoria ou visão de mundo consistente, elas não deixam de ter muito em comum para aproximá-las.

A maior parte das explicações para a ascensão de Bolsonaro tende a permanecer no nível mais superficial da sequência de acontecimentos que conduziram à sua vitória. Por mais que possa enriquecer nossa compreensão das decisões políticas que produziram o bolsonarismo, esse tipo de abordagem é insuficiente quando se trata de identificar as transformações sociais mais profundas que foram ao mesmo tempo precipitadas por essas decisões e as tornaram possíveis. Uma visão abrangente do bolsonarismo precisa operar em mais de uma escala temporal e levar em consideração ao menos quatro níveis distintos de análise: as diferentes *matrizes discursivas* que convergiram em sua formação; as *gramáticas comuns* que garantiram a comunicação e compatibilidade mútua dessas matrizes; as *condições afetivas* ou estados de ânimo coletivos que davam a essas matrizes algo com que se conectar; e a *infraestrutura organizacional* – abarcando igrejas, programas de rádio e televisão, influenciadores do YouTube, grupos de WhatsApp, robôs do Twitter etc. – da qual elas dependem. Aqui, meu foco se restringirá sobretudo aos dois primeiros, com um aceno para o terceiro na conclusão. Meu objetivo ao longo deste texto será duplo. Em primeiro lugar, apresentar o bolsonarismo de maneira perspectivista, como um fenômeno que

pode assumir diferentes significados conforme a posição que alguém ocupa no interior dele. Em segundo lugar, sublinhar o que há de generalizável nessa história. Na medida em que é possível identificar condições semelhantes em outras partes do mundo, aquilo de que Bolsonaro é o nome não é de forma alguma um fenômeno exclusivamente brasileiro.

Afinidades eletivas

Quais são, então, os elementos que vieram a compor o bolsonarismo? O sociólogo Gabriel Feltran nos oferece um ponto de partida ao elencar três “matrizes discursivas” que ele chama de “militarismo policial” (apoio a políticas de lei e ordem e ao uso extrajudicial da força), “anti-intelectualismo evangélico” (rejeição da ciência e da educação formal em favor da religião e da experiência pessoal) e “empreendedorismo monetarista” (um *ethos* de “empreendedor de si mesmo” no qual precariedade equivale a autonomia).³ Essa primeira pista é duplamente útil, pois, além de identificar tendências de longo prazo que Feltran encontrou em seu trabalho de campo na periferia de São Paulo, ela o faz lançando mão do conceito que Eder Sader desenvolveu na sua análise do “boom” de movimentos sociais de que surgiu o Partido dos Trabalhadores (pt) no início dos anos 1980.⁴ Mas vale aqui a mesma ressalva feita anteriormente a respeito de Laclau. Falar em “matrizes discursivas” não implica qualquer prioridade fundamental da linguagem sobre a afetividade ou a corporeidade; trata-se, antes, de pensar a dinâmica entre essas duas esferas como uma relação recíproca, circular. A linguagem tem o poder de atribuir nomes a coisas que já são vagamente sentidas na experiência cotidiana, e ela reverbera entre as pessoas justamente na medida em que o faz. Contudo, ao nomear tais fenômenos, a linguagem torna a experiência deles comunicável, expande seu caráter público e constitui um novo quadro de referência para a sensibilidade.⁵ As matrizes discursivas devem, portanto, ser

consideradas como geradoras não apenas de enunciados, mas de estruturas afetivas (gostos e desgostos, ódios e amores, objetos de admiração e repulsa; aquilo que Spinoza chamaria de *ingenia*), identificação e pertencimento, formas de autonarração e autoentendimento – todas as condições latentes para o que pode ou não vir a se desenvolver como subjetividade política mobilizada e plenamente consciente.

Por mais valiosas que sejam no sentido de revelar o solo fértil que o bolsonarismo encontrou entre os pobres, porém, as conclusões de Feltran acabam sendo desnecessariamente limitadas por conta da maneira como ele generaliza (ou abre mão de generalizar) a partir de seus achados etnográficos. Como ele próprio reconhece, o anti-intelectualismo não é exclusividade da população evangélica, sendo igualmente visível nas classes mais altas, predominantemente católicas. Já o militarismo e o empreendedorismo, por mais que sejam matrizes compartilhadas tanto por ricos quanto por pobres, assumem conotações bastante diferentes dependendo da situação de classe e racialização, de modo a produzir posições subjetivas muito distintas: não é porque as pessoas estão usando as mesmas palavras que elas estão dizendo a mesma coisa. Em suma, por conta de seu viés observacional, Feltran corre o risco de se contrapor (corretamente) à ideia de que o bolsonarismo seria meramente “uma mobilização das elites contra os pobres”, com a hipótese (incorreta) de que “setores do mercado financeiro, do agronegócio e das elites religiosas e rurais” se juntaram tardiamente a esse “movimento totalitário”, “possivelmente sem se dar conta do que estavam fazendo”.⁶

Uma formulação como essa deixa de contemplar três elementos cruciais do bolsonarismo. Primeiro, seu caráter de aliança entre classes estabelecida em torno de alguns pontos de referência comuns, tanto identitários quanto políticos, que tendem a falar mais alto que as contradições entre os interesses divergentes que essa aliança agrega. Segundo, o fato de que esse delicado equilíbrio é possibilitado não só pela pervasividade de certas matrizes discursivas, mas pela gramática que elas têm em comum e que as

torna compatíveis. Assim, embora o militarismo ou anti-intelectualismo das classes altas seja um e o das classes baixas seja outro, ambos os lados ainda são capazes de se entender e se identificar um com o outro, especialmente quando diante daquilo a que se opõem (criminalidade, uso de drogas, sexualidade desenfreada, leniência com “marginais”, doutrinação esquerdista etc.). Isso significa, em terceiro lugar, que não devemos falar como se houvesse um movimento preexistente no qual alguns grupos pegaram carona em 2018, mas antes pensar o ocorrido nas eleições como resultado da confluência de diferentes vetores – vindos tanto “de cima” quanto “de baixo” – que já tinham muito em comum. Os 10% de renda mais alta renda foram, com efeito, o primeiro setor do eleitorado que Bolsonaro conquistou; e se os 1% mais ricos não o tinham como primeira opção, tampouco demonstraram qualquer reserva quanto a abraçá-lo quando se tornou claro que ele tinha condições de vencer. Em resumo, o bolsonarismo é um projeto interclasses sustentado pela política, no topo, e por fortes afinidades eletivas, na base.

E assim podemos distinguir três tipos de matrizes discursivas que compõem o bolsonarismo. Há aquelas que são restritas a determinado grupo ou classe; aquelas que são amplamente compartilhadas, mas cujo significado permanece constante independentemente do grupo ou da classe; e aquelas que são compartilhadas, mas assumem significados diferentes dependendo da posição que se ocupa no interior da estrutura social. Como vimos, tanto o anti-intelectualismo quanto o militarismo e o empreendedorismo são transversais a diferentes estratos sociais, mas os dois últimos pertencem ao terceiro tipo.⁷

No que diz respeito ao militarismo, a diferença é óbvia. Para quem vive em regiões conflagradas pela criminalidade, a aspiração por violência estatal irrestrita pressupõe uma demarcação clara entre quem é “trabalhador” ou “bandido” dentro da comunidade, ainda que admita o risco de algumas vítimas inocentes entre os dois. Já para quem mora em regiões nobres, o sentido do policiamento é fundamentalmente protegê-los dos pobres, o que faz com que a zona

cinzenta das vidas potencialmente descartáveis seja muito mais ampla: sua segurança importa mais que garantir que apenas “bandidos” sofram com a repressão policial. Quanto ao empreendedorismo, se para os ricos ele geralmente opera no interior de uma narrativa meritocrática que oculta a desigualdade de oportunidades da qual eles se beneficiam, para os pobres, e mesmo boa parte da classe média, ele se aproxima muito mais do que Verónica Gago chamou de “neoliberalismo desde baixo”. Essa dinâmica ambivalente, pela qual indivíduos engajados na invenção de estratégias de sobrevivência em um ambiente reconfigurado por políticas neoliberais passam a se compreender a partir da “ideologia do microempresário”,⁸ é sem dúvida um fator maior na relativa virada à direita que a política latino-americana experimentou em anos recentes. Raramente questionado – pelo contrário, frequentemente estimulado – pelos governos progressistas da região, essa “autoempresarialidade de massas”⁹ foi efetivamente reforçada pelo crescimento da informalidade e do endividamento nos anos da dita “Onda Rosa”, tornando o neoliberalismo ainda mais “enraizado nos territórios e fortalecido nas subjetividades populares, se expandindo e proliferando pela organização das economias informais”.¹⁰ Fenômenos como Macri na Argentina e Bolsonaro no Brasil podem ser parcialmente entendidos como o encontro entre uma versão radicalizada do “neoliberalismo desde cima” da década de 1990 e um neoliberalismo desde baixo florescido durante o interlúdio neodesenvolvimentista dos anos 2000, que seguiu postulando o mercado como arena principal da busca por reconhecimento e satisfação material. Como apontam Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Scalco, o empoderamento produzido pela “inclusão pelo consumo” petista estava tão imbricado com a capacidade de adquirir coisas que, quando a desaceleração econômica revogou esse poder de compra, muitos dos “próprios cidadãos que haviam simbolizado a ascensão do Brasil”¹¹ sob o governo do pt prontamente deixaram de apoiar Lula para apoiar Bolsonaro.

Conforme argumento no capítulo 4, o bolsonarismo não é apenas pró-empendedorismo, mas deve ele mesmo ser

compreendido como fenômeno empreendedorístico. A partir de 2014, foram muitos os que trilharam uma carreira que começava com tornar-se influenciador de direita nas redes sociais e eventualmente tentava converter a visibilidade conquistada não apenas em lucros, mas em cargos políticos. 85% dos senadores e 47% dos deputados federais eleitos em 2018 eram políticos de primeira viagem, grande parte deles surfando no mesmo discurso de *outsider* com que Bolsonaro, mesmo tendo sido deputado federal por três décadas, prosperou. Entre estes, vinte e dois policiais ou militares, um ex-ator pornô e um herdeiro da família real brasileira.

Construindo o cidadão de bem

Há duas outras matrizes que, apesar de mais circunscritas socialmente, desempenham um papel importante no estabelecimento de conexões narrativas entre as demais: o libertarianismo econômico e o anticomunismo. Diferentemente do que vimos com o anti-intelectualismo, o militarismo e o empreendedorismo, que se desenvolveram paralelamente em diferentes estratos sociais, nessas duas matrizes há uma direção de difusão evidente, que vai das classes altas para os mais pobres. Além disso, sua propagação é mais obviamente resultado de uma ação coordenada.

O espantoso ressurgimento do anticomunismo no Brasil começou a ser semeado durante o primeiro mandato petista no Executivo federal. Numa época em que a economia tinha deslanchado e o padrão material de boa parte das pessoas estava melhorando, a fabricação midiática de pânico diante de uma suposta ameaça totalitária era uma das poucas armas de que a oposição dispunha em seu arsenal. O contraste entre esse clima de alarde e o abraço que Lula recebia do establishment internacional produzia uma dissonância cognitiva que as teorias conspiratórias a respeito de um conluio esquerdista global ajudariam mais tarde a resolver. Foi a disseminação destas últimas nas mídias sociais que

operou a transmutação do discurso anticomunista, que até então fora uma ferramenta entre outras na disputa parlamentar, em narrativa geopolítica totalizante na qual Trump e Bolsonaro figuravam como os bravos Asterix e o Obelix da luta contra a “globalização econômica [...] pilotada pelo marxismo cultural”.¹² O fato mesmo de não haver nenhuma ameaça concreta só tornava esse discurso mais eficiente, na medida em que seu caráter “abstrato” permitia que “simplesmente tudo que de alguma forma não [conviesse]” pudesse ser subsumido a um “conceito elástico” como “comunismo” (ou “globalismo”).¹³

Embora o libertarianismo econômico seja em certo sentido meramente a contraparte teórica do empreendedorismo, ele merece uma consideração à parte por conta de sua importância como agregador para uma juventude universitária de classe média que desempenharia um papel de protagonismo nos eventos que levaram à eleição de Bolsonaro. As origens desse processo também datam do período imediatamente posterior à chegada do pt ao poder; a criação do Instituto Millenium em 2005 foi um de seus marcos principais. Financiado por alguns dos grupos financeiros, empresariais e midiáticos mais poderosos do país, esse *think tank* funcionou no sentido de popularizar ideias ultraliberais e, ao lado de atores como o Instituto Mises Brasil, fundado em 2007, contribuiu para um verdadeiro *boom* editorial nesse campo. (Mais ou menos na mesma época, uma explosão de publicações conservadoras ocorria em paralelo). Isso criou um ambiente em que jovens ativistas libertários, sagazes no manejo das ferramentas de comunicação, começaram a se mobilizar, valendo-se ainda de doações de apoiadores internacionais como o Cato Institute.¹⁴ O mais importante desses grupos é sem dúvida o Movimento Brasil Livre (mbl), surgido durante as manifestações de junho de 2013 como a resposta de direita ao Movimento Passe Livre (mpl). Dois anos depois, ele seria um personagem-chave na organização das manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff; nas eleições de 2018, o grupo emplacaria sete parlamentares.

Inicialmente, o traço distintivo desse setor era apresentar-se como “liberal na economia e nos costumes”, apostando na atitude

cosmopolita, socialmente liberal, que apelava ao seu segmento etário e os diferenciava da direita tradicional. Ao se aproximarem do poder, contudo, foram convergindo cada vez mais com os conservadores sociais, não apenas encontrando áreas de cooperação, como adotando alguns de seus discursos e táticas, particularmente a exploração de pânicos morais como aquele movido contra a exposição Queermuseu, em Porto Alegre, em 2017. Essa articulação também foi um dos fatores que contribuíram para levar Bolsonaro, cujas posições econômicas anteriores tendiam muito mais ao intervencionismo estatal, a abraçar uma agenda ultraliberal e incorporar o tema da liberdade econômica em seu discurso. Apesar das propensões inequivocamente autoritárias do capitão reformado, esse setor continua a apoiá-lo, ainda que com graus diferentes de entusiasmo, normalmente invocando uma distinção entre as alas “técnica” (econômica) e “ideológica” do governo como justificativa.

A mais universal dessas matrizes discursivas, o combate à corrupção, ilustra o papel que o ultraliberalismo e o anticomunismo exercem na amarração discursiva das diferentes vertentes do bolsonarismo. Desde sempre, a corrupção opera no imaginário público brasileiro como uma espécie de metaproblema, a causa mágica que, uma vez eliminada, resolveria todos os outros males do país. Nessa narrativa, o peso dos constrangimentos estruturais e as diferenças de orientação política são inteiramente desprezados em favor de uma visão voluntarista e individualizada da política. Segundo essa visão, não importa que existam diferentes escolhas políticas possíveis, nem que elas impliquem resultados muito diversos; se tivéssemos políticos honestos no poder, o país seria próspero e haveria dinheiro para tudo.

Embora as elites brasileiras tenham mobilizado a retórica anticorrupção para desestabilizar governos progressistas no passado, até pouco tempo atrás havia uma percepção generalizada de que o desvio de dinheiro público era uma prática endêmica na política. Por se encontrarem, via de regra, distantes de posições de poder, os partidos de esquerda talvez fossem, inclusive, considerados mais confiáveis que seus adversários. Seria o enorme

escândalo de corrupção institucional revelado em 2014 pela Operação Lava Jato que ofereceria a ultraliberais e anticomunistas uma oportunidade única de promover uma nova narrativa. Ela juntava a desconfiança hayekiana em relação à justiça social (“no limite nada mais do que a proteção de interesses solidamente estabelecidos”)¹⁵ com a noção de que o *modus operandi* universal da esquerda é comprar grupos de interesse, tais como minorias e artistas, a fim de instalar regimes totalitários desonestos. O próprio tamanho dos esquemas revelados pela Lava Jato funcionava, assim, como evidência não da incorporação do pt à elite política do país, mas, pelo contrário, do quanto eles teriam avançado em seu plano de “tornar o Brasil uma Venezuela” – exatamente como a direita vinha alertando havia mais de uma década.

Certamente ajudou que um dos maiores escândalos de corrupção da história do país eclodisse paralelamente a uma das piores crises econômicas, fazendo com que a conexão entre esses dois acontecimentos se fizesse naturalmente na cabeça da maioria das pessoas: se havia recessão, isso não era produto de decisões equivocadas na política econômica, nem de uma desaceleração da economia global como um todo, mas unicamente porque os cofres públicos haviam sofrido um saque sem precedentes. Isso facilitava o trabalho da narrativa que associava governos de esquerda, corrupção e ineficiência econômica, mesmo que o esquema de desvio de recursos envolvesse todos os principais partidos políticos. Os ganhos de emplacar essa história eram muitos e óbvios. Em uma tacada só, convertia-se aquilo que era considerado um problema universal e endêmico num vício exclusivo da esquerda; apresentava-se até mesmo o tímido reformismo petista como parte de uma ameaça comunista, fazendo com que tudo, exceto o libertarianismo mais pró-mercado, fosse visto como potencialmente suspeito; legitimava-se a oposição a políticas progressistas ao reenquadrá-la não como elitismo, mas resistência contra uma marcha inexorável em direção à tirania; e alimentava-se um sentimento de perigo iminente que criava a demanda por uma tomada de ação urgente e radical.

O último elemento da constelação bolsonarista é outra matriz discursiva que também cumpre uma função importante de juntar todo o resto: o conservadorismo social. Tal como o anticomunismo, ele saiu das franjas extremas da política e foi sendo progressivamente introduzido ao *mainstream* por políticos e veículos interessados em arranhar a popularidade do pt. Diferentemente do anticomunismo e do ultraliberalismo, no entanto, o conservadorismo social não se difundiu de cima para baixo, mas já se encontrava bastante disseminado por todas as classes. Incitado, por um lado, pelas conquistas obtidas pelos movimentos feminista e lgbtqi+ ao longo da década anterior, e, por outro, pela fabricação de pânico morais, ele também se aproveitou de um senso de ameaça iminente constantemente realimentado para se alastrar. A defesa dos “valores da família”, que vinha crescendo de maneira constante ao longo dos anos Lula, daria em 2011 uma importante demonstração de força com o episódio do “kit gay”.¹⁶ Em 2016 ela já era tão potente que muitos evocavam a defesa da família na hora de justificar o apoio ao impeachment de Dilma Rousseff – um parlamentar chegando a declarar que agia contra “propostas de que crianças troquem de sexo e aprendam sexo nas escolas com seis anos de idade”.

Como assinalou Isabela Kalil, o maior feito do bolsonarismo foi ter conseguido que todos esses diferentes elementos – militarismo, anti-intelectualismo, empreendedorismo, anticomunismo, libertarianismo econômico, discurso anticorrupção, conservadorismo social – convergissem em torno de uma única figura: o “cidadão de bem”.¹⁷ Se há um significante vazio que representa a base bolsonarista para si mesma, é esse.¹⁸ Do outro lado da fronteira de antagonismo, o conceito de “mamata” exerce a mesma função quando se trata de identificar o inimigo, podendo aplicar-se a uma gama de coisas que vai da leniência com criminosos aos salários exorbitantes de políticos e membros do Judiciário; da estabilidade laboral dos servidores públicos à liberdade sexual e o questionamento dos papéis tradicionais de gênero; do desvio de verbas públicas a políticas de ação afirmativa nas universidades. Sua capacidade de estabelecer equivalências entre direitos básicos e

privilégios de elite, e de apresentar os primeiros nos termos dos segundos, é decisiva para tecer a aliança de classe da qual o bolsonarismo depende. A maneira como o termo estabelece uma continuidade entre moralidade privada e pública faz com que “mamata” sirva de *point de capiton* que permite que mudanças de costumes ressoem junto com aumentos nos índices de criminalidade, corrupção, políticas sociais progressistas – e até mesmo a arte contemporânea – como evidências cumulativas de um único processo de decadência moral que cabe ao cidadão de bem combater.

Vale reforçar que, embora haja vários pontos de sobreposição entre essas matrizes discursivas, nem todo bolsonarista (e muito menos todo eleitor de Bolsonaro) subscreve a todas elas com a mesma intensidade, ou em absoluto. Além de haver inconsistências entre elas, a rigor nenhuma chega a ser plenamente consistente consigo mesma. Isso, porém, acaba importando muito pouco, uma vez que o poder das metanarrativas que articulam suas conexões repousa mais na associação do que na lógica, sua coerência dependendo menos de qualquer conteúdo efetivo do que do sentimento de pertencer a um mesmo lado em uma luta.¹⁹ Pouco importa se se acredita ou não em tudo que é dito sobre o inimigo, contanto que se acredite que o inimigo existe e precisa ser derrotado. E justamente o que essas metanarrativas prometem é mais do que a certeza em meio a um cenário marcado por mudanças e sobrecarga sensorial. A percepção de ameaça existencial iminente que elas cultivam intensifica o engajamento subjetivo, constrói uma (auto-)imagem heroica de seus adeptos e apresenta a política como uma batalha até a morte, na qual todos os meios já estão justificados de antemão.

Uma gramática comum

Embora a noção de *mamata* tenha sotaque bem brasileiro, ela realiza aqui aquela que é a operação ideológica por excelência da

extrema direita em toda parte: promover a confusão entre a ansiedade em torno da perda de *direitos* e o medo de perder *privilégios*. É graças a essa manobra que o reacionarismo radical conseguiu nos últimos anos reunir, ao mesmo tempo, o apoio de setores que têm poucas preocupações materiais, mas se ressentem das conquistas de certos grupos, e de outros que vivem assombrados pelo declínio de seu padrão de vida e pela perspectiva de não poder mais desfrutar dos direitos que um dia tiveram. Evidentemente, algo que contou a favor dessa aproximação foi o fato da crise de 2008 ter entrado na conta de um “neoliberalismo progressista” que combinava um “programa econômico plutocrático”, responsável por deixar milhões de pessoas na mão, com uma “política liberal-meritocrática de reconhecimento”, e avanços principalmente simbólicos para certas minorias.²⁰ É a ocorrência concomitante de severas perdas para alguns e ganhos modestos para outros que ajuda a extrema direita a convencer os “perdedores” da globalização que se eles estão sendo privados de *direitos*, é porque há outros – mulheres, migrantes, grupos étnicos, pessoas lgbtqia+ etc. – ganhando *privilégios* às suas custas.

É essa estrutura triádica do populismo de direita – não “o povo” contra “a elite”, mas antes o povo contra uma elite que favorece indevidamente algum outro grupo²¹ – que explica como, nos Estados Unidos, um bilionário pôde aparecer como o candidato do homem comum contra um establishment composto de estrelas de Hollywood, colunistas de jornal e estudantes universitários no Twitter. Também nos ajuda a entender a confluência, particularmente aguda no Brasil, de conservadorismo social e neoliberalismo vale-tudo. Quando as pessoas começam a associar a perda de certos privilégios (brancos, masculinos, heteronormativos etc.) à conquista de direitos por outras pessoas (ações afirmativas, por exemplo), o desejo por uma restauração do *status quo* encontra um aliado natural no rechaço a políticas redistributivas.

Não que essa confluência deva nos pegar muito de surpresa. Tanto no Brasil como nos Estados Unidos o encontro entre conservadorismo social e neoliberalismo vem sendo gestado há um

bom tempo: por um lado, pela chamada “teologia da prosperidade” das igrejas neopentecostais, que fornece uma justificativa divina para a acumulação de riqueza e “reforça o princípio calvinista de responsabilidade individual pelo [próprio] sucesso material”;²² e, por outro, por um “neoliberalismo desde cima” que nunca deixou de investir na família como instituição disciplinar, contrapeso às tendências desagregadoras do mercado, rede de proteção capaz de assumir funções anteriormente exercidas pelo Estado (educação, saúde, bem-estar), e parte de um dispositivo de privatização do risco.²³ Em última análise, porém, o que o bolsonarismo nos ajuda a enxergar é que, se o neoliberalismo e o neoconservadorismo podem ser fundidos de maneira relativamente fácil na política, é porque ambos compartilham em larga medida uma mesma gramática moral.

Mais uma vez, falar em “gramática” não significa permanecer somente no nível da linguagem. Uma gramática, nos termos de Wittgenstein, é parte de uma forma de vida. Assim, se o modo pelo qual se vive condiciona o que se pode dizer sobre o mundo, aquilo que se pode dizer sobre o mundo também fornece a base para decisões e instituições que condicionam a forma pela qual se vive.²⁴ Com efeito, a gramática moral da extrema direita reflete como seus adeptos enxergam o mundo ao mesmo tempo que reivindica que o mundo seja transformado segundo essa visão. Seus elementos-chave são *o individualismo, o punitivismo e a valorização da ordem acima da lei.*

Não depender de ninguém e ser um “empreendedor de si mesmo” estão, é claro, entre os valores mais altos postulados pelo discurso neoliberal. Mas em um mundo reconfigurado pelo neoliberalismo, essas ideias são também essenciais às estratégias necessárias para navegar relacionamentos, instituições e o mundo do trabalho, além de serem elementos constitutivos da maneira como os indivíduos percebem a si mesmos. À medida que as redes de segurança encolhem e a incerteza cresce, o simples “desgaste de ter que arcar com os riscos”²⁵ já força as pessoas a internalizar a ideia de que a responsabilidade pelo próprio destino é única e exclusivamente delas. Ao invisibilizar tanto as interdependências que

sustentam as trajetórias individuais quanto os constrangimentos estruturais que as limitam, essa gramática individualista esvazia a noção de que haveria um espaço social para além da esfera privada imediata: só há indivíduos e (no máximo) suas famílias, como alguém famosamente já disse. Além de privar as pessoas da linguagem necessária para tratar de injustiças estruturais, isso as induz a interpretar qualquer mudança positiva em seu ambiente econômico como uma conquista individual e a enxergar pautas estruturais como tentativas de pleitear algum tipo de tratamento diferenciado: afinal, “se elas tiveram que batalhar sozinhas a vida toda, todo mundo também deveria”.²⁶

Perversamente, o individualismo é um ideal que funciona igualmente bem no sucesso (narrado como autorrealização heroica) e no fracasso (em um modo “terapêutico” que restaura a dignidade ao localizar o desenvolvimento emocional na adversidade).²⁷ Nas nossas sociedades, a soberania individual é o *locus* por excelência do “otimismo cruel”:²⁸ a frustração de suas expectativas só reforça ainda mais seu poder sobre nós. Isso torna mais provável que a inadequação diante do ideal conduza a uma duplicação da aposta original do que à sua revisão, num movimento de intensificação que pode se voltar para dentro, como autoagressão, ou para fora, como ressentimento e solidariedade negativa.²⁹

É aqui que as gramáticas do individualismo e do punitivismo se cruzam. Por um lado, a afirmação neoliberal da responsabilidade individual retoma uma tradição oitocentista de moralização da pobreza na qual a ausência de proteções sociais e a intensificação da coerção social e econômica se justificam como maneiras de temperar a fibra dos excluídos, preparando-os para a “vida adulta” de agentes econômicos.³⁰ (A ofensa que muita gente sentia ao descobrir que as pessoas também utilizavam a renda do Bolsa Família para investimentos de médio prazo ou lazer tem a mesma fonte.) Por outro lado, em um mundo no qual todos sentem que estão – e devem estar – por sua conta e risco, a não conformidade é vista como tentativa de se eximir da responsabilidade pessoal ou demanda por tratamento diferenciado, sendo portanto digna de punição.³¹ O

punitivismo tem, assim, um sentido tanto profilático (submeter as pessoas a dificuldades é bom para elas mesmas) quanto propriamente retributivo. No limite, todos são sempre potencialmente merecedores de punição, o que significa que, para além da própria disciplina, os mecanismos disciplinadores instilam também a naturalização do disciplinamento – o sentimento disseminado de que se pode (e deve) a qualquer momento estar sujeito a uma correção de comportamento.

Como produtor e produto de disciplina internalizada, o punitivismo é naturalmente muito respeitoso da autoridade estabelecida e dos papéis e divisões sociais vigentes. Para ele, tanto o crime organizado como os movimentos sociais são potencialmente dignos de ojeriza e desprezo em igual proporção. Entre os ricos, mas também entre os pobres, a animosidade punitiva é dirigida mais contra quem se encontra na base da pirâmide social do que contra os de cima, cujas transgressões podem ser relevadas como parte da sua recompensa por terem “chegado lá”.

É aqui que o individualismo e o punitivismo se cruzam com a noção da ordem como algo acima da lei e, em última instância, contrário a ela. Muitos já identificaram aí um traço fundador da cultura brasileira, do qual Bolsonaro seria simplesmente o fruto mais recente e obscuro.³² Ele remonta aos primórdios da nossa formação nacional, quando os senhores de engenho eram ao mesmo tempo representantes do poder estatal e os homens mais poderosos em suas regiões, promovendo a confusão entre interesses públicos e privados.³³ A estrutura agrária e escravista da economia colonial não só dividia a sociedade entre indivíduos dotados de direitos e outros reduzidos à condição de mera propriedade, como significava que mesmo os homens livres deviam suas fortunas à capacidade de atrair os favores da elite latifundiária. Isso fez com que o discurso liberal e o aparato estatal moderno se desenvolvessem no país não suplantando, mas apaziguando e frequentemente disfarçando essa estrutura arcaica de comando.³⁴ Mesmo com a abolição da escravidão, que o Brasil foi um dos últimos países a realizar, o exercício permanente e assegurado de direitos continuou sendo um

privilégio reservado a quem gozava de certa posição social. Já a punição era garantida apenas às pessoas cujo status não as dispensava de ter que obedecer às regras que valiam para o restante do mundo.

Em uma sociedade na qual a própria garantia de igualdade perante a lei é um privilégio, o apelo à ordem costuma ter menos a ver com a aplicação da lei e mais com a concessão de tratamento especial a quem “merece” e a revogação dos direitos de quem não. Isso era visível na forma como a imprensa e o público aplaudiram a Operação Lava Jato apesar de todas as suas irregularidades procedimentais – irregularidades que acabariam deixando os resultados jurídicos da operação sujeitos a revisão e até anulação, ainda que seus efeitos políticos sejam irreversíveis.³⁵ Também é observável em quatro temas caros ao bolsonarismo: o bordão dos “direitos humanos para humanos direitos”; a flexibilização da legislação referente a aquisição, posse e porte de armas de fogo, que no limite equivale à privatização do poder soberano sobre a morte; o desmantelamento de proteções ambientais, entendidas como obstáculos ao empreendedorismo; e a cruzada contra radares de velocidade e multas de trânsito, vistos como obstáculos à liberdade dos proprietários de carro.³⁶

Por um lado, a lógica pré-moderna que situa o direito de burlar regras comuns como o mais alto direito se encaixa bem com a absolutização ultraliberal da liberdade individual. Isso ficou explícito no modo como Bolsonaro fez questão de rejeitar as orientações de distanciamento social e uso de máscaras durante a pandemia, bem como sua insistência na vacina como decisão exclusivamente pessoal. Por outro lado, como esse tipo de ordem não pressupõe a igualdade formal das leis, mas antes o exercício arbitrário da autoridade, ele também casa perfeitamente com a defesa de uma “vida privada do poder”³⁷ calcada numa distribuição tradicional de papéis entre homens e mulheres, brancos e não brancos, heterossexuais e não heterossexuais etc. Como assinalou Wendy Brown, no revanchismo niilista contra as conquistas feitas por grupos oprimidos há uma “liberação da vontade de poder não só dos

sujeitos como dos próprios valores tradicionais, desnudando o senso de privilégio e distinção que eles codificam”.³⁸ Em resumo: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, como diz o ditado – ou, conforme o clássico diálogo de Tucídides, “os fortes fazem o que podem e os fracos sofrem o que devem”.

Aqui também temos uma gramática moral, mas indexada menos em códigos do que no poder de um “pai severo” para criar e impor a lei.³⁹ Essa confluência entre o pré- e o pós-moderno, entre a autoridade tradicional e o esvaziamento neoliberal do social, cria as bases sobre as quais a elite dominante e os excluídos podem se encontrar. Trata-se de um encontro entre quem desistiu de esperar as promessas democratizantes da modernidade e quem não está mais nem nominalmente interessado em promovê-las; entre aqueles que já desistiram de esperar igualdade e responsividade institucional, e aqueles que não estão dispostos a fazer quaisquer concessões a tais valores.

É nesse sentido que o bolsonarismo é a ferida de uma democracia incapaz de se pôr à altura de seu próprio conceito, como diz o aforismo adorniano que escolhi como epígrafe deste ensaio. O bolsonarismo converge em torno do sonho paradoxal de um estado de natureza presidido por uma figura paterna a um só tempo severa (com quem não é “cidadão de bem”) e permissiva (com quem é); em que a autoridade é tanto exercida decisivamente desde cima quanto delegada a poderes locais que têm total liberdade de ação em suas respectivas esferas de influência (o pastor, o latifundiário, o policial, o *pater familias*, o miliciano); e em que conflitos de jurisdição são mesmo assim improváveis porque, afinal de contas, “todo mundo sabe seu lugar”. O líder supremo é, portanto, realmente ao mesmo tempo um “pai da horda” e um “pequeno grande homem”.⁴⁰ Se ele tem direito a um excesso de obscenidade, não é por conta de qualquer qualidade intrínseca, mas simplesmente porque “chegou lá”. Ele fica assim liberado para poder usar sua posição em benefício próprio, *como qualquer um de nós faria*: “se puder dar um filé para meu filho, eu dou”, como explicou Bolsonaro sobre a intenção de

nomear o filho Eduardo como embaixador brasileiro nos Estados Unidos.

O problema, claro, é que esse sonho não pode funcionar para todo mundo. Se a lei do mais forte é oficializada como lei, os mais fortes fatalmente engolirão os mais fracos. É nesse ponto de convergência, então, que o bolsonarismo, e mais ainda a eleição de Bolsonaro, se revela um enorme mal-entendido. Enquanto alguns de seus apoiadores (sobretudo os mais pobres) tendem a ver nele um xerife que viria restaurar o respeito, outros (principalmente os de classe média) o percebem como um oportunista *self-made* que facilitaria a vida de outros “busca-vidas” como eles. A elite, por fim, o identifica sobretudo com aquela figura do engenho colonial cuja função foi historicamente substituída pelo exército e pela polícia: na falta de um candidato viável entre os seus, eles optaram por eleger o *capataz*, deixando-o livre para gerir seu capital político como bem entendesse, contanto que cumprisse seu dever de conter as demandas vindas de baixo e garantir condições ainda mais draconianas para a acumulação de capital. Uma aposta perigosa, sem dúvida, dado que o capataz ganhava, assim, rédea solta para combinar seu capital político com o apoio armado de outros como ele nas fileiras das polícias, milícias e Forças Armadas.

Por mais característica que possa ser da sociedade brasileira, a confusão entre ordem e lei está longe de ser exclusividade nossa. O mesmo vale para qualquer um dos outros elementos aqui considerados. O bolsonarismo não é redutível a um atavismo nacional, tampouco a uma simples repetição do fascismo histórico. Trata-se de uma tragédia bastante contemporânea, cujas condições estão dadas em diversas partes do mundo hoje, e só tendem a se agravar com o crescimento da desigualdade política e econômica e a intensificação dos efeitos da mudança climática. Alguma forma de *capitalismo de capataz* pode muito bem ser uma das faces daquela “brasilianização” de tempos em tempos que espreita o mundo desenvolvido.⁴¹

Ânimos sombrios: a racionalidade do irracional

Uma das questões mais espinhosas nas análises do fascismo histórico diz respeito à dinâmica de engano e desejo, ao jogo entre racionalidade e irracionalidade que opera no seio desses fenômenos. Em que medida as pessoas foram ludibriadas a fazer certas coisas? Até que ponto elas realmente chegaram a desejá-las – e quão conscientes estavam disso? Seriam justificativas irracionais, como teorias conspiratórias, meras tentativas de racionalizar impulsos antissociais desenfreados? Seria o atíçamento e o *acting out* desses impulsos apenas uma forma de encobrir interesses mais rasteiros, como se apropriar da riqueza de grupos perseguidos? Embora não seja difícil reconhecer que há algo de “impostura” ou “farsa” no fascismo – o que se aplica “tanto aos líderes quanto ao ato de identificação por parte das massas”⁴² – nem sempre é fácil dizer quem está fingindo o que, para quem e quando.

Pensar essas questões exige relacionar as gramáticas e matrizes discursivas das quais a extrema direita depende às condições afetivas que dão a ela um material ao qual se conectar: os afetos ou estados de espírito compartilhados que aumentam a receptividade à política de extrema direita e fazem com que ela pareça uma resposta plausível em uma situação concreta. Dado que o ressurgimento recente da extrema direita é um fenômeno mundial, devemos supor que é possível observar as mesmas condições afetivas em diversos países e identificar suas origens em processos em curso a nível global. E, realmente, onde quer que olhemos hoje encontramos afetos de humilhação diante de situações de desemprego, subemprego, pobreza e endividamento; medo de perder o próprio lugar no mundo; orgulho masculino ferido; ressentimento contra grupos que supostamente estariam se beneficiando de transformações ocorridas nas últimas décadas; abandono e desrespeito; e os sentimentos antissistêmicos difusos

que daí decorrem. Não é difícil ver os processos desencadeados pela globalização neoliberal e acelerados pela crise de 2008 na raiz de tudo isso. Mas há outros componentes em nosso estado anímico ambiente que são menos salientes porque as mudanças às quais respondem se desdobram em uma escala temporal mais longa e menos imediatamente evidente. Gostaria de me concentrar particularmente em um desses, que parece fornecer uma perspectiva interessante sobre a questão da impostura; podemos chamá-lo de *negacionismo*.

Meu uso do termo, contudo, não se refere exclusivamente às mentiras disseminadas conscientemente por falsários e conspiracionistas. Ela abarca também o público que consome essas mentiras e aquilo que, afinal, leva-o a se sentir atraído por elas. Minha intuição aqui é que o estado que descrevemos como “estar em negação” – uma tentativa inconsciente de se proteger de uma experiência ou pensamento traumático por meio da recusa de admitir sua realidade, mecanismo que Freud denominou *renegação* – gera uma demanda pela mercadoria que os “negacionistas” conscientes fornecem. A existência de uma expansão da oferta deve, portanto, levar-nos a suspeitar de um crescimento expressivo da demanda. Isso implicaria que não é nenhuma coincidência que uma fração considerável das classes altas brasileiras tenha recorrido àqueles que culpavam o “marxismo cultural” pelo conflito social quando as modestas conquistas de grupos historicamente marginalizados as obrigou a confrontar seu lugar e papel na estrutura social extremamente desigual do país. Nauseado ao ver seu reflexo no espelho, Calibã preferiu acreditar naqueles que diziam que o espelho estava quebrado. Da mesma forma, não é à toa que a ascensão de líderes que se recusam a reproduzir até mesmo as mesmas platitudes insinceras de sempre sobre o meio ambiente se dê justamente depois de décadas de fracasso no enfrentamento ao aquecimento global por parte de governos e mercados. Pode até ser mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo, mas é muito menos custoso psicologicamente simplesmente ignorar sua realidade.

Como veremos em mais detalhes no próximo capítulo, a racionalidade perversa da crença em narrativas irracionais, como conspirações antivacina ou elocubrações “antiglobalistas”, é que elas não deixam de reconhecer o quão grave é o estado geral das coisas, mas o fazem oferecendo o conforto de fantasias que prometem soluções relativamente simples. Com isso, elas são capazes de canalizar sentimentos antissistêmicos – a começar pela sensação de que há algo fundamentalmente errado com o mundo – em circunstâncias nas quais praticamente ninguém acredita que uma mudança sistêmica seja realmente possível. Ora, se as condições estruturais que criam um fosso cada vez maior entre ricos e pobres não podem ser modificadas, o que sobra para os de baixo é disputar migalhas cada vez menores entre si. E é exatamente para essa situação que a realidade alternativa que a extrema direita coloca no lugar do conteúdo traumático renegado prepara seus adeptos. Ao situar a fonte das diversas crises contemporâneas na apropriação indevida de recursos por “outros” variados (países, etnias, religiões, culturas, gêneros, sexualidades), e assim enquadrar o conflito distributivo como uma guerra contra estes, ela torna justificável perseguir os mais fracos e neutraliza de antemão o fardo psicológico gerado por quaisquer excessos que possam vir a ser cometidos ou apoiados. Trata-se de uma “*política conservadora da reprodução antagônica*”, na boa formulação de Alberto Toscano, em um mundo no qual a reprodução social tende a se tornar cada vez mais antagônica.⁴³

No negacionismo, portanto, encontramos o que no limite é o maior e mais irônico mal-entendido do qual depende a extrema direita: o fato de que ela sela uma aliança entre aqueles que se preparam para sobreviver em condições cada vez piores e uma elite cada vez mais à vontade com a ideia de que “não há mais lugar suficiente na terra para elas e para o resto de seus habitantes”.⁴⁴

CAPÍTULO 2

**O presente de uma ilusão:
Estamos em negação sobre o
negacionismo?**

Se você está lendo isto, provavelmente é a segunda vez que passa por uma crise daquelas que acontecem uma vez a cada cem anos – e ainda deve ter a primeira delas fresca na memória.

Para mim, a imagem definitiva do colapso financeiro de 2008 não foi a dos operadores da Bolsa em pânico, nem a dos funcionários de bancos de investimento deixando seus escritórios carregando seus pertences em caixas de papelão. Foi, antes, a de Alan Greenspan, ex-presidente do Banco Central estadunidense e um dos principais arquitetos da desregulação que possibilitou a catástrofe do *subprime*,¹ admitindo perante o Congresso dos Estados Unidos que havia sido obrigado a rever um de seus pressupostos fundamentais: o de que os agentes econômicos jamais deixariam a busca pelo lucro falar mais alto que seus instintos de sobrevivência. Atingido em sua própria lógica pela irracionalidade do mercado, despojado de suas pretensões normativas pelo desenlace descaradamente não meritocrático da crise, sem uma boa nova oferta para fazer à vasta maioria das pessoas, o neoliberalismo parecia sangrar legitimidade por todos os lados. Como muita gente na época, também achei que ele dificilmente conseguiria sobreviver ao choque. Uma década e vários novos choques depois, porém, o neoliberalismo continua aí: cambaleando, olhos vidrados, repetindo palavras de ordem mecanicamente – mas de pé.²

No início da pandemia da covid-19, houve quem fosse cautelosamente otimista: a ocorrência de uma segunda crise global de grandes proporções em pouco mais de uma década significava que a possibilidade de mudanças de verdade entrava novamente no mapa. Havia razões plausíveis para pensar assim. Segundo essa linha de raciocínio, a pandemia evidenciaria os riscos das longas cadeias logísticas do capitalismo global, a importância dos serviços públicos e as inúmeras interdependências entre as pessoas e os Estados, sublinhando, ao mesmo tempo, o valor da cooperação. O

vírus traria um choque da realidade de volta a um debate público cada vez mais contaminado por teorias conspiratórias e fantasias anticientíficas. Por fim, a retração econômica causada pela pandemia daria maior visibilidade ao aumento da desigualdade e às questões não resolvidas desde a Grande Recessão de 2008, criando condições semelhantes às que levaram à Primavera Árabe e a movimentos como 15M e Occupy.

É verdade que nos primeiros meses da pandemia alguns dogmas foram temporariamente suspensos e governos do mundo todo adotaram medidas que teriam sido anátemas apenas um mês antes: ações como expansão fiscal, investimento pesado em saúde pública, suspensão de despejos e da cobrança de aluguéis, bem como intervenções para garantir salários e empregos. Mesmo Jair Bolsonaro, que foi eleito defendendo um programa econômico ultraliberal, cedeu às pressões e sancionou o auxílio emergencial aos mais vulneráveis elaborado pelo Congresso. Desde o início, porém, essas medidas vieram acompanhadas da advertência de que, assim que as coisas voltassem ao normal, seria preciso reforçar a austeridade. Mais ainda: foram amplamente compensadas por uma política que segue a cartilha de 2008 ao zelar, acima de tudo, pelo bem-estar das grandes corporações e instituições financeiras.³ De forma geral, os governos continuam minimizando a escala do que está acontecendo e o tempo necessário para que a situação “volte ao normal”, interessados em evitar um debate de verdade sobre tudo que precisaria mudar para que as pessoas e seus meios de vida fossem realmente protegidos.

É claro que ainda podem surgir grandes movimentos exigindo que desta vez haja uma solução diferente. É preciso observar, porém, que as expectativas de que o vírus pulverizasse as *fake news* revelaram-se infundadas. Pelo contrário, as evidências que muitos acreditavam serem irrefutáveis parecem ter servido apenas para fortalecer algumas convicções irracionais entre a extrema direita. O fosso entre realidade e fantasia parece ter se ampliado a tal ponto que presidentes de países como Brasil e Estados Unidos, apesar de liderarem fiascos mundiais no combate à pandemia, mantiveram boa

parte de sua popularidade mesmo enquanto mobilizavam sua base social contra medidas protetivas, instituições científicas e os próprios trabalhadores da saúde. Para os seguidores de Trump, os méritos dele eram tão evidentes que uma fraude envolvendo todo o establishment estadunidense – inclusive parte do Partido Republicano – era a única explicação possível para sua derrota nas eleições. Já no Brasil, embora a derrota em sua guerra da vacina particular tenha tido um custo político para Bolsonaro, convém não esquecer que houve um momento de 2020 em que ele não apenas recuperou o apoio que perdera nos primeiros meses de pandemia, como tornou-se *mais popular* do que havia sido desde o início do mandato. Essa elasticidade que lhe permitiu recuperar seu piso de 30% de apoio mesmo após abalos que bastariam para destruir a carreira de outros políticos é, com efeito, o fato mais importante a se explicar.

Limitar e punir

Se há uma coisa que deveríamos ter aprendido com a última década é que fatores objetivos robustos não resultam automaticamente em movimentos sociais vigorosos, e menos ainda na descoberta espontânea da “linha correta” pelas massas. Embora seja difícil imaginar que não haverá grandes explosões sociais nos próximos anos, não há nenhum motivo para crer que elas assumirão formas facilmente reconhecíveis pela esquerda – ou que não acabarão instrumentalizadas pela extrema direita.

É nesse ponto que a conversa costuma se voltar para as *fake news*, às quais se atribui hoje a culpa pela manipulação da opinião pública que antes se imputava à televisão e à indústria cultural. E é bem verdade que parte da surpreendente resiliência demonstrada por Trump durante seu governo – e que Bolsonaro ainda demonstra, apesar de tudo – decorre da capacidade que ambos têm de disseminar suas próprias versões dos fatos por meio de uma

infraestrutura de informação muito mais eficiente do que aquela com que contam seus opositores. Mas o caminho que eu gostaria de tomar aqui é outro. Ele consiste em relacionar o mistério dessas duas resiliências – a do discurso de extrema direita e aquela evidenciada pelo neoliberalismo desde 2008 – não apenas para mostrar como as duas se comunicam e se retroalimentam, mas também para apontar na direção daquilo que está por baixo das *fake news* e constitui o terreno no qual elas prosperam.

Para dizê-lo em poucas palavras: se a extrema direita, ao recorrer à desinformação ou a qualquer outro subterfúgio, conseguiu mobilizar as paixões antissistema de milhões de pessoas que se sentem desassistidas e deixadas para trás, é porque esses sentimentos *existem*. Isto é, a mensagem da extrema direita só é convincente porque um grande número de pessoas acredita que há, de fato, algo profundamente errado com o sistema político e econômico atual. Combater essa mensagem não se resume, portanto, a combater as mentiras em que ela vem embalada, mas exige, em última análise, dar respostas às questões que estão na raiz desses sentimentos. Isso não poderá acontecer, no entanto, enquanto continuarmos negando a existência dessas questões.

Começemos com o primeiro mistério. Quem acreditou que a crise de 2008 inevitavelmente resultaria em mudanças radicais subestimou dois fatores. Primeiro: não previmos até que ponto nossos sistemas políticos se habituariam a operar com baixa legitimidade. Na falta de concorrência ou qualquer ameaça realmente séria ao seu poder, as elites políticas e econômicas parecem nutrir uma confiança infinita na sua capacidade de manter as coisas como estão, independentemente de contarem ou não com a confiança da maioria da população. Para isso contribuem reformas institucionais que visam subtrair cada vez mais áreas, especialmente a gestão fiscal e monetária, a qualquer tipo de controle democrático: o desenho da Zona do Euro, por exemplo, cuja falta de responsividade ficou clara com a crise grega de 2015; ou, no Brasil, o teto de gastos e a autonomia do Banco Central.

O segundo fator é a força inercial produzida pelos mecanismos disciplinares característicos do neoliberalismo: instabilidade laboral, redução da rede de proteção social, “pejetização”, endividamento privado etc. Esses mecanismos certamente têm se tornado mais draconianos em tempos de austeridade e uberização. Mas o neoliberalismo sempre teve uma dimensão de penalização ou castigo, que se expressa na sua conexão íntima com situações de crise, famosamente encapsulada por Naomi Klein na expressão “doutrina do choque”. A crise é o maior dispositivo disciplinar do neoliberalismo: a cada vez que uma se apresenta, ele não apenas se vale dela para acentuar a coerção econômica à qual as pessoas estão submetidas, como o faz reativando o mito fundador com o qual narrou sua ascensão nos anos 1970 e 1980 – o de ser a cura racional e tecnocrática para os excessos de um período precedente, o que o isenta de qualquer debate e o torna a única alternativa possível. Pouco importa que os excessos e as crises sejam, hoje, produzidos pelo próprio neoliberalismo; não vivemos mais a crise da gestão, mas a era da gestão por meio de crises.

Se hoje o neoliberalismo parece assumir feições cada vez mais “punitivas”, como observou Will Davies,⁴ isso se dá porque os apelos para que apertemos os cintos já não são acompanhados por mais que apenas uma pálida perspectiva de que estes um dia poderão ser novamente afrouxados. Enquanto em outros tempos o sacrifício aparecia como uma maneira de melhorar de vida, agora ele aparece cada vez mais como um fim em si mesmo: o puro imperativo de nos adaptarmos a um horizonte de expectativas cada vez mais baixas. Esse aspecto chegou a seu paroxismo com a pandemia, quando o discurso oficial, em lugares como o Brasil e os Estados Unidos, passou *literalmente* a dizer que as pessoas teriam de escolher entre a economia e a vida.

Que isso tenha sido politicamente possível – que não tenha destruído a carreira de líderes como Bolsonaro e Trump – é indicativo do quanto já nos habituamos às expectativas decrescentes. Quando Foucault chamou o liberalismo de “quadro geral da biopolítica”,⁵ o que ele queria dizer é que o manejo estatal dos

processos relativos à vida da população se baseia num cálculo de custo-benefício (o maior ganho pelo menor custo) e tem no mercado a instância última de aferição de seu sucesso ou fracasso. Mas o que ele não observou na época é que há uma assimetria entre os dois termos: enquanto o “maior ganho” é vago e não tem um limite determinado, o “menor custo” tem – é zero. O que o neoliberalismo fez ao longo de quatro décadas foi medir “maior ganho” cada vez mais por sua proximidade com o “custo zero”. O resultado foi que a melhor intervenção pública acabasse sendo, por definição, aquela que não custa nada: ou seja, intervenção nenhuma. Ao se eximirem até onde puderam do dever de intervir para proteger a vida, Trump, Bolsonaro, Boris Johnson e outros estavam testando até que ponto essa lógica já se tornou naturalizada; o resultado é sombrio.⁶ Nada é mais representativo dessa transformação do que o modo como a expressão “imunidade de rebanho” mudou de sentido: entendida historicamente como a imunização atingida ao final de um esforço (público) de vacinação, ela hoje é invocada sobretudo por aqueles que a entendem como a proteção resultante de deixar uma doença fazer seu estrago livremente no seio de uma população.

Uma revolta conformista

Uma das razões pelas quais os índices de aprovação de Bolsonaro chegaram a subir durante a pandemia – mesmo ele tendo perdido uma parcela de seus apoiadores entre a faixa mais rica da população – foi, sem dúvida, o programa de auxílio emergencial ao qual ele inicialmente se opôs.⁷ Outra razão, porém, foi que, para muitos eleitores pobres que passaram a aprovar seu governo, dizer que era preciso escolher entre vida e economia *correspondia objetivamente à verdade*. Visto que a desigualdade tornava a quarentena um luxo insustentável para eles, colocar a questão como uma escolha entre potencialmente morrer de covid-19 e potencialmente morrer de fome demonstrava que Bolsonaro

compreendia sua realidade melhor que os hipócritas que lhes diziam para ficar em casa quando sua única opção era sair para trabalhar.

A triste realidade é que, em casos como esse, a história que a extrema direita conta faz *mais sentido* para um grande número de pessoas do que qualquer coisa que a esquerda esteja dizendo. Isso acontece porque a história que a extrema direita conta corresponde mais claramente ao mundo que a maioria das pessoas conhece em seu dia a dia; ela ressoa com sua experiência vivida. Para muita gente, ouvir que a vida se resume a uma sequência de escolhas difíceis numa luta até a morte por recursos escassos não parece nem um pouco exagerado. Mais: essa narrativa ressoa com o efeito disciplinador que sua experiência vivida efetivamente tem – o sentimento profundamente enraizado de que esse é o limite do possível e que não há como mudar os fatos fundamentais que definem o modo como vivemos.

Porque essa é a grande ironia e o grande paradoxo da política de extrema direita: o que ela propõe é uma forma extremamente conformista de revolta. Embora se apresente como uma oposição às elites – compreendidas em termos culturais e políticos, não econômicos, o que explica como um bilionário pode se lançar como paladino do homem comum nos Estados Unidos –, o futuro que a extrema direita projeta se parece muito com o presente. No que diz respeito à estrutura social, sua concepção de mundo é perfeitamente resignada ao *status quo*. O que a extrema direita oferece é, em resumo, uma política antissistema para pessoas que não acreditam que o sistema possa de fato mudar: tudo permanece basicamente igual, só que rendendo ganhos supostamente maiores para aqueles que hoje se sentem deixados de lado.

Acredito que isso revela uma dimensão de nossa situação atual que ainda precisa ser devidamente analisada. Podemos chamá-la de “negacionismo”, mas o que pretendo sinalizar é um fenômeno mais amplo do que aquilo que se costuma entender por esse nome. É claro que o negacionismo do Holocausto continua bastante presente nos meios de extrema direita, bem como o negacionismo do clima, cujos métodos certamente inspiraram as técnicas de desinformação

de figuras como Bolsonaro e Trump. Estudiosos de longa data do negacionismo, como Déborah Danowski, há tempos observam essas conexões.⁸ Mas o que tenho em mente aqui não são apenas as mentiras e falácias daqueles que descrevemos como “negacionistas”, mas sobretudo a relação que existe entre essas inverdades e o público que elas cultivam. Mais precisamente, interessa-me pensar qual é a demanda a que elas vêm atender.

Fugindo sem sair do lugar

Não há dúvida de que o simples volume de desinformação hoje existente é um fator importante. São ecossistemas inteiros de fontes que se reforçam mutuamente, desenvolvidos para interferir em nossa capacidade de formar crenças saudáveis, e os algoritmos de nossas plataformas digitais mais populares constantemente nos arrastam em direção a esses mundos paralelos. (Uma coisa que demoramos a perceber em relação à internet é que a crença, sendo um fenômeno necessariamente social – um sistema de crédito, como apontava William James –, possui também uma natureza estatística. Depois que o volume de desinformação disponível ultrapassa certo limiar numérico, é muito difícil para o sistema se recuperar.) Mas o processamento da informação é ele mesmo limitado por uma série de vieses cognitivos que respondem, por sua vez, a necessidades inconscientes. A pergunta que deveríamos nos fazer, portanto, é: quais necessidades são supridas pelas narrativas da extrema direita?

Podemos começar observando que “negação” se refere, na verdade, a duas realidades distintas. Quando chamamos um membro do lobby do petróleo ou do tabaco de “negacionista”, normalmente queremos dizer que essa pessoa sabe que o que está negando é real; em outras palavras, que ela está conscientemente mentindo. Quando dizemos que alguém está “em negação”, no entanto, damos a entender que essa pessoa está se protegendo de maneira

inconsciente de uma experiência ou um pensamento traumático – exatamente aquilo a que Freud deu o nome de *Verleugnung*, e que se costuma traduzir ao português como “renegação”. Essa distinção sugere imediatamente uma relação possível entre os dois tipos de negação: a negação inconsciente cria a demanda que será atendida pela negação consciente fornecida pelos “mercadores da dúvida”⁹ profissionais. Não seria o caso de cogitarmos, então, a possibilidade de que a renegação do estado de coisas em que vivemos seja um componente importante do espírito de nosso tempo – uma renegação que as mentiras da extrema direita são extremamente eficazes em aplacar?

É bem verdade que o presente que a extrema direita pinta está longe de ser cor-de-rosa. Pelo contrário: sua narrativa é a de um conflito civilizacional se aproximando rapidamente da hora decisiva, em que o heroísmo fantasioso de um suposto “espírito das Cruzadas” é repaginado para o confronto com inimigos como imigrantes, negros e mulheres donas de suas próprias vidas. O que essa narrativa tem de notável, no entanto, é o modo como ela transforma as ameaças reais que vemos crescer no horizonte em versões distorcidas de si mesmas, como reflexos numa casa de espelhos. Assim, o problema da democracia não é que as elites políticas no mundo todo estejam inteiramente comprometidas com os interesses das corporações e dos mercados financeiros, mas uma conspiração secreta de bilionários pedófilos planejando instituir um governo mundial.¹⁰ O problema da economia não é a acumulação de capital ter se dissociado a tal ponto da produção que os muito ricos se tornaram relativamente indiferentes às vicissitudes da economia real que ameaçam o resto da população, mas os privilégios indevidos recebidos por imigrantes e minorias. O problema das pandemias globais não é a urbanização descontrolada ou a produção industrial de comida de baixa qualidade, mas um complô chinês para parar a economia. Por fim, o problema do meio ambiente não é a mudança climática, mas a instrumentalização da ciência por uma agenda política decidida a mudar nossos estilos de vida e impedir o crescimento.

Louis Althusser famosamente definiu a ideologia como representando “a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”.¹¹ Se a realidade de nossas condições de existência vai se tornando cada vez mais traumática, não seria de esperar que houvesse uma fuga cada vez mais intensa dessas condições em direção ao imaginário? A verdade por trás do quadro impregnado de violência pintado pela extrema direita é que estamos vivendo numa era de expectativas decrescentes, na qual a experiência cotidiana se tingem cada vez mais da sensação difusa de que, se tudo permanecer como está, o que o futuro reserva são condições cada vez piores de reprodução social para um número cada vez maior de pessoas. Menos emprego, menos renda, menos acesso a bens e serviços fundamentais; mais riscos e menos proteção. Mudanças climáticas, estagnação econômica, precarização, falta de controle democrático sobre as instituições, pandemias, sobrecarga informacional, riscos cada vez mais onipresentes e imprevisíveis: eis o ruído de fundo constante de nossas vidas hoje, os movimentos furtivos que percebemos nos limites de nosso campo de visão. A extrema direita dialoga com esse terror atmosférico reconhecendo que, sim, estamos diante de um abismo, ao mesmo tempo que fabula um abismo imaginário menos traumático que aquele efetivamente existente – dado que suas causas e as soluções que exigem são, ainda que dolorosas, comparativamente simples.

Considerando que as mentiras da extrema direita respondem a essa ansiedade difusa, é compreensível que muitos as considerem mais verossímeis do que qualquer tentativa de convencê-los de que as coisas no geral estão melhorando e estamos apenas atravessando um mau momento que em breve ficará para trás. Mas elas vão além. Ao gerar identificação com líderes que estão constantemente expondo as mentiras da esquerda e a hipocrisia do politicamente correto – *owning the libs*, na linguagem da internet –, elas oferecem recompensas psicológicas óbvias: pertencimento, a sensação de reconhecimento, e “a ideia e a performance do vencer [*winning*], da dominação explícita, num contexto de renda familiar em

queda, de medo do desemprego, da ameaça de ficar sem teto e de uma probabilidade crescente de uma morte prematura e dolorosa por conta das muitas toxicidades do capitalismo”.¹² Contudo, ao identificar a apropriação indevida de recursos por diversos “outros” (países, etnias, religiões, culturas) como fonte do problema, e a luta para impedir esses “outros” de acessarem tais recursos como a solução, a extrema direita conta uma história que se adequa muito bem a um mundo no qual a desigualdade cresce, os recursos diminuem e aqueles que estão na base da pirâmide social são forçados a uma luta cada vez mais encarniçada por sobras cada vez mais escassas. Para quem já tem a sensação de viver à beira do estado de natureza, ouvir falar da iminência de uma guerra civil, por mais delirante que isso possa parecer, talvez faça algum sentido: a ideia não apenas descreve o mundo tal como essas pessoas o vivem, como lhes confere certa vantagem competitiva ao legitimar que se antecipem no ataque ao “inimigo” – em geral, um concorrente direto na batalha pela sobrevivência. Como já observava Theodor Adorno, no fundo pouco importa se o seguidor da extrema direita realmente acredita que o outro é o demônio, contanto que aja conforme a crença de que o outro deve ser vencido a qualquer preço.¹³

Há, portanto, um sentido em que podemos dizer que as fantasias da extrema direita oferecem, mesmo que da forma distorcida que as caracteriza, uma resposta razoável à insanidade que estamos atualmente construindo. Em um mundo no qual a reprodução social tende a se tornar cada vez mais antagonística, ela assume a inevitabilidade da luta de todos contra todos. Reduzir a força interpelatória dessas fantasias a mero efeito das *fake news* é uma tentativa de negar esse fato fundamental. E, visto que a tentativa de fugir à verdade de nossa condição atual é uma dimensão afetiva decisiva de nosso tempo, não é de surpreender que mesmo aqueles que desejam resistir à insanidade crescente, e a um tipo de política que visa acelerá-la, acabem enredados em suas próprias reneгаções. Nós também somos negacionistas; em relação ao que mais não estaremos em negação?

O pior cego

Abri este ensaio falando da resiliência do neoliberalismo e chamando atenção para o fato de que o mito da espontaneidade ainda induz muita gente ao erro. Ninguém nega, é claro, que as condições objetivas de existência têm efeito sobre o que as pessoas fazem e pensam, ou que mudanças repentinas nessas condições podem alterar de uma hora para outra os próprios limites do que é pensável e factível num dado momento. O problema é quando acreditamos que, dentre as várias formas que essas transformações podem assumir, serão *necessariamente* as que desejamos que se realizem. Ao convencer-nos de que o resultado que esperamos se verificará independentemente de quaisquer esforços para produzi-lo – ou de nossa capacidade efetiva de obtê-lo –, essa ideia cumpre a função compensatória óbvia de nos oferecer uma racionalização que minimiza nossa própria fraqueza política e fragilidade organizacional, ao mesmo tempo que aplaca o medo daquilo que poderíamos nos tornar caso viéssemos a nos organizar melhor. Mas se pôr todas as fichas numa revolta democrática espontânea era, uma década atrás, um erro arriscado, o erro e os riscos são ainda maiores hoje, num ambiente em que a extrema direita é uma força real.

Literalmente, nada garante que as revoltas antissistêmicas que tendem a ocorrer ao longo desta década não possam vir a ser capturadas pela extrema direita e acabar reforçando o sistema contra o qual se levantam. Retorno a algo dito anteriormente: se a extrema direita demonstra enorme capacidade de vencer disputas narrativas como aquelas que cercam a pandemia da covid-19, pelo menos entre seu público cativo, é porque conta com uma infraestrutura informacional muito superior à de seus adversários; enquanto não admitirmos isso, estaremos em negação. E não se trata apenas dos grupos de WhatsApp ou de influenciadores digitais turbinados pelo próprio gabinete presidencial, mas também do fato de que essas narrativas chegam às pessoas por meio de pessoas de confiança, na igreja, no rádio, no ambiente familiar, no convívio

social e assim por diante. Romper com essa redundância informacional que a direita é capaz de produzir exige, portanto, não apenas criar redes de comunicação mais extensas e eficazes, como fazer-se presente de maneira regular e confiável na vida das pessoas. Isso, por sua vez, demanda organização.

Se podemos dizer que a espontaneidade é a ilusão dos radicais, os liberais e moderados – *liberals* no sentido estadunidense da palavra – frequentemente padecem de outro tipo de ilusão. É uma ilusão que consiste em estabelecer falsas simetrias entre os extremos políticos e em idealizar o consenso centrista que prevaleceu desde a consolidação da hegemonia neoliberal até 2008. Em última análise, essa atitude equivale a supor que as pessoas perderam temporariamente o juízo, mas que tudo pode voltar a ser como antes assim que líderes “sensatos” estiverem novamente no comando. O que essa postura ignora, ou finge ignorar, é que a distribuição da riqueza e a representação política se tornaram tão desequilibradas nas últimas décadas que qualquer tentativa de reequalizá-las não tem como não parecer radical comparada ao que temos agora; e que, numa questão como a do meio ambiente, o tempo para uma abordagem gradualista já se esgotou faz tempo: a esta altura do campeonato, vencer aos poucos é o mesmo que perder. Na medida em que continua a subestimar a magnitude dos desafios que temos diante de nós, e com isso contribui para a manutenção das condições que alimentam o crescimento da extrema direita, essa ilusão talvez seja a forma mais perigosa de renegação que existe hoje.

CAPÍTULO 3

Os *trolls* no poder

Há quem ainda se refira a Jair Bolsonaro e o núcleo ideológico que o cerca com palavras-Pilatos como “polêmico” e “controverso”. A resistível ascensão e queda do secretário especial da cultura Roberto Alvim indica, porém, que mesmo a classificação mais apropriada de “extrema direita” é imprecisa. Desde suas técnicas de comunicação até cacóetismos como a obsessão pelas Cruzadas e os gritinhos de “*Deus vult!*”, o modelo que inspira os ideólogos bolsonaristas é a franja radical conhecida nos Estados Unidos como *alt-right*. Constelação heterogênea de grupos e figuras públicas traficando um coquetel insalubre de supremacismo branco, misoginia e, sim, flertes com o nazismo, a *alt-right* ficou conhecida internacionalmente por seu engajamento na campanha presidencial de Donald Trump – em quem viu, mais que um aliado, um veículo para propagar suas ideias.¹

Além das crenças extremas, o que diferencia a *alt-right* do conservadorismo *mainstream* é seu domínio instintivo da comunicação em tempos de redes sociais, *clickbait* e economia da atenção. Como tantos outros, ela percebeu as possibilidades oferecidas por um ecossistema informacional em que qualquer um pode publicar qualquer coisa a quase nenhum custo; em que fontes suspeitas são difíceis de distinguir das confiáveis; em que a caça por cliques privilegia manchetes sensacionalistas e frequentemente falsas; em que a busca dos algoritmos por engajamento favorece conteúdos extremos; e em que uma interpretação pusilânime do dever jornalístico de “ouvir os dois lados” contribui para dar valor de verdade a narrativas sem qualquer lastro nos fatos, transformando mentiras em “diferenças de opinião”. Mas foi a *alt-right* quem entendeu primeiro, e melhor do que a maioria, as vantagens de assumir a posição de uma das figuras centrais da cultura contemporânea: o *troll*.

Pela pátria, pelos *lulz*

Embora a etimologia do termo seja duvidosa, o *troll* é tão ubíquo e fácil de reconhecer que a palavra já migrou para a vida offline. Ele é alguém que busca instigar reações fortes e parece se alimentar da própria capacidade de provocar confrontos e expor os outros ao ridículo. Embora seja hoje instrumentalizada para uma série de fins políticos e comerciais, na origem da trollagem como fenômeno cultural está uma ética que põe um humor iconoclastico e sem limites – *lulz*, na linguagem da internet – acima de qualquer consideração de bom gosto, moral, utilidade política ou mesmo bem-estar alheio.

A dissociação emocional característica da vida online favorece esse descompromisso com os possíveis efeitos da própria ação. Na internet, mesmo quando não estamos interagindo anonimamente, a mediação tecnológica nos desinibe para agir de maneira diferente, e frequentemente nos faz esquecer que há pessoas de carne e osso do outro lado. Como uma camada extra de dissociação, aquilo que a pesquisadora Whitney Phillips chamou de “máscara da trollagem” cria uma barreira afetiva que permite ao *troll* minimizar as consequências do que faz e sustentar a inocência de suas intenções – que não pretendem causar mal algum, mas são “apenas diversão”.²

Por trás desse mecanismo reside uma assimetria que Phillips explica a partir da teoria do jogo de Gregory Bateson.³ Se uma brincadeira supõe que o entendimento tácito entre os participantes sobre as ações que ali ocorrem devem ser interpretadas de maneira lúdica e não literal, o *troll* é aquele que *privadamente* tem consciência de estar brincando, mas o sucesso de seu jogo depende de que o outro o leve a sério. Não há reciprocidade: ele não brinca com o outro, mas à custa do outro, para diversão sua e de um público capaz de entender e apreciar o espetáculo. Sua comunicação é, portanto, sempre dupla. Aquilo que outros *trolls* sabem ser brincadeira precisa ser levado a sério pelos *normies* (os “normais”, isto é, os não *trolls*); entretanto, quanto mais longe um *troll* consegue

levar a brincadeira e confundir os *normies*, mais ele será levado a sério por seus pares.

Aí está a chave para entender a estratégia da *alt-right* e, por extensão, do bolsonarismo. A dupla comunicação, e o fato de que é o *troll* quem decide quando está brincando e quando está falando sério, são a base de sua técnica para introduzir ideias “polêmicas” e “controversas” no debate público de maneira irônica, humorística ou com certo distanciamento crítico, mantendo sempre a dúvida sobre quanto daquilo é brincadeira e quanto é para valer. Assim, enquanto o público “interno” reconhece o falante como “um dos seus” e entende a mensagem como séria, mas sua veiculação como uma grande piada à custa dos *normies*, o agitador de extrema direita vai testando os limites do público “externo”, sem nunca deixar de ter uma rota de fuga. Se em algum momento julgar-se que passou dos limites, ele sempre poderá dar um passo atrás e dizer que foi mal interpretado, que se tratava de uma brincadeira, e virar a mesa, transformando o episódio num caso de perseguição ou numa defesa da livre expressão e um ataque a uma cultura em que “ninguém mais sabe brincar”. É o que fazem os humoristas que construíram carreiras como críticos do “politicamente correto”; é também o que repetidamente fazem membros do governo Bolsonaro com suas ameaças (nem tão) veladas de golpe.

Às vezes o agitador será apanhado fazendo uma provocação tão grande que não conseguirá recuar; foi o que aconteceu com Roberto Alvim e o britânico Milo Yiannopoulos, por exemplo.⁴ Nesses casos, o sujeito é expulso do debate e rejeitado pelos pares porque, com sua falta de traquejo, acabou revelando a mão de seus colegas de jogo. De um jeito ou de outro, porém, terá conseguido o que queria: fazer um aceno a seus asseclas e introduzir ideias extremistas no *mainstream*. É por isso que a internet deu a esse tipo específico de *troll* o nome de *edgelord*: aquele que utiliza a ousadia provocativa (*edginess*) para forçar o limite (*edge*) do aceitável. Se alguém duvida da eficácia dessa tática, basta lembrar como nosso atual presidente foi durante anos *troll* de estimação de programas de

rádio e tv – e o quanto a frase “mas ele só estava brincando” contribuiu para normalizar sua candidatura.

Você trabalha para eles

Nesse jogo, a *alt-right* também sabe se aproveitar muito bem da indignação de seus adversários. Primeiro, porque, na economia das redes, engajamento é tudo, não importa se bom ou ruim. Cada trollagem bem-sucedida produz uma onda de ultraje que leva milhares de pessoas a divulgar o material “polêmico” e sua fonte, aumentando sua circulação, visibilidade e viabilidade financeira ou eleitoral. (Um antídoto para isso é comentar sem citar nomes e compartilhar apenas em privado.) Segundo, porque as reações indignadas podem então ser usadas para pintar uma imagem ainda mais caricata de seus adversários: como otários que caíram na armadilha; como patrulhadores, inimigos da liberdade de pensamento, elitistas; ou ainda como moralistas sem senso de humor e emocionalmente descontrolados. Foi assim que a nova extrema direita logrou explorar tanto o rechaço ao “politicamente correto” quanto os pânticos morais característicos do conservadorismo tradicional e se posicionar como a voz dos desejos antissistêmicos ao mesmo tempo que associava a esquerda – que, verdade seja dita, pouco fez para se ajudar – ao establishment, a uma cultura *uncool* e ultrapassada, ao controle de pensamento.

Quando houve a polêmica envolvendo a exposição Queermuseu em Porto Alegre em 2017, já se chamava a atenção para o fato que a extrema direita aprendera a utilizar a seu favor a tendência das plataformas digitais a produzir polarização (ou *cismogênese*, citando Bateson novamente).⁵ A pergunta que ficava no ar era: se as provocações já são feitas antecipando as reações contrárias, deixá-las sem resposta também não é uma opção, como reagir? Uma possibilidade que me ocorria naquela época era a operação artística

que consiste em tomar conscientemente o mecanismo psicológico da *superidentificação* para, em vez de antagonizar uma coisa diretamente, tomá-la mais ao pé da letra que seus próprios defensores, levando-a assim a suas últimas consequências, expondo o que ela tem de obsceno, indesejável e abjeto.

A *Gesamtkunstwerk* de Roberto Alvim

Um exemplo famoso dessa superidentificação foi o movimento artístico dos anos 1980 chamado *nsk* (*Neue Slowenische Kunst*, ou Nova Arte Eslovena), do qual o grupo de rock industrial Laibach foi a parte mais conhecida. Em vez de assumir a posição mais comum de críticos do regime iugoslavo, o *nsk* performava uma adesão ao Estado e à ideia de nação tão exagerada que expunha o que era problemático em ambos de maneira mais desconfortável que qualquer discurso dissidente. Com o tempo, a mesma tática seria usada contra o bom-mocismo liberal do “Ocidente”. Na versão do Laibach para uma canção do Queen, o ar marcial da música dava às platitudes bem-intencionadas da letra (“uma só carne, uma religião verdadeira”) conotações alarmantemente fascistas.

Usar a superidentificação no Brasil hoje seria, portanto, explicitar aquilo que os *edgelords* bolsonaristas dizem apenas nas entrelinhas, rompendo com a indefinição “é sério/é brincadeira” própria de seu jogo. O risco óbvio é que haja tantos absurdos circulando no debate público que a caricatura deles não só já não cause repulsa, como acabe angariando apoios. Em todo caso, essa discussão foi antecipada pelo “polêmico” vídeo de Roberto Alvim.

Sejamos claros. O secretário da Cultura não caiu por “ser” nazista; é perfeitamente provável que o nazismo seja para ele uma máscara como qualquer outra. Também não caiu por citar ou se inspirar no nazismo; outros membros do governo fizeram isso e saíram prestigiados.⁶ Tampouco porque foi pego; a citação era uma

trollagem e, como tal, visava despertar risos nos amigos e fúria nos adversários. Alvim caiu porque faltou-lhe a arte de seus colegas de governo para testar os limites sem perder a mão. Na ânsia de agradar os novos patrões, carregou tanto na dose que, como um *idiot savant*, acabou produzindo uma obra-prima acidental da superidentificação: um discurso que juntava alguns dos elementos mais sinistros no ideário bolsonarista e os comparava *explicitamente* – e em termos positivos! – ao nazismo. Poucas críticas ao governo foram, até aqui, tão demolidoras quanto essa.

Há anos, o jogo do *edgelord* tem sido o cavalo de Troia da *alt-right* para penetrar no debate público e travar o que eles veem como uma “guerra cultural”. Mas o jogo não depende apenas da soberania que o *troll* exerce sobre o próprio discurso, sua capacidade de operar numa zona de indistinção entre seriedade e brincadeira. Depende também de uma classe política, da imprensa, de operadores do mercado etc. dispostos a permitir ou mesmo incentivar os agitadores a seguir jogando. Tratar Roberto Alvim como “exceção”, caso de “foro privado”, ou mesmo evidência de que o governo não seria extremista e as instituições o estariam moderando, é fazer-se de desentendido quanto à natureza do que ele foi pego fazendo e fingir que não há vários outros jogando o mesmo jogo todos os dias nas redes, na mídia e no discurso oficial. É também normalizar o fato de que, para além do “exagero” das referências cifradas ao nazismo, o conteúdo de sua fala e o dirigismo de seu Prêmio Nacional das Artes bastam para mostrar que *a extrema direita está avançando*. É bom que quem faz isso em nome das reformas, da economia, do carreirismo ou da expediência política tenha bem claro que está contribuindo para trazer o extremismo cada vez mais para o centro da arena. Em qualquer momento pode ser tarde demais para pôr as barbas de molho.

CAPÍTULO 4

Pequenos fascismos, grandes negócios: Bolsonarismo como empreendedorismo

Levou mais tempo do que muitos esperavam, mas o coquetel de inépcia, descaso, erosão institucional e corrupção graúda finalmente atingiu a base de apoio de Jair Bolsonaro no início da segunda metade de seu mandato. Mas apesar da perda de parte dos cerca de 30% de apoio que permanecera inalterado desde os primeiros meses de governo – e chegou inclusive a oscilar positivamente nos piores tempos da pandemia de covid-19 –, algumas coisas se mantiveram iguais. Entre elas, a fidelidade dos eleitores mais velhos, dos mais ricos e dos que se declaram empresários.

Não surpreende que o empresariado continue bolsonarista, já que esse foi o único setor com o qual o governo demonstrou algum cuidado ao longo da pandemia. Em meio ao fluxo de desinformação que jorrava diretamente do gabinete presidencial, uma das poucas mensagens constantes era a de que não havia preocupação maior que a economia, e todas as outras estavam a ela subordinadas. Não que isso se traduzisse em incentivos às empresas e medidas enérgicas para proteger empregos. O apoio de Bolsonaro aos empreendedores expressou-se de maneira fundamentalmente simbólica, mas nem por isso ineficaz. Deu-se na sabotagem permanente às medidas restritivas de estados e municípios; na crítica ao fechamento do comércio e nos acenos aos movimentos organizados por empresários para exigir que seus negócios continuassem funcionando; e, sobretudo, na afirmação reiterada de que não haveria mais nada a fazer senão seguir trabalhando normalmente enquanto as mortes se acumulavam.

A relação entre bolsonarismo e empreendedorismo, contudo, não se esgota aí. Seria apressado entender a popularidade de Bolsonaro entre os empresários e os ricos como essencialmente a mesma coisa. Apesar da perda de apoio entre as classes mais baixas, continua havendo tanto um bolsonarismo de classe alta quanto um bolsonarismo popular, justamente porque o bolsonarismo

é um fenômeno interclasses.¹ Para que essa aliança entre classes fosse possível, foi preciso que algumas imagens e palavras produzissem identificação entre setores muito díspares da sociedade. Assim como “mamata” (que constrói um inimigo que vai da “velha política” até os cotistas nas universidades) e “cidadão de bem” (que tem sentidos diferentes para diferentes pessoas),² “empreendedor” foi um desses signos. Afinal, trata-se de um termo que não só abarca realidades muito distintas – do executivo ao trabalhador informal, do proprietário de uma cadeia de lojas ao pequeno comerciante –, como, ao representar um objeto de aspiração, pode se referir tanto à realidade quanto a um desejo. Num mundo em que as pessoas são constantemente exortadas a admirar os empresários e enxergar as coisas desde seu ponto de vista, não é de estranhar que uma candidatura que se apresentava como defensora dos empreendedores pudesse atrair ricos e pobres ao mesmo tempo.

Mas a função de operador ideológico de uma aliança entre diferentes classes também não diz tudo sobre o papel do empreendedorismo na política atual. É preciso entender o bolsonarismo não apenas como pró-empreendedor, mas como um fenômeno empreendedorístico em si mesmo. Desde a viragem que transformou o progressismo difuso de 2013 nos protestos pró-impeachment de 2015, “ser de direita” (e, gradualmente, de *extrema* direita) tornou-se uma opção de carreira para uma série de pessoas. Esse “empreendedorismo político” teve um papel fundamental na construção da onda que alçou Bolsonaro à Presidência – e, evidentemente, atingiu outro patamar com a tomada do poder.

O triunfo da vontade

A ideologia do empreendedorismo prevalente nas últimas décadas possui diversas fontes, que vão do neoschumpeterianismo do teórico da administração Peter Drucker à generalização do “empreender”

como praticamente sinônimo da ação humana pela Escola Austríaca de Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek. Em países como o Brasil, sua disseminação a partir dos anos 1980 se deveu sobretudo a quatro fatores. Os dois principais foram, naturalmente, o domínio absoluto das ideias neoliberais no debate público e as políticas inspiradas por essas ideias, que favoreciam o mercado como mecanismo de alocação de recursos em detrimento de direitos sociais e serviços públicos, aumentando a coerção econômica sobre as pessoas e intensificando a lógica do “matar ou morrer”. Mas pesaram também a penetração crescente de igrejas evangélicas pregando a chamada “teologia da prosperidade” e o *boom* da indústria da autoajuda e do *coaching*. Esta última – uma espécie de ouroboros do empreendedorismo, no qual a demanda constante de auto-otimização para o mercado é transformada em oportunidade de negócios – consiste no curioso ramo em que um indivíduo cujo único negócio é ele mesmo ensina a outros indivíduos os segredos para ter sucesso nos negócios.

Conforme vimos no primeiro capítulo, os governos de esquerda que prosperaram na América Latina no início deste século não representaram um momento de refluxo da ideologia do empreendedorismo, antes pelo contrário. Como aponta a cientista social argentina Verónica Gago, eles a mobilizaram amplamente ao mesmo tempo que, num certo sentido, a “democratizavam”.³ Nesse período, as condições econômicas favoráveis e a aposta em políticas distributivas e no mercado consumidor interno criaram as bases para um “empreendedorismo popular” que funcionou como fonte de dinamismo econômico e de ascensão social. Com isso, o progressismo contribuiu para a consolidação daquilo que Gago denomina “neoliberalismo desde baixo”: uma condição em que as classes populares, cada vez mais habituadas à privatização dos riscos e aos discursos de legitimação da ordem econômica promovidos pelo neoliberalismo, internalizam a lógica do “empreendedor de si mesmo” e passam a conceber nesses termos suas próprias estratégias de vida.

Mesmo em condições normais, o mercado sempre produz muito mais perdedores que vencedores. Aliás, a ficção de que o mercado seria um espaço em que os indivíduos florescem exclusivamente por seus méritos normalmente serve para ocultar todas as vantagens que os vencedores efetivamente tiveram (riqueza intergeracional, boas conexões, acesso privilegiado ao poder político etc.). Mas o poder da ideologia do empreendedorismo provém, em grande medida, do fato de que a impossibilidade de realizá-la reforça a identificação com ela em vez de enfraquecê-la. Quando se crê que o êxito depende exclusivamente do esforço individual, o fracasso não é experimentado como sinal de que os dados estão viciados, mas como culpa, vergonha e chamamento para dar ainda mais duro. O sucesso e a própria figura do empreendedor se tornam, assim, objetos daquilo que a teórica estadunidense Lauren Berlant, recentemente falecida, chamou de “otimismo cruel”: o apego a uma promessa de felicidade que não só nunca se concretiza como nos impede de obter felicidade, mas à qual retornamos de novo e de novo com a esperança de que “desta vez vai ser diferente”.⁴

Acumulada ao longo de décadas, essa repetição produz tanto solidariedade negativa (o sentimento de que “se eu tenho que passar por isso, todo mundo também tem”) quanto ressentimento (o ódio oriundo da experiência de não obter aquilo que se imagina merecer). Vem daí muito do material que Donald Trump e outros líderes de extrema direita tiveram para trabalhar nos Estados Unidos e na Europa. Mas o ressentimento também pode se produzir num tempo bem mais curto, caso haja um achatamento súbito do horizonte de futuro, como ocorrido no Brasil. Sem dúvida não foi apenas a onipresença e o apelo perverso da ideologia do empreendedorismo que seduziram pessoas de realidades bem díspares nas eleições de 2018. A crise econômica iniciada em 2014 frustrou expectativas tanto no topo quanto na base da pirâmide social, ao mesmo tempo que o estouro de um grande escândalo de corrupção oferecia uma explicação causal simples e um alvo fácil para o ressentimento: a culpa fora da “velha política” e da “roubalheira do pt”. Como os anos de roubalheira do pt haviam sido também vantajosos para

determinados grupos sociais, o ódio podia ser estendido ao porteiro que tinha conseguido viajar para Nova York, à filha da empregada doméstica que entrara na universidade pública, aos indígenas cujas terras foram reconhecidas, às pessoas lgbtqia+ que ganharam proteções legais ou aos artistas que organizaram eventos com apoio da Lei Rouanet.

O ressentimento súbito causado pela crise podia, assim, comunicar-se com um ressentimento que se acumulara progressivamente ao longo da década anterior, e talvez até antes. Ao contrário do primeiro, comum a ricos e pobres, o segundo estava mais concentrado num estrato social específico: a baixa alta classe média.

A baixa alta classe média

Quando Trump ganhou as eleições de 2016, a surpresa foi quase inteiramente posta na conta da mítica “classe operária branca” das regiões desindustrializadas por décadas de globalização neoliberal. Por mais que esse segmento social possa de fato ter decidido o resultado da votação em seus distritos, essa análise confundia anedota e fato ao ignorar que apenas 25% dos eleitores de Trump correspondiam ao perfil de pessoa branca, sem diploma universitário e com renda familiar abaixo da mediana nacional, ou não levar em conta que eleitores pobres em relação à mediana nacional se revelavam relativamente afluentes na comparação com as áreas em que viviam (“nacionalmente pobres, mas localmente ricos”).⁵ Da mesma maneira, no Brasil, enquanto a esquerda foca nos milionários que apoiam o governo e a direita tenta se apresentar como a verdadeira voz do povo, talvez devamos identificar o coração do bolsonarismo com um estrato que poderíamos chamar, aproveitando a expressão de George Orwell em *O caminho para Wigan Pier*, de “baixa alta classe média”.⁶

No Brasil de hoje, muito distinto da Inglaterra eduardiana em que Orwell cresceu, o que esse rótulo designaria é um estrato de pessoas de condição remediada, mas constantemente assombradas pelo fantasma da mobilidade social negativa. Embora sua renda as situe na classe média ou média alta, faltam-lhes a riqueza acumulada em ativos e o capital cultural e social de pessoas com padrões de vida semelhantes.⁷ Essas carências as deixam particularmente sensíveis às diferenças de status e expostas às flutuações da economia. Frutos da ascensão social de primeira ou segunda geração, ou herdeiras de famílias que viram a riqueza encolher, elas estão permanentemente numa espécie de meio do caminho: consumo elevado, mas à custa de endividamento; diploma universitário, mas sem brilho e em instituições de pouco prestígio; empresa própria, mas nunca operando numa margem inteiramente confortável sem recorrer à evasão de impostos e outros expedientes ilegais.

A condição de “lúmpen-elite” as torna presa fácil de um ressentimento dirigido tanto para cima quanto para baixo. Para cima, ressentem-se de uma elite cultural que domina códigos que lhes escapam (e que elas veem como simples marcadores de distinção social), uma elite social que possui as conexões que lhes faltam (e que se apresenta como uma rede fechada de compadrio) e uma elite econômica que detém a riqueza a que almejam (objeto de inveja ao mesmo tempo que de emulação). Para baixo, ressentem-se da ameaça de perda dos próprios marcadores de distinção: a exclusividade no acesso a bens de consumo como viagens internacionais, espaços como a universidade ou serviços como o trabalho doméstico. Essa ansiedade em torno do status implica, por sua vez, uma alta vulnerabilidade a perturbações naquilo que o filósofo político Corey Robin chamou de “vida privada do poder” – e que podemos compreender estendendo a ideia do sociólogo W. E. B. Du Bois de um “salário psicológico da branquitude” para falar também de relações de classe e gênero.⁸ O ressentido frequentemente encontra compensação na possibilidade de sentir-se superior ao garçom, à empregada doméstica, ao negro (no caso do

branco), à mulher (no caso do homem), ao gay ou trans (no caso do cis-hetero) – e por isso se ressentia de qualquer risco de perder ou não poder gozar dessas vantagens.

A baixa alta classe média não deixou de se beneficiar com os anos da bonança lulista, mas viu seus ganhos sofrerem uma depreciação relativa na comparação com os lucros dos mais ricos e os avanços simbólicos e materiais dos mais pobres. Foi nesse ambiente que a pregação de figuras como Olavo de Carvalho encontrou terreno fértil ao situar, no mesmo quadro de uma grande conspiração contra os valores ocidentais, a frustração do concurseiro que não era aprovado em concursos (e passou a culpar as cotas raciais), do homem que não conseguia ser um macho alfa (e passou a culpar o feminismo), do adulto que se sentia intelectualmente diminuído (e passou a culpar o marxismo cultural) e do empreendedor malsucedido, para quem o problema eram as políticas redistributivas, entendidas não como mecanismos de fomento à atividade econômica e reparação de desigualdades históricas, mas como subornos dados pelo governo a grupos de interesse. Com isso, os sentimentos de fracasso e impotência encontravam não só uma explicação, mas um espaço de acolhimento e organização.⁹ Nesse sentido, a formação da nova direita brasileira de 2013 até o presente, com seus protestos ocasionalmente delirantes e seus pânicos morais em torno de universidades e exposições de arte contemporânea, talvez tenha sido o maior programa de saúde mental que o Brasil já conheceu.

É nesse nicho da baixa alta classe média que o bolsonarismo mais convicto se criou e se mantém. A própria família Bolsonaro, aliás, provavelmente pertenceria a ele se não tivesse descoberto um tino certo para a política. Mas daí não sai apenas a maioria dos seguidores mais aguerridos da nova direita, senão também muitos de seus organizadores e intelectuais orgânicos. À medida que a instabilidade política e econômica revelou a existência desse filão, centenas de empresários falidos, roqueiros decadentes, atores fracassados, jornalistas de reputação duvidosa, subcelebridades “ativistas”, *traders* batalhadores, *coaches* medíocres, policiais e

militares buscando complementar a renda – toda a fauna pitoresca dos agitadores “conservadores”, “patriotas”, “liberais” e “anarcocapitalistas” – encontraram nele a oportunidade de uma nova carreira.

Fosse pela criação de movimentos habilitados a captar recursos de destinação nebulosa, fosse pela conquista (ou reconquista) de espaços na mídia tradicional, fosse pela monetização de canais no YouTube e perfis no Instagram, eles constituíram um circuito em que a acumulação de capital político se convertia facilmente na acumulação de capital econômico, e vice-versa. Essa convertibilidade é, aliás, simultaneamente o *meio* pelo qual a trajetória de empreendedor político se constrói e um *fim*. Ao consolidar-se como influenciador, o indivíduo se cacifa para pleitear um cargo público, seja por eleição ou indicação; o cargo público, por sua vez, traz notoriedade e uma audiência fiel, retroalimentando a performance nas redes sociais. Mesmo quando não conduz a uma carreira na política, o empreendedorismo político sempre envolve vantagens pecuniárias, tanto diretas (convites para palestras, contratos publicitários e editoriais, venda de produtos como camisetas e adesivos, verbas públicas) quanto indiretas (perdão de dívidas fiscais, empréstimos, acesso a autoridades).

É nesse sentido que a onda de extrema direita que surpreendeu a muitos em 2018 deve ser entendida também como um grande movimento empreendedorístico. Este é, por sinal, um dos pontos em que fenômenos como Bolsonaro e Trump mais se distinguem dos movimentos fascistas históricos do período entreguerras. Enquanto aqueles contavam com organizações de massa altamente disciplinadas, concebidas à imagem de um exército paralelo, seus epígonos contemporâneos se assemelham mais a um enxame de empreendedores desbravando um nicho de mercado.¹⁰ Valendo-se de plataformas digitais em vez de formas mais tradicionais de organização, eles conectam uma demanda (frustrações, mágoas e desejos variados) a uma oferta (acolhimento, explicações, soluções e válvulas de escape). Uma vez que a base sobre a qual se dá esse encontro é a fragilidade emocional gerada pela incapacidade de

corresponder às próprias expectativas, há um terreno fértil aí para oportunistas e aproveitadores de todo tipo.

Nisso, aliás, a agitação de extrema direita e o mundo do *coaching* se assemelham bastante: em ambos os casos, para alimentar o “otimismo cruel” que sustenta a crença no empreendedorismo, é essencial que os candidatos a influenciadores saibam interpretar o papel de objetos de admiração. Por mais que a nova carreira esconda um fracasso na anterior, eles devem se apresentar como vitoriosos no mundo competitivo do mercado, grandes expoentes em suas respectivas áreas, autoridades cujos méritos autoevidentes só deixaram de ser reconhecidos por conta de algum complô. Daí que a militância bolsonarista mais aguerrida apareça tão claramente dividida entre aqueles que sofrem por não atingir as alturas prometidas por sua visão de mundo e aqueles que dizem conhecer algum segredo oculto ou fórmula do sucesso. Para cada Ricardo Vélez Rodríguez – um ressentido de província à moda antiga, carola e nostálgico – há sempre um Markinhos Show, o assessor especial nomeado pelo general Eduardo Pazuello para o Ministério da Saúde, cujo site o descreve como “Palestrante Motivacional, Master Coach, Analista em Neuromarketing, Especialista em Marketing, seo, Hipnólogo, Mentalista, Practitioner em pnl, Músico, Empreendedor e Especialista em Marketing Político”. Mesmo o quadro supostamente “técnico” do governo Bolsonaro é alguém cuja capacidade intelectual nunca foi tida em alta conta por seus pares, mas que logrou converter o êxito como operador da Bolsa num cargo ministerial em que combina a função de animador de auditório dos investidores com a venda constante de terrenos na Lua.

Dado que foi nesse meio do empreendedorismo *freestyle* que o bolsonarismo recrutou boa parte de seus quadros, não surpreende que o governo se tenha revelado infestado de picaretas negociando com falsários, conforme sugerem as farsas que a cpi da Pandemia trouxe à luz. Mas as oportunidades de negócios não se esgotaram com a distribuição de cargos comissionados para apoiadores sem quaisquer qualificações perceptíveis, nem com a destinação de

recursos públicos a influenciadores digitais amigos, ou as despesas com comidas e bebidas de luxo possivelmente superfaturadas, o relaxamento dos mecanismos de controle, o sigilo do cartão corporativo, ou mesmo a entrega de nacos da administração e do orçamento a parceiros. O fenômeno do “tratamento precoce”, promovido por uma rede de influenciadores do mundo médico em sinergia com laboratórios farmacêuticos e um governo interessado em se eximir da responsabilidade pelo combate à covid-19, mostra que o bolsonarismo segue produzindo enxames e celebridades de nicho habilitadas a voos mais altos num futuro não muito distante.

Vai ter golpe

“Há fortes indícios de que, pelo menos no seu estado atual, a agitação nos Estados Unidos é tanto um conto do vigário quanto um movimento político”, escreveram Leo Löwenthal e Norbert Guterman num clássico estudo da retórica utilizada por propagandistas de extrema direita.¹¹ O ano era 1949. “Não devemos esquecer que o agitador confia que sua audiência seja feita de ‘otários’”, afirmam os autores. “Pessoas que carregam uma mágoa do mundo porque sentem que foram passadas para trás, e que são, portanto, inseguras, dependentes e confusas.”¹² Mais recentemente, o historiador Rick Perlstein apontou que a longa promiscuidade entre interesses comerciais e propósitos políticos no interior do movimento conservador estadunidense torna impossível dizer onde acabam os negócios e começa a ideologia. “Eles são duas faces da mesma moeda, o golpe da cura milagrosa para doenças do coração que custa apenas 23 centavos transformando-se infinitesimalmente no golpe das minúsculas taxas marginais de imposto como a cura milagrosa para os problemas nacionais.”¹³ O conservadorismo, “nesse aspecto como em muitos outros”, conclui Perlstein, é igual aos esquemas de pirâmide ou ao famigerado “marketing multinível”

de empresas como a Amway – um velho ímã da baixa alta classe média.¹⁴

No discurso da meritocracia, a promessa aparentemente democrática de que todos podem “chegar lá” por seu próprio esforço se equilibra precariamente com a celebração aristocrática dos que efetivamente “chegam lá” como indivíduos dotados de faro e coragem acima da média. Era assim, por exemplo, que o economista Joseph Schumpeter exaltava a “destruição criadora” promovida pelo empreendedor, um revolucionário cujos feitos estão “fora das tarefas rotineiras que todos entendem”.¹⁵ Num mundo extremamente desigual, essa duplicidade inevitavelmente produz, numa ponta, o sofrimento altamente individualizado do fracasso e, na outra, a esperança de que a sorte grande esteja sempre logo ali, ao alcance de quem souber reconhecê-la. O elogio do esforço facilmente se converte, assim, na valorização da esperteza e do golpe de sorte.

Isso fica ainda mais claro quando passamos da narrativa épica de Schumpeter para aquela, mais modesta, de Friedrich von Hayek – na qual o herói não é um inovador radical, mas alguém que sabe tirar vantagem de uma informação privilegiada. Para Hayek, o mercado é um grande processador de informação que comunica diferenças vantajosas nas condições de produção por meio das variações de preço. É o fato de possuir uma informação exclusiva – como obter mão de obra ou transporte mais barato, por exemplo – que permite a um agente vender a um preço mais baixo. Ao fazê-lo, ele estará ao mesmo tempo tirando um proveito econômico desse conhecimento e trazendo uma novidade útil para o restante do sistema. É assim que, escreve Hayek, “quando só uns poucos já estão inteirados de um importante fato novo”, serão “os tão difamados especuladores” que “logo tratarão de difundir essa informação relevante através de uma oportuna mudança de preços”.¹⁶ O caminho mais curto para o sucesso é a descoberta, seja ela de uma pequena vantagem marginal ou da próxima grande ideia. E, naturalmente, onde há muita gente buscando um atalho, sempre haverá espertos cujo atalho é convencer os outros de que eles acharam um.

A coisa se complica ainda mais quando saímos do eixo produção-comércio e passamos para as finanças. Enquanto no primeiro caso a vantagem contida na informação privilegiada se verifica imediatamente no barateamento do produto, a vantagem de um investimento costuma estar no futuro: aposte hoje nessa ideia e ganhe amanhã por tê-la descoberto primeiro. O mercado financeiro põe a próxima grande ideia potencialmente ao alcance de qualquer um, mas ao mesmo tempo faz com que o negócio lucrativo, o esquema de pirâmide, a cura milagrosa, o conto do vigário e a teoria da conspiração tenham todos fundamentalmente a mesma forma: a promessa de que uma informação ora restrita a um pequeno círculo em breve se provará uma verdade revolucionária, trazendo ganhos pecuniários e/ou psíquicos a quem primeiro ousou abraçá-la.¹⁷ A diferença entre a oportunidade perdida e a aposta milionária pode estar na ousadia do “pensamento freelance” – para tomar emprestada a expressão com que um apresentador da Fox News, Tucker Carlson, descreveu o movimento conspiratório QAnon.

As semelhanças não param por aí. Tal como nos esquemas de pirâmide, a melhor maneira de ganhar dinheiro com finanças é ser o primeiro a entrar e o primeiro a sair. Dado que o valor de um ativo depende da percepção que as pessoas têm do valor que ele virá a ter, quem investe primeiro tem a oportunidade de ver sua aposta inicial apreciar-se até que o ativo se torne tão valorizado que já não tenha como dar o retorno esperado. Será então a hora de vender – antes que o mercado chegue à mesma conclusão e o preço comece a cair. Essa trajetória descreve todas as bolhas especulativas da história, da Febre das Tulipas na Holanda do século xvii à crise do mercado imobiliário que quebrou a economia mundial em 2008. Mas esses momentos supostamente excepcionais não revelam nada senão aquilo que o mecanismo normal do mercado faz quando não há nada para controlá-lo.

Se essa lógica permanece a mesma desde o nascimento do mercado financeiro, dois fatores mudaram nas últimas décadas. De um lado, deu-se um encurtamento do feedback entre percepção pública e valor monetário: as duas agora interagem muito mais

rápido. De outro, proliferaram os meios e as técnicas de manipulação da percepção.

Ao conectar mercados e nações por todo o planeta, a globalização do fim do século passado criou um mundo em que o dinheiro nunca dorme, e os ativos financeiros estão continuamente sujeitos às flutuações de humor de um público internacional que responde em tempo real às redes sociais e a um noticiário de 24 horas. Com isso, um gesto tão pequeno como o do craque português Cristiano Ronaldo, ao ocultar duas garrafas de Coca-Cola durante uma coletiva de imprensa, pode ter impacto quase imediato nas ações da marca. O outro lado da moeda, porém, é que há uma quantidade cada vez maior de artifícios à disposição de quem quer inflar o valor de ativos, ideias e empresas.

Isso pode ser feito pela força bruta do dinheiro. Companhias como a Uber podem oferecer preços baixíssimos aos consumidores não só porque exploram as frestas da legislação trabalhista, mas porque possuem financiamento para operar no vermelho durante anos, até destruir as competidoras e monopolizar seus mercados. Esse plano de negócios é o segredo da maioria das startups de tecnologia bem-sucedidas (os chamados “unicórnios”), e ele supõe que, caso se descubra mais tarde que a empresa não tem condições de dar o retorno que dela se esperava, os investidores iniciais provavelmente já terão obtido o seu ganho no momento da abertura de capital. Mas os artifícios em questão podem ser também os da propaganda: se o valor de um ativo depende de que ele seja percebido como valioso, quem consegue gerar essa impressão inevitavelmente o verá valorizar-se. É assim que uma máquina de *hype* bem azeitada é capaz de inflar um investimento tão furado quanto o já lendário Fyre Festival.¹⁸

É nesse ponto que finança e *influencer economy* se cruzam. Não apenas no sentido de que os influenciadores são grandes dispositivos de manipulação da opinião, mas também porque ambas compartilham exatamente o mesmo princípio: a gestão da percepção pública como mecanismo de geração de valor.¹⁹ Dada a centralidade dessa questão hoje, parece perfeitamente justo que uma das figuras

mais marcantes de nosso tempo seja Donald Trump, um autodeclarado bilionário cuja principal fonte de renda neste século foi interpretar o papel de bilionário num reality show e licenciar seu nome como marca registrada.

Quando percepção pública e dinheiro estão tão imbricados, nada importa mais que a autenticidade: quando todos tentam aparentar, vale mais aquilo que é “para valer”. O problema, claro, é que falsificar o autêntico nunca foi tão fácil. Numa sociedade global hiperconectada, com bilhões de produtores e consumidores de informação, o que não falta são meios de fazer propaganda sem parecer, semeando conteúdo que tem cara de “orgânico” e “espontâneo” a fim de gerar um engajamento que seja efetivamente essas duas coisas. Os instrumentos de manipulação das métricas de redes sociais, como *click farms* e contas robôs ou ciborgues; a multiplicação de fontes de notícias falsas; a contratação de influenciadores para publicidade não declarada; a criação de ecossistemas comunicacionais multiplataformas que formam um circuito fechado em que progressivamente se constroem mundos paralelos – tudo indica que vivemos numa espécie de era de ouro da fraude.²⁰ Se no passado um bom embusteiro sempre plantava um ou dois cúmplices no meio do público para ajudá-lo a atrair suas vítimas, na internet ele pode ter tantos cúmplices quanto lhe couberem no orçamento. Do Brexit até Bolsonaro, a história da guinada à direita da política mundial nos últimos anos é inseparável do fato de que as democracias modernas ainda não possuem anticorpos para lidar com essa transformação.

Conhecerás a verdade e ela te libertará

O fato de ter sido inflada por indivíduos interessados em obter vantagens pessoais não torna essa onda menos real. Pelo contrário, sua realidade deve ser entendida justamente como o produto de um processo de retroalimentação entre uma demanda verdadeira

(ressentimentos, angústias, frustrações e desejos efetivamente existentes) e a oferta suprida pelos empreendedores políticos. Nem a demanda nem a oferta estavam prontas e dadas antes que a retroalimentação começasse: base e agitadores cresceram juntos. O filão foi sendo construído à medida que era descoberto, e os agitadores foram se tornando quem se tornaram observando quais discursos produziam quais reações, ao mesmo tempo que a base ia adotando suas ideias e incitando-os a subir o tom, os dois lados entrando, assim, numa espiral de radicalização. Seria um erro, por exemplo, ver na trajetória política do falecido senador Major Olímpio, da centro-direita ao extremo, um simples sintoma de um deslocamento geral da população em direção à direita; o sintoma, nesse caso, é também a causa.

Que os empreendedores políticos da extrema direita sejam oportunistas tampouco significa que sua relação com as ideias que defendem seja meramente cínica e instrumental. É verdade que seu compromisso com a moralidade pública, a retidão e a veracidade é, na melhor das hipóteses, elástico. Mas a chamada hipocrisia dos cidadãos de bem é, no fundo, um compromisso sincero com outra coisa. Os agitadores, e muitos de seus seguidores, efetivamente acreditam numa sociedade em que cada um “sabe o seu lugar”: onde mulheres são recatadas e do lar, negros andam no elevador de serviço, meninos são meninos, meninas são meninas, e ninguém reclama do pouco que tem. Mas acreditam nisso não pelo valor intrínseco desses preceitos, e sim pela distribuição de poder e benefícios pessoais que eles estabelecem. Acreditam, sobretudo, em seu direito de ocupar a posição que esses valores lhes destinam nas relações de classe, gênero, raça: a de quem pode exercer a própria vontade sem limites. É esse lugar, simultaneamente real e imaginado, que eles temem perder, lamentam ter perdido e almejam alcançar.

Essa noção de que a cidadania plena não está na reciprocidade de direitos e deveres, mas na excepcionalidade de quem se encontra acima das leis, é uma forte herança do passado escravagista na cultura brasileira. Mas ela é também o ponto onde arcaísmo e

atualidade neoliberal se encontram. Porque se a concorrência é elevada à condição de fundamento da vida social, e a luta pela sobrevivência no mercado é equiparada à seleção natural, pode-se esperar que, para um número crescente de pessoas, a força se torne a única lei, e o sucesso, o único critério. Isso faz com que constrangimentos legais ou morais apareçam como limitações impostas à liberdade de competir, e estar sujeito a eles, como sinal de fraqueza. Para vencer, é preciso estar pronto para quebrar regras, e o prêmio para quem ganha é estar numa posição na qual as normas que se aplicam aos outros – pagar impostos e ser punido por infrações, por exemplo – se tornam facultativas. O topo da pirâmide do empreendedorismo contemporâneo não difere muito, portanto, da posição do antigo senhor de engenho ou do patriarca; e quem realmente quiser chegar lá deve estar disposto a operar no limite da lei e da moralidade.

Aqui é preciso atentar, novamente, para o simbolismo das ações de Bolsonaro. Sua afinidade familiar com o garimpo, seu apoio ostensivo a madeireiros ilegais e fazendeiros armados, o largo histórico de ligações com a milícia (uma espécie de movimento empreendedorístico dos agentes das forças de segurança), a vendeta pessoal contra o Ibama, a obsessão com a flexibilização das regras de trânsito, para não falar no armamento da população – tudo isso sinaliza que o presidente é alguém que entende que, “para ser empresário no Brasil, não dá para operar dentro da lei”, e promete um Estado que abdica de fiscalizar, multar, regular ou fazer valer as leis existentes. Ele reconhece o jeitinho, a esperteza e mesmo a violência como partes integrais da esfera de liberdade daqueles que “querem trabalhar”, ao mesmo tempo que promete a quem “chegar lá” o livre gozo de seus privilégios. Essa é uma mensagem que pode soar bem a qualquer um que se sinta “por cima”, mesmo que apenas na esfera privada do ambiente familiar. E soa como música nos ouvidos da baixa alta classe média, um estrato para o qual respeitar leis e honrar dívidas pode ser a distância que separa o lucro da falência, e que vive entre a inveja de quem possui mais privilégios e o medo de perder aqueles que tem.

A confusão entre disciplina e permissividade sempre foi central para o apelo de Bolsonaro. Ele era ao mesmo tempo aquele que seria duro com o aborto, mas trataria o abuso de menores por parentes como questão de foro privado; que acabaria com a corrupção, mas entendia que é o excesso de leis que obriga o cidadão a dar seus jeitinhos. O segredo para isso funcionar é que cada um de seus seguidores se imagina sempre no rol dos relevados e não no dos reprimidos. Entre os agitadores que ajudaram a construir o bolsonarismo, contudo, nunca houve dúvida de que a permissividade era a tendência dominante – e a forma como tem se dado a ocupação do aparelho estatal deixa claro que foi ela que venceu.

A vida republicana brasileira combina quatro modelos de apropriação da máquina estatal: o tradicional, derivado das velhas estruturas de poder local que sustentam dinastias políticas; o econômico, definido pelo acesso privilegiado do capital a recursos e decisões do poder público; o corporativo, característico de setores como o Judiciário e militares; e aquele que podemos chamar, entre aspas, de “democrático”. Esse nome se justifica na medida em que tal modelo é mediado pelo voto (trata-se da ocupação de postos na administração por membros ou apoiadores de uma força política vitoriosa nas urnas) e não deixa de ter uma função legítima (facilita, em princípio, que o projeto referendado pelos eleitores exerça sua direção sobre o funcionalismo de carreira).

A falta de consistência orgânica do bolsonarismo, sua condição de apanhado de tendências e enxame de empreendedores políticos, fez dessa apropriação democrática um instrumento essencial para assegurar-lhe alguma solidez. Ao destroçar as carreiras de Estado, a reforma administrativa que o governo pôs em discussão (e que muito provavelmente acabaria implementada num eventual segundo mandato) poderia torná-la um instrumento infinitamente mais poderoso, dando ao presidente a prerrogativa de empregar até 90 mil cabos eleitorais. Já o programa ultraliberal de Paulo Guedes e a promessa de desregulação em todas as áreas acenavam desde a campanha com possibilidades fabulosas de apropriação econômica,

algumas das quais – especialmente no avanço da fronteira extrativista sobre Terras Indígenas e a Amazônia – foram entregues.

Mas nada impressiona tanto quanto a intensificação da apropriação corporativa, sobre cuja defesa o ex-capitão construiu sua carreira de deputado. Além de proteger juízes e militares de alta patente da reforma da previdência e entupir o governo com oficiais das três armas, o presidente não parou de oferecer mimos às forças de segurança, tais como os 100% de financiamento da casa própria para policiais e as bolsas de estudos no exterior para membros das Forças Armadas. Depois de inchar o orçamento do Ministério da Defesa enquanto cortava cerca de um quarto das verbas da Saúde e da Educação em 2021, o governo planeja destinar, em 2022, R\$ 55 milhões a uma bonificação extra exclusiva para os fardados com cargos comissionados. Com o orçamento secreto e a oficialização do casamento com o Centrão, fecha-se o bingo da captura do aparelho estatal e traz-se para o centro da gestão a fina flor da apropriação tradicional, dando aos aventureiros de primeira viagem das últimas eleições a oportunidade de conhecer os verdadeiros profissionais do empreendedorismo político.

Sobre esses quatro pilares, Bolsonaro se equilibra apesar de tudo: um governante tanto mais valioso quanto mais fraco, já que sua fraqueza se traduz para aqueles que o sustentam na multiplicação de oportunidades de negócios.

CAPÍTULO 5

**Todo lado tem dois lados: Sobre a
ideia de polarização**

A noção de “polarização” tornou-se uma explicação tão abrangente no debate atual que muitos já se perguntam se ela de fato explica alguma coisa, e o quê. É inegável que ela parece captar uma verdade sobre nosso tempo. Das redes sociais à política eleitoral, observamos por toda parte processos do tipo que Gregory Bateson descreveu como *cismogênicos*, em que grupos respondem às ações uns dos outros com reações que gradualmente consolidam não apenas suas respectivas identidades, mas também sua oposição mútua e compreensão recíproca como únicas alternativas possíveis num espaço bipartido.¹ Ao mesmo tempo, é precisamente porque processos de polarização estão por toda parte que o termo pode ser enganoso. Afinal, nada garante que se esteja falando sempre da mesma polarização ou identificando os mesmos polos com a mesma relação entre eles. O risco de confusão é ainda maior porque, num ambiente polarizado, é de esperar que as realidades percebidas a partir de diferentes perspectivas diverjam a ponto de serem praticamente incompatíveis; e porque acusar um adversário de radicalização ou situar-se fora do que se identifica como dois extremos são movimentos estratégicos naturais no interior de um tabuleiro atravessado por uma ou mais polarizações.

E se o diagnóstico corrente de que atravessamos um momento de polarização confundisse, na verdade, duas polarizações distintas (ou três, conforme se conte)? E se essa confusão fosse ela mesma vantajosa para alguns dos responsáveis pelo cenário polarizado? Para desfazê-la, seria preciso recuperar o contexto em que o debate sobre polarização chegou ao Brasil, distinguindo usos do conceito que remetem a análises com pressupostos, genealogias e consequências diversos. Entender a maneira como essas análises se cruzam nos ajudaria, então, a desfazer a ambiguidade que as cerca e atacar, finalmente, o problema que esse diagnóstico coloca: o que fazer diante de um quadro político polarizado?

A polarização entra em cena

No Brasil, o discurso sobre a polarização começa a se consolidar em 2014, registrando um debate corrente na ciência política estadunidense que recupera, por sua vez, uma análise feita originalmente nos anos 1980. Já em 1984, Poole e Rosenthal indicavam que as eleições nos Estados Unidos tornavam-se, cada vez mais, disputas entre “duas coalizões opostas, a liberal e a conservadora, ambas com posições relativamente extremas”.² Diante disso, quem passava a ser mal representado era o eleitor “nem-lá-nem-cá” (*middle-of-the-road*), que eles viam não como “membro de uma maioria silenciosa desejosa de uma transformação social radical, mas um indivíduo moderado buscando evitar mudanças bruscas”.³ Em 2006, quando os mesmos autores se juntaram a Nolan McCarty para escrever o livro *Polarized America*, eles ofereciam três critérios para identificar a polarização: a redução da política a dois campos, o liberal e o conservador; o desaparecimento progressivo de posições intermediárias; e a associação desses campos a cada um dos partidos que dominam o sistema político estadunidense (o Democrata e o Republicano).⁴ Além de descrever o aprofundamento da tendência observada no início dos anos 1980, o livro sugeria uma relação circular entre polarização e desigualdade, que diminuíram juntas entre 1913 e 1957 e voltaram a crescer a partir de 1975.

O retorno dessa questão durante o governo Obama (2009–2016) tinha razões evidentes. Em que pese o então presidente ser um centrista convicto e contemporizador nato, ele encontrara, no Congresso, uma oposição republicana indisposta a negociar qualquer coisa; e, no Tea Party, um movimento com enraizamento popular – e farto financiamento corporativo – que cobrava de seus representantes posições mais e mais à direita. É então que o substantivo “polarização” ganha um qualificativo importante: “assimétrica”. Não era apenas que a distância entre liberais/democratas e conservadores/republicanos estivesse

crescendo, conforme apontava um abrangente estudo de 2014.⁵ Ela crescia eminentemente por causa da radicalização do campo conservador, que deixava para os liberais a responsabilidade (e o ônus) de buscar compromissos. Como resumiram na época dois pesquisadores que não se poderia suspeitar de ter simpatias esquerdistas: “Vamos dizer de uma vez: o problema são os republicanos”.⁶

Foi nesse contexto que a discussão estadunidense chegou ao Brasil. Sua importação está ligada à constatação de que, pós-Junho de 2013, um processo iniciado alguns anos antes começava a render frutos: uma nova direita, mais radical e organizada, estava surgindo no país. Numa entrevista de 2014, Paulo Arantes chamava a atenção para a formação de um campo político “que não está mais interessado em governar” – pelo menos não para todos – e que podia assim “se dar ao luxo de ter posições nítidas e inegociáveis”.

“A lenga-lenga do Brasil polarizado é apenas uma lenga-lenga, um teatro. Nos Estados Unidos, democratas e liberais se caracterizam pela moderação – como a esquerda oficial no Brasil, que é moderada. O outro lado não é moderado. Por isso a polarização é assimétrica.”⁷ Verdade seja dita, a assimetria não era consenso nos Estados Unidos, e alguns comentaristas pretendiam dividir a culpa salomonicamente entre os dois lados.⁸ O próprio dissenso sobre o tema pode ser entendido como sintoma e instrumento da polarização. “Sintoma”, pois quanto mais uma pessoa se identifique com um extremo do espectro, mais ela tenderá a construir essa identidade de modo totalizante, relacionando-se com iguais, informando-se a partir de certas fontes, percebendo o espaço político como bipartido e enxergando o lado oposto de maneira monolítica. Isso fará com que tudo que fuja à sua própria norma pareça “radical”, e que a simples participação do outro (mulheres, negros, pessoas trans etc.) no debate público possa ser experimentada como ofensiva. “Instrumento”, porque acusar os adversários de assumirem posturas radicais oferece a quem acusa um pretexto para a própria radicalização.

Por boa ou má-fé, a imprensa estadunidense provaria ser altamente suscetível a esse tipo de manipulação, expondo um calcanhar de Aquiles que a nova direita mundial exploraria mais e mais nos anos seguintes. O reflexo jornalístico de “contar os dois lados da história” mesmo quando as declarações de um lado não têm qualquer lastro na realidade faz com que os veículos colaborem com a criação de uma falsa aparência de simetria que é instrumental para quem se alimenta da polarização. Além disso, a redução da economia da informação à caça desesperada de cliques favorece declarações extremas e a construção de personagens “polêmicos” cujos desmentidos e pedidos de desculpas nunca receberão tantos compartilhamentos quanto as manchetes de impacto. Some-se a isso o fato de que a internet permite a qualquer um publicar qualquer coisa a quase nenhum custo e o despreparo do público para distinguir fontes confiáveis de suspeitas, e fica claro como o ecossistema comunicacional pós-redes sociais estava à mercê de quem tivesse a estratégia e os recursos para explorá-lo. Na polarização dos anos Obama já se começava a vislumbrar o que ficaria cristalino com as vitórias do Brexit e de Trump: o modo como as notícias são produzidas e consumidas hoje em dia privilegia quem não tem qualquer pudor em mentir.

Pouca gente, porém, duvidava da conexão entre a polarização da política estadunidense neste século e um processo iniciado na década de 1980, que ganharia em 1991 o nome definitivo de “guerras culturais”.⁹ Não surpreende, portanto, que esse termo tenha entrado em circulação no debate brasileiro na mesma época em que se começou a falar de polarização, num artigo que anunciava já no título sua análise da grande novidade pós-2013: as “guerras culturais no Brasil”.¹⁰ O texto não mencionava o debate sobre o caráter assimétrico da dinâmica polarizadora, mas reconhecia que a iniciativa até ali estivera predominantemente com um dos lados da disputa. Lia-se ali que “não há unanimidade sobre o que teria dado início às guerras culturais”, mas “parece claro que quem reorganizou o discurso político nesses termos foram os conservadores e que os

progressistas ainda precisam se adaptar ao novo terreno de disputa discursiva”.¹¹

Essa suspensão de juízo em relação às origens e às causas da transformação fazia com que ela aparecesse como um fenômeno misterioso, algo que acontecera à política em vez de ter sido produzido por ela. “A relação entre discurso moral e político não é nova. [...] Antes, porém, o discurso moral era instrumentalizado pelo político, e agora parece que ocorre o contrário.”¹² A mesma tendência de fazer das “guerras culturais” uma mudança epocal chegada como que “de fora”, suplantando a política e a tornando obsoleta, aparece numa análise recente das eleições britânicas. “Enquanto o foco principal da política eleitoral eram as questões econômicas”, escreve Yascha Mounk, “os líderes do Partido Trabalhista podiam manter coesa uma ampla coalizão... Mas nas últimas décadas os lados do debate político passaram a alinhar-se menos em termos de política econômica e mais segundo o que poderíamos chamar de questões culturais, como a imigração e, claro, o Brexit”.¹³

A continuação da política por outros meios

Até onde se sustenta, no entanto, essa aparência de uma insondável inversão na relação entre moral (ou cultura) e política? É verdade que o conservadorismo começa a se reorganizar como força política nos Estados Unidos já nos anos 1960, respondendo a processos como a revolução sexual, o movimento pelos direitos civis, o feminismo e a contracultura. Mas é verdade também que essas nunca foram simplesmente pautas “de costumes”. Nem para a New Left, que pretendia pensar as relações de poder para além das instituições e concebia o pessoal como político; nem para os conservadores, que buscavam politizar essas questões criando

aquilo que Laclau e Mouffe batizaram de “cadeias de equivalência” entre, por exemplo, a implementação de benefícios sociais para mães solteiras negras e a perda de oportunidades para trabalhadores brancos.¹⁴ O modelo do populismo de direita contemporâneo está menos na Europa dos anos 1930 que na “estratégia sulista” de Kevin Phillips, o assessor de Richard Nixon que mobilizou o ressentimento dos eleitores do sul dos Estados Unidos para construir uma base social que permanece republicana até hoje. “Concentrada em enclaves universitários”, Michael Kazin escreveria mais tarde, “a New Left continha pouca gente capaz de entender a mistura de inveja e indignação que informava a resposta dos brancos menos privilegiados às revoltas nos guetos e protestos contra a Guerra do Vietnã”.¹⁵

Nos anos 1970, quando o Estado de bem-estar social entrou em crise e a passagem para o regime de acumulação pós-fordista produziu desindustrialização e precarização em massa, a deterioração das condições de vida em geral, e da “classe trabalhadora branca” em particular, tornou o terreno ainda mais fértil para esse tipo de operação. Nos Estados Unidos, os anos 1980 viram o casamento entre evangelistas conservadores em defesa dos *family values* e o Partido Republicano liderado por Ronald Reagan. Enquanto um lado buscava influência política, o outro procurava uma base popular para seu programa de reformas neoliberais. Stuart Hall identificou uma tendência similar no projeto thatcherista, embora a maior laicidade da sociedade britânica fizesse com que ela se expressasse predominantemente em termos de segurança pública, raça e imigração.¹⁶

Mas a convergência entre a agenda de liberdade econômica e a defesa de valores tradicionais tampouco foi arbitrária. Como Melinda Cooper demonstrou brilhantemente, a família interessa ao neoliberalismo como rede de segurança capaz de assumir funções que anteriormente cabiam ao Estado (educação, saúde, bem-estar), como contrapeso às tendências desagregadoras do capitalismo desregulado, como instituição de disciplinamento e internalização da autoridade, e como elemento de um dispositivo de privatização da

responsabilidade (o fracasso individual é culpa do indivíduo ou da família, nunca de estruturas sociais desiguais).¹⁷ Ademais, como argumentou recentemente Wendy Brown, o próprio Hayek já via um valor intrínseco na tradição na medida em que, tal como o mercado, ela seria uma ordem espontânea que resiste às demandas de diferentes grupos por justiça social – que, se acolhidas, implicariam uma limitação da livre concorrência.¹⁸

Em todo caso, a origem tanto da polarização assimétrica quanto das guerras culturais está aí: uma foi ao mesmo tempo instrumento e consequência da outra. Dito de outro modo, as guerras culturais nunca foram o substituto da luta política, embora a muitos interessasse que fossem assim pensadas. A moral foi o campo em que a disputa política foi continuada por outros meios, assim como a política institucional se tornou o terreno onde questões culturais passaram a ser disputadas.

Do “neoliberalismo progressista” ao “globalismo”

Mas isso não conta toda a história. Se é fato que a moral e a cultura não substituíram a política, elas foram a forma que a política assumiu quando se subtraiu do debate político a disputa pela economia como instrumento de organização de projetos distintos de sociedade. Foi o que ocorreu nos anos 1990, quando a hegemonia neoliberal se consolidou na chamada “terceira via”: partidos oriundos da social-democracia que aceitavam como irreversíveis os processos de desregulamentação financeira, *offshoring* e aumento da desigualdade, e se propunham apenas a administrá-los em seus riscos e excessos, dando-lhes uma “face humana”. Na medida em que representou uma capitulação ao credo econômico de Reagan, Thatcher e Pinochet, a eleição de figuras como Clinton, Blair e

Schröder marcou também o surgimento de uma variante interna do projeto neoliberal.

Na descrição de Nancy Fraser, o que esses governos ofereciam era um *neoliberalismo progressista* – neoliberal quanto à política distributiva, mas progressista na sua política de reconhecimento –, por oposição a um *neoliberalismo conservador*, cuja política distributiva era igualmente “expropriativa e plutocrática”, mas não proporcionava as mesmas possibilidades de ascensão “meritocrática” aos membros de grupos “sub-representados”, como mulheres e minorias étnicas.¹⁹ No lugar de valores tradicionais, o neoliberalismo progressista promovia o multiculturalismo, a igualdade entre gêneros, a diversidade sexual, um mundo “pós-racial” e um ambientalismo mediado pelo mercado. Também para ele, portanto, a aparência de uma substituição da política pela cultura era instrumental: ao polarizar com a aliança entre neoliberalismo e conservadorismo no terreno dos valores, ele obscurecia o fato de que a reorganização integral da sociedade pelas forças do mercado permanecia fora de discussão. Em relação a esse ponto, efetivamente *there was no alternative*. Nos anos 1990 e 2000, autores como Chantal Mouffe e Jacques Rancière batizariam de “pós-política” esse consenso centrista que blindava a economia, reduzia a política à gestão e fazia da moral e da cultura os campos em que se confrontavam calibrações diferentes de uma mesma coisa.

Se por um lado essa estratégia facultou aos antigos partidos social-democratas uma aliança com movimentos sociais minoritários e uma classe média urbana de costumes liberais, por outro ela acabou abandonando ainda mais a “classe trabalhadora branca” à própria sorte – e à pregação da extrema direita. O fato de que ambos os lados do espectro partidário agora apresentassem a política como essencialmente uma disputa em torno de valores culturais, e que os outrora defensores do operariado houvessem abraçado o ideal de uma globalização cosmopolita, facilitava o trabalho de quem dizia aos perdedores desse processo: “Vocês estão perdendo porque *e/es* – mulheres, negros, gays... – estão

ganhando”. Nisso, a ultradireita contou por décadas com a ajuda de uma imprensa que nunca se furtou a alimentar pânicos anti-imigrante, por exemplo, e de políticos “moderados” sempre dispostos a reciclar temas extremistas em troca de votos ou atenção.

A repetição da ideia de que grupos desprivilegiados existem em concorrência direta entre si, os ganhos de uns só podendo se dar à custa dos outros, confere ares de evidência a esse discurso falacioso. Mas não estamos aí simplesmente diante de uma “mentira contada mil vezes” até se tornar verdade. Num mundo em que é impossível imaginar condições econômicas diferentes das existentes, em que o fracasso é responsabilidade exclusivamente pessoal, e os ganhos dos mais ricos (“geradores de empregos”) são considerados intocáveis, a base da pirâmide social *realmente* se encontra envolvida numa luta de todos contra todos na maior parte do tempo. Diante da impossibilidade de botar as regras do jogo em questão, resta um confronto de soma zero ressignificado como choque entre “culturas” ou valores morais.²⁰

É desse caldo que emergiria o bicho-papão do “globalismo”, narrativa com a qual a extrema direita responsabiliza o neoliberalismo progressista tanto pelas perdas causadas por três décadas de globalização quanto pela crise mundial iniciada em 2008. “Globalistas”, nessa versão da realidade, não são os bancos e as corporações que causaram a crise e se beneficiaram das condições que a tornaram possível, mas os estratos médios de valores cosmopolitas, a elite intelectual, os partidos que deram verniz pluralista ao mercado desregulado e as minorias cujos interesses eles supostamente protegem. O grau de assimetria envolvido nessa formulação pode ser medido pelo fato de que, com ela, tanto uma das principais variantes do neoliberalismo quanto qualquer proposta de superação do projeto neoliberal são igualmente rotuláveis como “esquerda”. Ao mesmo tempo, em que pese uma ênfase renovada na pátria e na defesa nacional – projeção da luta de todos contra todos para o terreno da geopolítica –, o antiglobalismo demonstrou-se até aqui perfeitamente compatível com a desregulamentação financeira e trabalhista. Exceção feita a um uso bastante seletivo do

protecionismo econômico, a extrema direita ascendente não se propõe a romper com o ideário e as políticas hegemônicas nas últimas quatro décadas, mas apenas oferecer a uma suposta maioria (“população nativa”, “herdeiros dos valores judaico-cristãos”, “pessoas de bem”) uma vantagem competitiva sobre os demais.²¹

Os idos de Junho

Nem bem irrompeu no debate brasileiro, o tema da polarização importado da ciência política estadunidense foi imediatamente cruzado com uma discussão bastante distinta. Em 2013 chegou ao Brasil a onda de protestos que, desde a Primavera Árabe em 2011, constituíra a reação da sociedade civil global à crise de 2008. Foi também quando aportou por aqui um discurso que se desenvolvera paralelamente a essas manifestações. O que ele atacava, sob o nome de “consenso centrista” ou “pós-política”, era justamente a *falsa* polarização entre neoliberalismo conservador e progressista que a tímida reação à hecatombe financeira expusera alguns anos antes. Ao transformarem as dívidas privadas dos bancos em dívida soberana, repassando a conta da crise à população na forma de cortes de serviços públicos e perda de direitos, governos de direita e de centro-esquerda haviam demonstrado defender os interesses do mercado acima de tudo. Progressistas ou conservadores, no frígido dos ovos eram todos neoliberais; como gritavam as ruas espanholas, *no nos representan*.

O fato de que, no Brasil, os protestos tenham acontecido *antes* que o grosso da crise eclodisse não alterava substancialmente a análise. O importante na comparação era que, tal como seus equivalentes na centro-esquerda global pós-2008, o pt tivera uma oportunidade histórica para encampar um programa de reformas estruturais; mas não somente recuara, como dobrara a aposta numa estratégia de conciliação. Diante da irrupção de um sentimento

antissistêmico informe, mas potente, a reação do partido consistira em isolar essa energia emergente em vez de tentar direcioná-la, desqualificando-a e apoiando sua repressão. Com uma mão, pactuava a reestabilização do sistema político com as forças à sua direita; com a outra, chantageava a esquerda acusando tudo que não fosse apoio incondicional de “fazer o jogo” da oposição. O objetivo dessa operação de fechamento do espaço que havia sido aberto era claro: reconduzir a realidade pós-2013 às coordenadas políticas que Junho embaralhara, forçando o retorno a uma situação em que a única polarização existente, logo a única escolha possível, era entre o pt e os partidos tradicionais de direita. Bem-sucedida em seu objetivo imediato de reeleger Dilma Rousseff, essa estratégia continha dois erros que custariam caro: associar ainda mais a imagem do partido ao establishment e deixar a pista livre para que a extrema direita se apresentasse como legítima depositária dos desejos antissistema.²²

Embora ambas falassem de “polarização”, as duas análises que se cruzaram naquele momento diferiam consideravelmente. O que preocupava os cientistas políticos estadunidenses era uma exasperação do sistema bipartidário que levava os dois principais partidos a divergir cada vez mais em termos de identidade e políticas, eliminando progressivamente as posições centristas tanto entre os políticos quanto entre os eleitores. O que se lamentava era a perda da razoabilidade, da cooperação entre adversários, de um *middle of the road* concebido como reserva social de prudência e pragmatismo. Embora não seja difícil concordar que a abertura ao diálogo em nome do bem comum é uma virtude, o que esse discurso não parece jamais duvidar é que, em qualquer momento dado, é no centro do espectro político que estarão as soluções ideais. Por trás dessa crença reside uma ideia de “centro” que opera em um duplo registro. Por um lado, como o espaço intermediário do espectro político efetivamente existente em um período determinado; por outro, como o ponto de equilíbrio de uma razoabilidade ideal, aquilo que se supõe ser a escolha “normal” da maioria das pessoas, abstraídas influências como cultura, tradição e história. No fim, a

queixa dos cientistas políticos estadunidenses contra a polarização é justamente que ela afasta o espectro político realmente existente desse centro ideal, trazendo à baila ideias irracionais e nublando a busca por aquilo que supostamente todas as pessoas de bom senso querem.²³ A crítica da polarização é, aqui, o protesto do centrista contra o fim daquilo que ele percebe como política “normal” – que, no limite, se confundiria com uma administração “neutra” das coisas e dos interesses.

A crítica da pós-política que explodiu nas ruas em 2011 contestava a própria ideia de uma política “normal”. Nessa visão, aquilo que o centrista faz é decalcar sua concepção do *middle of the road* ideal a partir dos limites de sua própria imaginação política, erroneamente atribuindo às fronteiras contingentes da formação histórica em que vive (aquilo que parece razoável aqui e agora) um caráter absoluto e necessário (a razoabilidade enquanto tal). O que esse discurso denunciava é que a falsa polarização entre neoliberalismo progressista e conservador constituía um centrismo que excluía de saída qualquer questionamento à concentração de poder político e econômico ocorrida desde os anos 1980, colocando-a fora do alcance da disputa entre projetos de sociedade e atribuindo-lhe ares de inevitabilidade. A artificialidade desse falso equilíbrio ficara evidente em 2008, quando a crise dinamitou suas condições de possibilidade e ainda assim nenhuma força política *mainstream* teve coragem de pô-lo em questão.²⁴ Segundo essa análise, o problema não é a existência em si de polarizações, mas o fato de que uma oposição falsa pode esconder um antagonismo verdadeiro, como aquele entre o 1% que se beneficiou da crise e os 99% que arcaram com seu prejuízo. Enquanto Poole e Rosenthal explicitamente rejeitavam a hipótese de uma “maioria silenciosa desejosa de uma transformação social radical”, essa análise sugeria que, se tal maioria ainda não existia, as condições eram propícias para criá-la – e que fazê-lo passava por criar outra polarização entre “nós” e “eles” que facilitasse a formação de um novo consenso social.²⁵

Não à toa, a recepção dessa discussão no contexto brasileiro será, de saída, inseparável de algo que se poderia nomear “hipótese da terceira força”: a ideia de que somente uma mobilização transversal à polarização entre pt e oposição, como fora a de 2013, seria capaz de destravar o impasse em que o país havia entrado.²⁶ É da tentativa de extrair consequências práticas dessa hipótese numa conjuntura volátil que nasce a figura que será pejorativamente batizada de “isentão”; e pode-se dizer que há tantos tipos de isentão quanto houve tentativas.

Para alguns, essa “terceira força” só poderia vir de baixo, da mesma sociedade civil (des)organizada de onde brotara a algaravia de Junho. Incapazes de conjurá-la com suas próprias forças, eles só chegariam perto de testar essa conjetura com o movimento secundarista de 2016 (tendendo à esquerda) e a greve dos caminhoneiros de 2018 (tendendo à direita). Em todo caso, o inimigo principal para estes era o retrocesso em relação às conquistas da década anterior, fosse pelas mãos do pt ou de seus adversários; por isso, opuseram-se tanto ao governo de Dilma Rousseff quanto a seu impeachment. Já outros, descrentes das perspectivas de mobilização social, apostaram na possibilidade de construir uma terceira posição de cima para baixo e viram na candidatura de Marina Silva o veículo para isso. Quando Marina sucumbiu a suas próprias contradições e a uma violenta propaganda petista, eles passaram a enxergar na pauta anticorrupção um potencial atalho. Ao constatarem que não tinham condições de disputar as ruas com o mbl e o Vem Pra Rua, alguns ainda depositaram suas fichas na Operação Lava Jato, identificada como única força capaz de atuar com independência naquele cenário. Fracassada mais essa aposta, lhes restaria fazer da polarização petismo/antipetismo não um obstáculo tático, mas o grande inimigo estratégico: mais que as políticas de austeridade ou a ascensão da extrema direita, era a polarização que tinha de ser combatida. Se o fortalecimento das políticas de austeridade ou a ascensão da extrema direita fosse o preço a pagar por isso, tanto pior.

Confundir os dois discursos sobre a polarização fizera parte da estratégia petista de fechar o espaço disponível à sua esquerda desde o início; a entrada em pauta do impeachment a partir de 2015 só reforçou esse procedimento. Diante de uma oposição que resolvera ignorar os acordos tácitos que sustentavam o sistema político e derrubar o governo, os petistas acusavam a crítica da polarização de lavar as mãos perante uma situação em que só havia dois lados. (“Isentão” referia-se originalmente a quem recusava essa bipartição, podendo ser contra ou a favor do impeachment.)²⁷ Como poderia a polarização entre petismo e oposição ser falsa se um dos lados claramente entrara numa radicalização assimétrica contra o outro? A ironia é que, a partir de determinado momento, essa operação contaria com o apoio de parte do campo dito “isentão”. Para estes, que buscavam construir um novo espaço político para si, a equivocidade do termo “polarização” servia para construir pontes com setores para quem o problema do pt não era a moderação, mas o “radicalismo”, e cuja noção de política se aproximava do centrismo neoliberal. Fosse para isolá-lo da esquerda, fosse para torná-lo mais palatável ao centro, ambas as partes tiveram interesse em associar um discurso oriundo da crítica da pós-política, que apostava na existência de um potencial para a construção de um projeto de radicalização democrática, com um apelo centrista ao “bom senso”. Pelo menos nessa ocasião, os “contra o golpe” e os “contra a narrativa do golpe” estiveram do mesmo lado.²⁸

Não há, no entanto, nada de necessário nessa confusão. É perfeitamente possível dizer que o impeachment foi a expressão de uma polarização assimétrica entre uma oposição rumando para a direita e um pt cada vez mais alinhado ao centro; e que *justamente por isso* essa polarização distorcia e falseava o real antagonismo entre a elite econômica, que se preparava para transferir os custos da crise integralmente aos mais pobres, e uma classe trabalhadora cujos interesses não eram defendidos naquele momento por ninguém. Do mesmo modo, é perfeitamente possível afirmar que essa polarização funciona como obstáculo para a busca de melhores soluções sem presumir que essas soluções sejam necessariamente

o meio-termo entre os “extremos” existentes. Basta, para tanto, considerar que as forças que se opõem no interior do sistema político não representam adequadamente o conflito de interesses existente na sociedade, ou que o ponto de equilíbrio entre elas é inviável – seja porque leva a efeitos indesejáveis a médio e longo prazo, seja porque supõe condições de possibilidade que não estão mais dadas.

Por um lado, há dois lados; por outro lado, não

O interesse que a ideia de polarização atraiu obviamente deriva de suas possíveis consequências práticas. Particularmente para a esquerda, seu pano de fundo é a questão sobre o que fazer diante do crescimento da extrema direita: caminhar para o centro a fim de construir alianças? Ou responder à radicalização com uma postura igualmente radical? É aqui que é preciso ter toda a clareza sobre qual polarização está em questão, quem ocupa seus polos, se ela é simétrica ou assimétrica, e onde está o seu centro.

No Brasil atual, ninguém – certamente não os bolsonaristas – tem dúvida de que quem ocupa um dos extremos é a extrema direita. É em relação ao lado oposto que as versões variam. Uma delas situa a esquerda como um todo, e o pt em especial, no polo contrário, e demonstra essa tese estabelecendo equivalências entre fenômenos como ameaças de medidas autoritárias por parte de governantes e comoções espontâneas nas redes sociais.²⁹ A extrema direita, por sua vez, concorda que seu adversário seja a esquerda. O problema é que “esquerda” é, para ela, um rótulo infinitamente elástico, que acomoda desde anticapitalistas a neoliberais insuficientemente conservadores e inclui potencialmente qualquer um que venha a ser considerado inimigo.

É evidente que há aí duas operações distintas de polarização. Na primeira, claramente assimétrica, um dos lados assume posições extremas a fim de atrair o centro do debate na sua direção e jogar para o outro lado toda a responsabilidade por negociar compromissos. A extrema direita pode fazer isso porque abertamente não pretende governar para todos. Ela deseja apenas consolidar uma base radicalizada suficientemente grande para manter sua força eleitoral, e confia que, na hora H, os centristas sempre optarão por ela em vez da esquerda. A segunda polarização é, por assim dizer, contra os polarizadores: uma operação retórica em que, valendo-se de uma falsa simetria, alguns agentes apresentam os dois polos como igualmente extremos a fim de se situarem em oposição a ambos, como única alternativa não radical. Não o fazem, no entanto, em nome das opções que a polarização existente estaria deixando de fora do espectro político, tal como os *indignados* espanhóis; mas para se posicionarem como porta-vozes, pragmáticos e de bom senso, do meio-termo que foi perdido.

Mas que meio-termo é esse hoje? Para responder, é preciso começar lembrando qual foi o centro do espectro político brasileiro de meados dos anos 1990 até recentemente: uma combinação dos “três pilares” da gestão macroeconômica neoliberal com políticas distributivas e de reconhecimento mais ou menos arrojadas conforme a condição da economia e a permeabilidade às pressões sociais. Em outras palavras, um neoliberalismo mais progressista ou conservador de acordo com a oportunidade. A primeira pergunta a se fazer é: o que fez com que este deixasse de ser o centro? É verdade que o tripé macroeconômico foi relativizado pela política de incentivos ineficiente e concentradora de renda do governo Dilma; mas quando foi derrubada, a petista já havia voltado à ortodoxia e abraçado o ajuste que renegara durante a campanha. Dilma não caiu por prometer medidas radicais, mas porque a elite viu na conjunção da crise econômica com a desmoralização do pt uma oportunidade histórica para “recontratar” o “contrato social da redemocratização”³⁰ unilateralmente, sem precisar negociar com a esquerda, os movimentos sociais ou a classe trabalhadora. Embora aticasse a

militância com floreios retóricos, em momento nenhum o pt propôs algo que fugisse ao até então admissível; *foi a direita quem mudou o centro de lugar*.³¹ O erro de cálculo foi que, em vez de reestabilizar o sistema, a manobra acabou impulsionando a extrema direita; sem candidatos próprios viáveis, vários autodeclarados “liberais” não hesitaram em apoiar Bolsonaro explícita ou tacitamente. É por isso que, na boca de alguns, a narrativa que culpa a esquerda pela ascensão da extrema direita acaba soando como uma tentativa de desresponsabilizar-se pelas próprias decisões, a queixa de quem cobra: *não nos obriguem a apoiar o protofascismo novamente*.

Quais foram as condições materiais que tornaram possível o antigo centro, especialmente sua inflexão mais progressista durante os governos petistas? Qualquer resposta passa necessariamente por três pontos: um acordo tácito pela estabilidade institucional pós-democratização (o que incluía uma alta tolerância à corrupção); a existência de um grande partido de esquerda, cujas administrações gozaram de popularidade elevada; e o ganha-ganha produzido pela bonança das commodities, que permitiu a promoção de políticas redistributivas sem mexer nos lucros do capital. Nenhuma dessas condições está presente hoje. Vivemos tempos de crescimento baixo e cenário global incerto. Ainda que o pt possa seguir contando com o carisma e os votos de Lula, ele dificilmente voltará a ter a mesma tranquilidade para governar. A facilidade com que a elite embarcou nas aventuras do impeachment e do bolsonarismo demonstra um compromisso muito frágil com as instituições, a negociação e o compartilhamento de poder. O próprio esforço constante para distinguir o “lado bom” do governo Bolsonaro (o ultraliberalismo de Paulo Guedes) de seu “lado ruim” (as tendências antidemocráticas em sentido amplo) sugere que ela está satisfeita, e preferiria apenas não ter que lidar com intermediários tão voláteis e pouco confiáveis. Por fim, o debate econômico vive um processo de polarização assimétrica próprio e está cada vez mais poluído por liberais de manual, para quem medidas corriqueiras em outras partes do mundo são não só tacháveis de “socialistas”, como o primeiro passo numa escalada totalitária cujo destino inevitável é a Coreia do Norte.

Logo, se por “centro” se entende uma espécie de média aritmética das posições políticas disponíveis e seus pesos relativos, é preciso ter claro que este se encontra hoje mais à direita que em qualquer momento desde a redemocratização. É evidente que, a curto e médio prazo, a esquerda deve buscar alianças pontuais para minimizar os danos que o governo Bolsonaro pode causar às instituições e à população, especialmente a mais fragilizada. Mas esses são diálogos a se fazer em cima de pontos específicos e sem esquecer que a experiência recente fornece bons motivos para duvidar do compromisso de nossas elites, “centristas” e “liberais” incluídos, com a democracia. No entanto, a ideia de uma “busca pelo centro” abstrata, sem definir qualquer conteúdo em particular, não só ignora que o centro mudou de lugar, como esquece duas verdades elementares: negociar é algo que se faz em cima de coisas concretas e tendo definido limites inegociáveis; e ninguém negocia com quem não tem nada para negociar. Na ausência de força eleitoral e/ou hegemonia social, a esquerda não tem nenhum trunfo que obrigue a direita a conversar, e esta penderá naturalmente na direção de quem tem – o que fatalmente acabará levando-a à extrema direita. Sem tocar nesse ponto fundamental, a defesa abstrata do centrismo acaba sendo pouco mais que a nostalgia por um pacto lulista que deixou de ser possível, uma incapacidade de pensar a política para além do jogo eleitoral, ou uma resignação ao atual horizonte de possibilidades capaz, no máximo, de pôr a esquerda como sócia minoritária de um estado de coisas cujo custo social e ambiental só tende a crescer.

Narciso acha feio

Resta a outra opção: “radicalizar”. Mas o que isso quer dizer? Talvez possamos começar esclarecendo aquilo que não quer dizer. É aqui que encontramos o grão de verdade contido na ideia de que a escalada da polarização seria fruto da radicalização da esquerda.³²

É fato que a esquerda passou por um processo de radicalização nos últimos anos. Como vimos, porém, não foi no terreno das propostas ou ações que ele se deu; foi no campo das *identidades*. Há várias razões para isso. Algumas são estruturais e comuns a diversos países, como a própria arquitetura das plataformas digitais, que reforça dinâmicas cismogênicas e favorece a formação de “bolhas de filtragem” e “câmaras de eco”.³³ Pode-se acrescentar a isso a popularização de certo estilo de militância online em que as redes sociais funcionam como o instrumento, punitivista e um tanto aleatório, de produção temporária de uma justiça que os militantes não possuem os meios políticos para transformar em condição estrutural e permanente.

Mas a crítica ao identitarismo feita aqui não se refere exclusiva ou mesmo preferencialmente às lutas e grupos ditos “identitários” (mulheres, negros, lgbtqia+...). Uma certa esquerda “anti-identitária”, com sua defesa do “universalismo”, dos “valores iluministas” e outros trejeitos estereotipados, é hoje uma particularidade tão particular quanto as identidades que contesta. Cada vez mais é a “esquerda” como um todo, para além das diferenças internas irrelevantes para quem é de fora, que funciona como identidade. No sentido em que estou empregando o termo, o identitarismo é uma prática em que a performance individual de um repertório fechado de ideias, *shibboleths*, palavras de ordem, referências, preferências estéticas, figuras de admiração e repulsa etc. diante de um público de pares é mais importante para definir um perfil militante que a atuação em espaços coletivos. Essa transformação, estimulada pela hipervisibilidade de uma vida social cada vez mais mediatizada, valoriza a afirmação abstrata de princípios acima do desenvolvimento da capacidade de aplicar esses princípios ao mundo, e a exemplaridade do comportamento pessoal acima do poder de intervir de maneira eficaz no curso dos acontecimentos. Aliás, na medida em que a eficácia depende da capacidade de dialogar com quem é diferente, e a construção da identidade militante passa por demarcar constantemente as diferenças que a distinguem, não só a sobrevalorização da performance identitária tende a restringir o

poder de intervenção política como, perversamente, essa restrição tende a ser experimentada como prova da própria superioridade. Por essa lógica, o problema não é que nós não consigamos mover os outros, mas que os outros não sejam sempre já como nós.

Essa cristalização da esquerda como conjunto de traços identitários é inseparável de duas dinâmicas discutidas anteriormente. Por um lado, trata-se de uma resposta à polarização promovida pela direita: quanto mais a identidade de um lado se reforça, mais a outra tende a se afirmar, com tudo que isso implica (tribalismo, aumento do viés de confirmação, suscetibilidade a *fake news*...). Por outro lado, esse deslocamento para o terreno da cultura e dos valores atende, a partir dos anos 1990, à necessidade de dar coesão à ideia de esquerda na ausência de uma visão de longo prazo efetivamente distinta da economia de mercado e da globalização neoliberal. “Esquerda” passa a ser, então, a identidade de quem reconhece os direitos de minorias, acredita no Estado laico e entende sua missão como consistindo em controlar os excessos do mercado e dos conservadores. Ao contrário da história que a “esquerda anti-identitária” costuma contar, não foi porque passou a se preocupar com o “particular” (negros, mulheres, indígenas, gays...) que a esquerda abriu mão do “universal” (um projeto alternativo de sociedade); foi quando deixou de articular uma ideia própria do todo que ela preencheu o vazio com bandeiras setoriais.³⁴ Isso demonstra que a consolidação da esquerda como identidade e a tendência a deslocar-se para o centro não são contraditórias, antes podem facilmente ser complementares. À medida que o centro do debate se move à direita (o consenso sobre a intensificação dos controles de imigração, por exemplo), é perfeitamente concebível que um reforço da própria identidade (“eu estou com os imigrantes”) seja acompanhado de posições meramente mitigatórias (*humanizar* a intensificação dos controles). Uma polarização simétrica (no sentido batesiano) no campo das identidades é, assim, inteiramente compatível com uma polarização assimétrica no campo das ações efetivas.

O recurso à identidade como substituto de uma política substancial acentuou-se no Brasil depois das eleições de 2014 e, sobretudo, a partir do processo de impeachment. Ao mesmo tempo que se dispunha a negociar o que fosse para salvar o mandato de Dilma, a direção do pt mobilizava a memória da ditadura e da redemocratização para regalanizar uma base histórica que havia se afastado do partido.³⁵ Mas o mesmo fenômeno identitário é observável, por exemplo, nas comunidades online que se formam em torno da revalorização, entre irônica e sincera, de figuras como Stálin e Mao.

Qual é o problema disso? Aqui encontramos o que há de verdadeiro na concepção que faz do centro do espectro político um oásis de bom senso e pragmatismo. Para quem assume integralmente uma identidade política, esta se torna central para sua compreensão de si e do próprio valor.³⁶ Mas a maioria das pessoas é movida por interesses, desejos, valores e opiniões que não são necessariamente nem constantes nem coerentes; é só quem possui uma identidade política altamente definida que faz da consistência de sua própria identidade um fator preponderante na tomada de decisões.³⁷ Isso não significa que o “centro” corresponderá sempre ao mesmo tipo de política *middle of the road*, nem que tenha sempre as melhores soluções; mas que as escolhas estão aí determinadas por outras motivações que não a identidade e são, nesse sentido, mais flexíveis.

A esquerda gosta de conceber a adesão segundo o modelo da conversão (o indivíduo assume um pacote completo de convicções) e o compromisso como desinteresse e sacrifício (um dever que se sobrepõe a qualquer interesse). Mas a conversão é um fenômeno raro, e o desinteresse normalmente exige uma liberdade diante de constrangimentos materiais que é mal distribuída numa sociedade desigual. A maioria das pessoas é motivada menos pelo sentimento de que determinados valores são moralmente corretos que pelo potencial que esses valores demonstram de organizar sua vida e oferecer respostas aos problemas do dia a dia. Para convencê-las disso, a esquerda precisa ao mesmo tempo articular uma visão

plausível de como elas poderiam viver melhor num mundo organizado de forma diferente e oferecer uma noção dos passos pelos quais tal mundo poderia ser construído desde já, sem exigir sacrifícios muito maiores que os que elas já fazem hoje.³⁸

Assim como o chavão “dialogar com o centro”, “radicalizar” em abstrato tampouco quer dizer grande coisa; o mais provável é que acabe significando apenas a radicalização da própria identidade. Mas exigir que as pessoas se convertam a identidades cada vez mais estritas ou abracem ideais cada vez menos tangíveis é uma receita para o isolamento. Não se trata de radicalizar na performance ou na afirmação de princípios genéricos, mas em ideias concretas. Isto é, trata-se da capacidade de construir alternativas que, sem temer dar respostas radicais aos problemas que se enfrenta, não deixam de se comunicar com a realidade cotidiana da maioria das pessoas e parecem não somente mais sensatas e desejáveis que aquilo que se tem, mas efetivamente alcançáveis a partir das condições existentes.

Radicalmente relacional

A década que se inicia será decisiva para a história da humanidade. Temos uma janela estreita de oportunidade para evitar uma crise ambiental ainda mais grave, enfrentar a concentração de poder econômico e político acumulada desde os anos 1980, administrar o avanço da inteligência artificial e a transformação do trabalho de maneira a assegurar o bem-estar de uma população mundial crescente. Até aqui, no entanto, a reação dominante tem sido a de fechar olhos e ouvidos para o presente e requestrar soluções que eram consenso há vinte anos: a uma crise mundial causada pela desregulamentação do mercado financeiro, responde-se com mais desregulamentação; à incapacidade do mercado de encontrar soluções para a crise ambiental, com mais “soluções” de mercado; à estagnação mundial da renda e ao aumento da desigualdade, com

mais precarização e cortes de serviços públicos; a crises de arrecadação, com desoneração dos mais ricos e contenção de gastos. Para piorar, a ascensão global da extrema direita nos arrasta para ainda mais longe das discussões que deveríamos ter, contaminando o debate com preconceitos, fantasias e falsidades.

A maioria das vozes que se dizem “realistas” hoje repete dogmas de uma realidade que sequer existe mais. Desde a crise de 2008, não há perspectiva segura no horizonte global de um novo ciclo de crescimento econômico que produza empregos e reduza a desigualdade. As tendências apontam, pelo contrário, para um capitalismo de baixa produtividade, voltado à extração de renda, e um aumento do desemprego estrutural. Além disso, a evidência inescapável da crise ambiental põe em xeque qualquer promessa de progresso infinito e os cálculos imediatistas de corporações e países. Se uma quantidade crescente de pessoas está se abrindo a posições que antes seriam tidas como “extremas”, tanto à direita quanto à esquerda, é em primeiro lugar porque o “centro” não consegue mais convencê-las de que tem condições de manter suas promessas. É por isso que o meio-termo entre neoliberalismo conservador e neoliberalismo progressista perdeu sua aura de ponto de equilíbrio natural.

Que esse “realismo” esteja em descompasso com a realidade não significa que suas “soluções” não possam funcionar. Elas funcionarão, mas para uma parcela cada vez menor da população mundial. Buscar o meio-termo nessas condições é pior que inócuo: seguir fingindo que as coisas podem voltar a ser como eram é perder um tempo que já não temos e garantir que em breve estaremos vivendo num mundo em que desastres naturais, conflitos sociais e repressão sem precedentes serão o novo normal. Eis algo que os liberais que realmente se preocupam com outras liberdades que não a econômica terão de entender rápido. Já a esquerda, caso deseje ter qualquer serventia no futuro, precisará propor soluções realistas para os problemas postos por essa nova realidade – por exemplo, o de fazer a transição para uma economia pós-carbono, pós-

crescimento e pós-trabalho. Mas isso também exigirá redefinir aquilo que se entende por “realista” e “possível”.

Ironicamente, a ciência política não deu à ideia de que o limite do possível é maleável o nome de um líder revolucionário, mas o de um ideólogo da direita libertária estadunidense.³⁹ Para Joseph Overton, em qualquer momento dado há uma quantidade finita de políticas que a maioria da população considera aceitável. Uma vez que políticos de todas as colorações partidárias desejam continuar elegíveis, esse leque restrito de opções delimita aquilo que eles considerarão politicamente viável. Essa é a chamada “janela de Overton”, e é ela que o realista vulgar evoca quando, diante de uma polarização assimétrica do lado contrário, começa a abrir mão de suas convicções e rumar para o centro. A diferença de Overton para o realista vulgar é que ele entendia essa janela em termos dinâmicos. Fazer com que ideias antes tidas por absurdas virassem *mainstream* era o modo de forçar o sistema político, movido pelo instinto de sobrevivência, a adotá-las. *Mover a janela – isto é, transformar o limite do possível* – é o objetivo mesmo da política. E é exatamente isso que temos visto nos últimos anos, embora, infelizmente, sobretudo à direita: comportamentos, declarações e políticas até bem pouco tempo impensáveis têm se tornado cada vez mais corriqueiros.

Para constituir um novo realismo, porém, a esquerda precisará de mais que a visão atraente de um futuro alternativo e ideias plausíveis de como alcançá-lo. Ela terá de articular uma base social e construir essas ideias junto com ela. Para isso, será necessário exercitar a capacidade de acolhimento, estar presente na vida das pessoas, conhecer seus problemas, sustentar espaços onde elas possam experimentar a própria potência e, assim, oferecer respostas situadas não apenas no futuro, mas aqui e agora. Em outras palavras, será preciso encontrar novas maneiras de fazer aquilo que hoje é muito bem feito pelas igrejas evangélicas, e que um dia foi conhecido como *trabalho de base*.

A esquerda necessitará, por fim, de uma noção de radicalidade distinta da afirmação intransigente da própria identidade. Pensar a

política de maneira relacional – em termos de polos, espectros, pontos de equilíbrio, janelas – ensina não só que nem tudo é possível a qualquer momento, como também que a relação entre um desejo e seu resultado é sempre indireta e passa por diversas mediações: com os desejos e interesses dos outros, com as relações de poder, com as instituições etc. Para fazer política, não basta o querer: é preciso calcular as mediações. Para fazer política *transformadora*, no entanto, apenas calcular as mediações tampouco basta. É preciso calculá-las sempre *para cima*, tensioná-las, levá-las a seu limite, de modo a abrir novos possíveis. Ninguém é radical intransitivamente, em termos abstratos; um radicalismo desse tipo é meramente estético, um fim em si mesmo, a performance de uma identidade. Ser *politicamente* radical é ser radical em relação a uma situação concreta. Não é demarcar uma posição independentemente de qualquer contexto, mas descobrir aqui e agora qual é a posição mais transformadora capaz de conquistar um máximo de adesão e produzir os maiores efeitos – de maneira que, num momento futuro, objetivos maiores e melhores sejam possíveis.

CAPÍTULO 6

Do transe à vertigem: Imagens da derrota no cinema brasileiro

Terra em transe, de Glauber Rocha, gerou controvérsias desde antes de seu lançamento em 1967. Inicialmente censurado pelo regime militar, o longa voltou do Festival de Cannes com dois prêmios na mala e foi recebido de maneira conflituosa pela *intelligentsia* brasileira. “[O filme] toca uma verdade desagradável de maneira desagradável”, resumiu naquele momento o crítico Maurício Gomes Leite em um encontro especialmente dedicado a debater o filme no Museu da Imagem e do Som (mis) do Rio de Janeiro.¹ Essa sensação desagradável vinha da maneira pela qual o filme lidava tanto com o passado recente quanto com um futuro que já começava a fervilhar sob a superfície. Em março do ano seguinte, o assassinato do estudante Edson Luís pela Polícia Militar acenderia a faísca do 1968 brasileiro, uma onda de manifestações e greves que se estenderia até outubro. Em dezembro, contudo, o endurecimento do regime jogaria uma pá de cal sobre qualquer esperança de derrubá-lo por meios pacíficos, e um número cada vez maior de pessoas passaria a considerar como inevitável a perspectiva de uma luta armada que o filme contemplava com certa ambiguidade. Ainda mais desagradável, entretanto, era o que *Terra em transe* tinha a dizer sobre o passado recente do país. Apesar de se passar no fictício país latinoamericano de Eldorado, o filme não tinha como não ser percebido pelos espectadores da época como um *roman à clef* sobre a Presidência de João Goulart, que o Golpe de 1964 abreviara junto com o sonho de uma “revolução brasileira” que ela havia inspirado. Mais que isso, ele colocava uma lupa sobre a crise na qual a esquerda mergulhara depois do golpe: seu espanto com a facilidade com que tinha sido varrida de lado, a repentina constatação de sua própria fragilidade e o doloroso processo de se haver com seus desenganos e autoilusões, erros e inadequações, sob a luz fria e dura de uma nova conjuntura.

No quinquagésimo aniversário de 1968, o Brasil se encontraria em circunstâncias comparáveis. Depois de treze anos de governos do Partido dos Trabalhadores (pt), o país elegeu Jair Bolsonaro, um capitão reformado que reivindicava abertamente o legado do regime militar que se estendeu até 1985, incluindo seus aspectos mais sombrios, como a tortura de dissidentes políticos. Como vimos nos primeiros capítulos (e veremos em ainda mais detalhe no próximo), essa situação foi precipitada por uma confluência singular de fatores que pôs a extrema direita em condições privilegiadas de surfar uma onda de descontentamento: uma grave crise econômica, um escândalo de corrupção envolvendo a maioria dos principais partidos políticos, a erosão da confiança em todas as esferas de governo e o colapso eleitoral da centro-direita. Mais importante, em uma sequência de acontecimentos que muitos não hesitariam em qualificar como golpe, o país assistiu ao impeachment de Dilma Rousseff, ex-guerrilheira e primeira mulher a ocupar a Presidência, e à prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro presidente de origem operária, que inclusive liderava as pesquisas de intenção de voto naquele momento. Dessa vez, não houve tanques nas ruas: Dilma foi destituída por seus antigos aliados de coalizão em um julgamento com fundamentos altamente duvidosos, mas que não deixou de encenar todas as formalidades do devido processo legal; e Lula foi condenado de maneira excepcionalmente célere e com base em evidências inconclusivas, mas ainda assim ostensivamente em conformidade com os ritos da lei. (Apenas mais tarde, com as revelações da Vaza Jato, é que o acúmulo de irregularidades pareceria suficiente para anular o processo.) A coisa toda se deu sem nenhuma ruptura aguda com a normalidade constitucional, contando com a capacidade de certas forças políticas para “ligar e desligar as instituições”² de acordo com seus interesses e os de seus aliados na classe dominante brasileira. Embora esse episódio da história brasileira ainda não tenha sido tematizado pelo cinema ficcional, uma série de documentários recentes se debruçou sobre ele: *O muro* (2017), de Lula Buarque de Hollanda, *O processo* (2018), de Maria Augusta Ramos, *Excelentíssimos* (2018), de

Douglas Duarte, *Já vimos esse filme* (2018), de Boca Migotto, e *Democracia em vertigem* (2019), de Petra Costa.³

Neste ensaio, debruço-me sobre produções audiovisuais dos dois momentos – em particular *Terra em transe* e *Democracia em vertigem* – a fim de investigar as imagens da derrota política que elas projetam e, por meio disso, ler as respostas dadas pela esquerda a essas duas conjunturas históricas. Falar em “derrota”, é claro, já diz algo sobre minha escolha de objetos: filmes cujos diretores parecem se posicionar do lado perdedor das histórias que narram e, portanto, identificar-se com a esquerda em sentido amplo. O que me interessa, todavia, não é tanto essa identificação política explícita. Além de se considerarem de esquerda, esses diretores e diretoras têm em comum certa posição social: são membros da elite cultural do país e de sua classe média ou alta. Em um país tão dilacerado por desigualdades como o Brasil, tal posição social, dada a forma como ela molda e limita sua perspectiva sobre a realidade, bem como os possíveis conflitos de interesse e fidelidade que dela decorrem, está fadada a entrar em tensão com essa identidade política. Se esse é o caso, é provável que a experiência da derrota possa iluminar essas tensões de formas interessantes. Quando falo em “imagens da derrota política”, portanto, o que tenho em mente é tanto a maneira pela qual esses filmes buscam diagnosticar os mecanismos causais que levaram a esses reveses históricos, quanto o modo pelo qual suas narrativas implicam – ou deixam de implicar – os próprios narradores e suas posições sociais. Em outras palavras, interessam-me tanto as histórias que esses filmes contam quanto o que essas histórias têm a dizer sobre quem as conta; isto é, o que elas revelam – direta e indiretamente, por meio de presenças tanto quanto de silêncios – sobre a situação em que foram produzidas.

As lacunas da democracia

Uma tendência dominante nos filmes que procuraram abordar os acontecimentos dos últimos cinco anos é focar no aspecto de “golpe palaciano” da derrubada de Dilma.⁴ Aqui, material para ser explorado é o que não falta: a crônica palpitante do vice-presidente que lidera uma conspiração contra sua superior, o espetáculo grotesco em que políticos notoriamente corruptos se fazem passar por paladinos da moralidade pública, as intervenções ao mesmo tempo arbitrárias e seletivas do Judiciário, e as inúmeras surpresas e reviravoltas rocambolescas que foram se dando à medida que os personagens e as facções mudavam de lado e de estratégia. Pode-se também defender esse tipo de recorte por sua adequação ao tema, uma vez que ele espelha a própria natureza do impeachment, que expôs o processo político em Brasília como pouco mais que uma grande disputa entre elites políticas a serviço de seus próprios interesses e com as costas viradas para a população em geral. Ao assistirmos representadas na tela essas maquinações em torno da queda de Dilma, é difícil não recordar as célebres palavras de Aristides Lobo sobre a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, que até hoje ecoam como uma maldição: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada”.⁵

No entanto, essa escolha também pode incorrer em problemas se não for tomada de modo autorreflexivo. Pode-se criticar o resultado do impeachment por ter violado a democracia representativa, o que é verdade, sem no entanto ser suficientemente crítico quanto à qualidade da democracia que ele interrompeu. Pode-se contestar os mecanismos de representação existentes sem questionar os limites da representação política, ou indagar em que medida um olhar dirigido exclusivamente para as forças políticas em choque no parlamento e nas ruas representa com fidelidade a realidade social. O risco, enfim, é acabar reproduzindo as exclusões do sistema político mesmo quando se faz a denúncia desse sistema como excludente, pelo simples motivo de que compartilha os mesmos pontos cegos dele. Transformar o mundo exterior em mero pano de fundo para intrigas palacianas, em vez de procurar as

histórias escondidas nele, garante que o que foi tornado invisível continuará a sê-lo, e que o que foi silenciado também passará para a história como silêncio – isto é, sequer passará. O custo de não olhar para as lacunas e fissuras do drama desenrolado em Brasília é, em última análise, ficar cego para as condições estruturais que criaram as oportunidades nas quais as *dramatis personae* agiram, bem como para a relativa indiferença com a qual a população em geral, fora dos núcleos mobilizados a favor e contra o pt, reagiu a todo o processo.

Essa cegueira fica evidente na maneira pela qual *Democracia em vertigem*, que dessa safra de filmes é aquele que mais ousa na amplitude de seu escopo histórico, lida com dois dos elementos mais importantes para a compreensão da história recente do Brasil: a onda de protestos deflagrada em junho de 2013 e a crise econômica iniciada em 2014. A primeira é amplamente considerada o grande ponto de inflexão entre o apogeu e a queda do pt, tese à qual o filme subscreve ao descrevê-la como “o abalo sísmico” depois da qual “alguma coisa no nosso tecido social começa a mudar, dando lugar a uma fissura profunda que nos dividiria.”⁶ No entanto, isso só torna ainda mais curioso o fato de que o filme literalmente não tem mais nada a dizer sobre o assunto. As próprias palavras que a diretora escolhe para introduzir o tema – “até que veio o abalo sísmico” – sugerem estarmos diante de um enigma impenetrável, um fenômeno natural para além de qualquer inteligibilidade ou interpretação. Junho de 2013, portanto, nomeia ostensivamente uma lacuna no conhecimento da diretora – mas uma lacuna que ela não se mostra interessada em investigar nem preencher, mesmo reconhecendo sua centralidade. O mesmo vale para a crise econômica. O filme introduz a referência à crise reproduzindo imagens do discurso presidencial no qual Dilma comunica sua decisão de baixar a taxa de juros contra a vontade do setor financeiro. A narração que vai por cima dessa cena manifesta uma admiração tácita à sua coragem política. Terminado o discurso, porém, tudo o que a diretora tem a dizer a respeito é: “mas a economia perde força”. Mais uma vez, uma lacuna é reconhecida, mas não é tematizada. A expectativa era uma, o

resultado foi outro; algo aconteceu, não sabemos o quê, nem adianta perguntar. Próximo assunto.

O que essas duas lacunas escondem, evidentemente, são elementos que podem implicar o pt em seu próprio ocaso. Afinal, se tudo estava indo tão bem antes de 2013, por que milhões de pessoas de repente tomaram as ruas de todo o país após a violenta repressão a um protesto contra um aumento nas tarifas do transporte público paulistano? E se a economia caminhava no sentido contrário ao que o governo previra, onde será que Dilma e seus assessores erraram?

Não que qualquer um desses filmes tenha poupado o pt e seus dirigentes por completo. No caso de *Democracia em vertigem*, o dispositivo formal do filme, que consiste em entrelaçar a trajetória do Brasil pós-ditadura com a história dos pais da diretora – ex-guerrilheiros de classe alta e apoiadores do pt nos anos 1980 –, significa que toda a história é contada do ponto de vista de uma parcela da base social histórica do partido que com o passar dos anos acabou se distanciando dele.² Em uma das melhores sequências do filme, uma montagem com as propagandas televisivas das sucessivas campanhas presidenciais de Lula entre 1989 e 2002 mostra a evolução gradual de seu discurso, cada vez mais conciliador. No entanto, quando tentamos extrair da narrativa do filme uma explicação das causas que levaram à derrocada, nos deparamos com uma ironia curiosa e talvez sintomática. Pois boa parte do peso explicativo parece recair sobre o mesmo fator que os opositores do partido evocariam para justificar seu apoio à derrubada de Dilma: a corrupção. Em última análise, o filme sugere que o erro fatal do pt foi ter aderido a um sistema que sempre funcionou na base da corrupção, em vez de ter tentado mudá-lo; além de por si só já configurar uma falha moral, foi esse equívoco que deu a seus adversários a munição necessária para derrubá-lo. Nada disso teria sido preciso se o partido tivesse insistido numa reforma política, e o desfecho dos acontecimentos talvez tivesse sido outro se ele não tivesse abandonado a bandeira da regulamentação da mídia. Afinal, apesar de todas as vantagens que obtiveram sob os

governos do pt, os oligopólios midiáticos brasileiros trabalharam abertamente a favor do impeachment.

Esse é o diagnóstico apresentado nos poucos momentos em que *Democracia em vertigem* e *O processo* esboçam uma crítica mais elaborada dos erros do pt. Curiosamente, em ambos os filmes ele aparece na voz da mesma pessoa: Gilberto Carvalho, ex-chefe de gabinete do governo Lula e ex-ministro chefe da Secretaria da Presidência de Dilma.⁸ A coincidência não surpreende. Afinal, como principal interlocutor do governo com os movimentos sociais e um dos mais antigos assessores de Lula, Carvalho desempenhou por muito tempo o papel de consciência crítica oficial do governo e do partido. No entanto, é exatamente isso que torna ambígua sua posição e, por conseguinte, seu questionamento. Porque se sua função era fazer a mediação entre os movimentos sociais e o aparato estatal, isso também envolvia atuar como prova de que o governo estava escutando – mesmo (ou especialmente) quando essa escuta não produzia nenhum resultado prático. Falar a linguagem dos movimentos é um requisito essencial para quem tem o trabalho de fazer queixas e críticas chegarem à liderança do partido, mas também de apaziguar a base quando esta se torna muito inquieta. É perfeitamente razoável, então, que nos indaguemos de qual competência ele está falando quando discorre sobre os limites do pt: haveria aí um reconhecimento genuíno que anuncia uma mudança de rumo, ou apenas mais um chamado a ter paciência, um gesto vazio de reconhecimento calculado para reavivar a fé abatida dos apoiadores?

O que Carvalho “realmente” tem em mente está obviamente fora de questão; o problema é que nenhum dos filmes sequer se faz essa pergunta. E isso não parece decorrer de um lapso de sinceridade de sua parte, mas de uma simples ausência de distanciamento crítico. Não é que as diretoras estejam meramente reproduzindo a linha do partido, mas antes que elas essencialmente habitam a mesma perspectiva – isto é, compartilham dos mesmos pontos cegos. É por isso que, mesmo quando claramente defrontadas com as lacunas desse discurso, são literalmente incapazes de enxergar algo que

exija (ou possa ter) alguma explicação. Elas literalmente não veem que não há nada mais a ser dito, com o fato um tanto espantoso de que as críticas mais contundentes ao pt que vemos na tela partem não de setores marginalizados, nem mesmo de dissidentes de esquerda – ambos em larga medida ausentes dessa narrativa – mas da autocrítica “oficial” do partido.

Essa posição é naturalmente preferível a outras ainda menos sóbrias e autorreflexivas, que chegam ao ponto de se recusar a admitir qualquer envolvimento do pt com corrupção. No entanto, quando nos debruçamos sobre as lacunas desse discurso, começa a ficar claro que as explicações que giram em torno do fator corrupção não deixam de ter algo de conveniente. Em primeiro lugar, evocar a corrupção exige as políticas do partido de terem que passar por uma revisão crítica. É como se tudo o mais fosse uniformemente bom e progressista, exceto a conivência dos dirigentes com certas práticas que no fundo também já eram endêmicas em todo caso. Isso impede que se veja, por exemplo, que os protestos de 2013 já apontavam para os limites do modelo de desenvolvimento adotado por Lula e Dilma – em que a melhoria quantitativa das perspectivas econômicas não era acompanhada por uma mudança na qualidade de vida da população (acesso a serviços públicos, responsividade institucional, segurança, mobilidade urbana), e dependia cada vez mais de exclusão e exploração (precarização, especulação imobiliária, avanço da fronteira extrativista no meio ambiente e em Terras Indígenas). Em segundo lugar, uma vez que as conquistas do pt são aceitas por seu valor de face, sem nenhum questionamento sobre custos ou consequências, torna-se possível interpretar a integração do partido ao *status quo* como um mal necessário para alcançar um bem maior. Afinal, as coisas sempre funcionaram dessa forma, “até que veio o abalo sísmico”... Por fim, isso obscurece o modo como o sucesso da fórmula encontrada pelo lulismo – uma situação de ganha-ganha por meio do qual os ricos ficaram muito mais ricos para que os pobres ficassem um pouco menos pobres – efetivamente semeou a derrocada dos governos petistas na medida em que fortaleceu os setores que viriam a se livrar do partido assim

que a crise lhes desse uma chance para uma ofensiva contra a classe trabalhadora.⁹ O partido pode, desse modo, ser retratado como uma mera vítima passiva do revanchismo da elite. Ou como diz Carvalho em *O processo*: “Estamos caindo acima de tudo pelos nossos acertos. Por termos contrariado os grandes interesses do capital”.

É essa análise truncada e estranhamente despolitizada que facilita a analogia entre a conjuntura atual e a de 1964, à qual *O processo* e *Democracia em vertigem* acenam, e *Já vimos esse filme* explicitamente remete. Esse paralelo, é claro, tem sido mais ou menos ubíquo já há alguns anos, mas ele é altamente enganoso. João Goulart foi deposto menos de vinte dias depois de anunciar um ambicioso programa de reformas estruturais; Dilma caiu não por ter partido para a ofensiva, mas porque já não tinha mais para onde recuar. Para além da desaceleração da demanda chinesa por commodities, o desarranjo da economia no seu governo não foi consequência dos gastos sociais, mas de uma desastrosa política de liberação de crédito e incentivos fiscais que acabou por concentrar ainda mais a riqueza ao beneficiar empresários que, em vez de investirem na produção, preferiram simplesmente embolsar o dinheiro.¹⁰ Depois de fazer uma campanha em que se colocava como a única candidata antiausteridade, Dilma adotou um severo programa de ajuste fiscal que alienou sua base de apoio. Entretanto, ela também não deu conta de convencer o mercado financeiro de que tinha força política para levar esse programa até o fim. Quando caiu, não foi por conta de forças externas a seu governo, mas pelas mãos de seus próprios parceiros de coalizão e dos antigos aliados do pt entre o grande capital brasileiro. A analogia, portanto, funciona como um espelho distorcido e lisonjeiro que aplaca a consciência da esquerda e a isenta de uma autorreflexão mais aprofundada: pelo fato de que aquilo que fizeram com ela era luta de classes, ela se permite deduzir que o que estava fazendo também o era. Não deixa de ser revelador que as duas imagens que passaram a dominar a iconografia petista da prisão de Lula em diante sejam fotos históricas dele e de Dilma na resistência à ditadura nos anos 1970. É como se

a única maneira de lidar com o trauma recente fosse apagá-lo por completo, substituindo-o por um anterior, mais distante, menos ambíguo e incômodo.

No final das contas, esses filmes dizem tanto (ou mais) sobre a perspectiva a partir da qual falam quanto sobre a realidade a que se referem. Isso de maneira alguma os invalida, é óbvio, mas significa que a análise que oferecem está claramente circunscrita.¹¹ Vale lembrar que, nas três eleições presidenciais que Lula perdeu (1989, 1994 e 1998), a maior parte dos votos do pt veio das classes média e alta instruídas; foi só em 2002 que o partido conquistou o eleitorado mais pobre. Ao longo de seus anos no poder, muitos desses apoiadores originais acabariam se afastando, desencantados com as alianças do partido e seu envolvimento em corrupção. Essa crítica da *Realpolitik* era, contudo, mais ética do que propriamente política, no sentido de estar mais preocupada com o simbolismo e a correção moral do que com os custos e as consequências efetivas das políticas públicas. Quando a crise e os escândalos de corrupção varreram grande parte do apoio que Dilma tinha na classe trabalhadora, e a ameaça de impeachment se tornou iminente, foi essa base histórica que se mobilizou em defesa do partido. É nesse momento que tais setores que haviam se afastado voltam à cena, e é a partir da perspectiva deles que esses filmes foram feitos.

Por não terem desenvolvido uma crítica *política* das externalidades da *Realpolitik* petistas – ataques aos povos indígenas e ao meio ambiente, militarização das favelas e encarceramento em massa, crescimento do setor primário à custa do resto da economia –, nem prestado a devida atenção aos grupos por ela afetados, também a defesa que esses setores fizeram do partido acabou assumindo uma forma eminentemente ética. O argumento era de que valia a pena apoiar o pt porque o partido tinha trabalhado para melhorar a vida de milhões de pessoas. Pouco se falava das várias formas pelas quais isso podia ter sido feito, os diferentes horizontes estratégicos que cada uma dessas formas implicava, as consequências do caminho efetivamente escolhido, ou mesmo o fato de que as condições que tornaram possíveis esses avanços – o

boom das commodities do início dos anos 2000 – haviam deixado de existir. De certa maneira, a resposta à *Realpolitik* simplesmente se repetiu com os sinais trocados: anteriormente rejeitada por motivos éticos como um meio que contaminava os fins, ela agora era validada pela disposição que a elite demonstrava de atropelar as regras do jogo para derrubar o pt. À luz da ofensiva contra o lulismo, ela aparecia não só como um mal comparativamente menor, mas um mal que pelo menos fora feito em nome de um bem maior. Mais ainda: retrospectivamente, ela se demonstrava inevitável. Afinal, se mesmo com todas as concessões e compromissos a reação tinha sido tão violenta, isso não era a prova de que nunca houvera outro caminho a tomar?

“O abismo está aí, aberto. Todos nós marchamos para ele.”

Embora fosse o melhor entre eles, *Terra em transe* era apenas um dos vários filmes do cinema novo que tentaram dar sentido à situação pós-1964. Tal como *El justicero* (1967) e *Fome de amor* (1968), de Nelson Pereira dos Santos, a obra aborda a ambivalência da classe média em relação a um compromisso político que hesita em assumir ou – como em *O bravo guerreiro* (1969), de Gustavo Dahl, *Os herdeiros* (1970), de Cacá Diegues, e *Os inconfidentes* (1972), de Joaquim Pedro de Andrade –, acaba eventualmente traído. Se os primeiros esforços cinemanovistas procuravam despertar seu público eminentemente urbano para a ação, transmitindo o choque bruto da miséria do Nordeste rural, os diretores agora voltavam suas lentes às grandes cidades do Sudeste para se debruçar sobre a *intelligentsia*, isto é, sobre seu próprio público. O acento se desloca, portanto, de uma denúncia do subdesenvolvimento feita *para* um público urbano a uma denúncia *contra o próprio público* – uma denúncia cuja violência era ainda

maior na medida em que os próprios diretores já não tinham mais certeza de estarem isentos dela.¹²

Em pelo menos dois níveis, contudo, *Terra em transe* foi mais incisivo que os dois filmes que inauguraram essa tendência, *O desafio* (1965), de Paulo César Saraceni, e o documentário *A opinião pública* (1967), de Arnaldo Jabor. Primeiro, na sua autópsia rigorosa das ilusões do período pré-golpe, particularmente os limites do populismo de João Goulart, a ingênua aposta do Partido Comunista numa aliança com os setores “progressistas” da burguesia nacional, e a fantasiosa convicção da esquerda de que, na hora H, o povo estaria do seu lado. Segundo, na coragem masoquista com a qual o filme mergulhava no desconforto da derrota. *A opinião pública* expunha de maneira implacável o idiotismo da classe média, mas embora genuinamente se interessasse pelo que seus entrevistados tinham a dizer, tomava distância deles. *O desafio* ainda permitia que o espectador sentisse pena de seu protagonista e, ao se identificar com ele, compadecesse de si mesmo e se absolvesse. *Terra em transe* não oferecia nenhuma trégua desse tipo, nenhuma posição a partir da qual o público pudesse escapar da crítica abrangente que propunha. Com o dedo apontado firmemente para os espectadores – e, portanto, também para si mesmo –, o filme formulava a pergunta que todo mundo estava evitando fazer: e se a culpa pela derrota não fosse das “forças da reação” nem do “povo”, mas dos autoproclamados “revolucionários”, isto é, da própria esquerda?

A dissecação do populismo que o filme realiza se encarna no personagem Felipe Vieira, um político provinciano que oscila entre seu compromisso com os pobres e seus conchavos com as elites latifundiárias, decidindo a favor dos primeiros apenas quando o líder conservador Porfirio Díaz já havia posto em marcha seu golpe. Mas ela também se materializa em uma série de metáforas audiovisuais que representam a ideia de que, mesmo sob o populismo, o povo ainda carece de voz: nos comícios de Vieira, os apoiadores erguem cartazes em branco e mexem suas bocas sem emitir som algum. O que isso expõe é a solidariedade entre um sistema de representação

cognitiva (*Darstellung*) no qual o povo só pode aparecer como inerte e mudo, e um sistema de representação política (*Vertretung*) no qual ele só pode participar por meio da mediação de um líder.¹³ Por um lado, a posição do líder populista depende de os indivíduos permanecerem em uma situação na qual “eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados”;¹⁴ por outro, como ninguém espera que o povo seja capaz de falar ou agir por conta própria, o populismo aparece como seu único acesso à vida política. Presente unicamente como ausência, incluído apenas na condição de representado, mudo a menos que alguém fale em seu nome, o povo é assim transformado em uma variável cuja força potencialmente explosiva pode ser administrada conforme interesses circunstanciais. Uma eventual expressão direta dessa força configura uma ameaça não só para o líder – cujo capital político repousa fundamentalmente na sua capacidade de manejá-la –, mas para todo o sistema de representação, que reduz o povo ao mutismo e à passividade.

É justamente um dos comícios de Vieira que fornece a sequência mais memorável do filme. Nela, vemos os limites da representação populista dramatizados como uma *dupla apresentação* traumática do povo. Jerônimo, um sindicalista, é incentivado a falar: “Não tenha medo, meu filho. Fale! Você é o povo”. A trilha sonora cessa, todos fazem silêncio e a câmera se aproxima dele. Mas a tão aguardada palavra do povo se revela tímida, conciliadora, resignada à subalternidade de quem “não [sabe] mesmo o que fazer” e considera que “o melhor é aguardar a ordem do presidente”. Esse é o povo se apresentando como representação de si mesmo. Nesse instante, o protagonista do filme chega por trás de Jerônimo, cobre-lhe a boca e olha de frente para a câmera. Quebra-se a quarta parede, interrompe-se a representação, e ele se dirige a nós diretamente: “Estão vendo o que é o povo? Um imbecil! Um analfabeto! Despolitizado! Já pensaram um Jerônimo no poder?”. Feito isso, porém, a câmera passa a acompanhar um homem que vem rastejando pela multidão até chegar ao centro da cena e tomar a palavra: “Com a licença dos doutores, seu Jerônimo faz a política

da gente, mas seu Jerônimo não é o povo”. Um grupo de camponeses começa silenciosamente a ocupar o segundo plano da cena. “O povo sou eu, que tenho sete filhos... e não tenho onde morar!” Mas o jogo da representação não tolera esse tipo de ruptura vindo à tona: o povo “real” sob a política populista constitui uma ameaça, um choque que convoca uma tomada de partido; ele é irrepresentável. Aos gritos de “Extremista! Extremista!”, o homem é espancado e morto.

A sequência condensa uma série de questões políticas. Como criticar o paternalismo populista sem acabar assumindo uma postura paternalista também? Como introduzir na ordem simbólica aquilo que ela exclui sem se colocar como seu representante? Pactuar com a ordem era mesmo a única alternativa viável, como o golpe parecia indicar, ou o certo não seria justamente ver o golpe como prova de que já não havia mais acordo possível? Em um admirável curto-circuito narrativo, a cena não só expõe a exclusão que funda a representação política, como coloca em questão os limites da representação *cognitiva* – de seus personagens, do público, do próprio filme. O fato de a esquerda ter sido pega tão de surpresa pelos acontecimentos já não seria sinal de que ela também havia convertido o povo em cifra e passado a projetar sobre ele, como em uma tela em branco, suas próprias palavras, ideias e desejos? Essa projeção não teria sido possível exatamente porque a esquerda também praticara uma política capaz apenas de falar *por* ou *sobre* o povo, mas nunca *com* ele? Não seria aquilo um sintoma do abismo que separava a esquerda do povo tal como ele existia fora das representações políticas e cognitivas que o fixavam e neutralizavam? O golpe, afinal, não revelara que, ao contrário da autoimagem da esquerda como uma verdadeira força revolucionária lutando ao lado do povo, ela no fundo nunca tinha sido mais que uma fração da elite – e pior, uma fração isolada e ineficaz?

É justamente esse tipo de pergunta que parece ausente nos filmes que lidam com a conjuntura política dos últimos seis anos. Nestes, a impressão é que o problema está sempre muito mais “lá fora” do que “bem aqui”. Até *Democracia em vertigem*, o filme

aparentemente mais autorreflexivo dessa safra, é surpreendentemente alheio a esse problema: consciente do acesso exclusivo proporcionado pelas conexões familiares da diretora, mas inteiramente desatento ao ônus de lidar com as questões sobre o que isso diz sobre o país, a perspectiva que a diretora ocupa, ou o que ela pode estar deixando de enxergar. Já em *Terra em transe* esses problemas são incontornáveis e constituem boa parte do que define seu protagonista, o poeta e jornalista Paulo Martins.

Um dos golpes de mestre de Glauber Rocha foi pôr no centro do filme um personagem tão falho e antipático, de modo a eliminar qualquer distância que o público pudesse vir a estabelecer em relação à história. Identificar-se com Martins é identificar-se principalmente com seus defeitos, com a suspeita de que eles são os nossos, com a “verdade desagradável” que ele revela sobre nós. O cerne dessa verdade reside no caráter cindido do personagem, que se exprime em uma série de dualidades irreconciliáveis. Herdeiro que se recusa a aceitar a sua herança, Martins habita o espectro político definido pelas duas figuras que marcam seus extremos: Díaz, seu antigo padrinho político, e Vieira, com quem mantém uma aliança ambivalente. Narcisista que sonha em se perder em um projeto coletivo, ele oscila entre os extremos da poesia e da política, do individualismo irresponsável e do comprometimento, entre a insípida socialite Silvia e a militante apaixonada Sara, entre sua origem de classe burguesa e uma sede de justiça mais metafísica que propriamente política. Ao longo de todo o filme, ele hesita entre uma identidade que rejeita, mas não abandonou por completo, e outra com a qual não consegue efetivamente se haver.

Isso o leva, num primeiro momento, à superidentificação. Trocando o idealismo original por um cínico pragmatismo político, Martins passa a defender as restrições da *Realpolitik* contra aqueles cujos interesses ele acredita representar, chegando a reprimir pessoalmente um grupo de camponeses descontentes. Seu investimento no povo é permeado por uma convicção altiva e paternalista de que as pessoas não estão prontas para se assumirem como sujeitos do próprio destino; incomoda-lhe menos o

fato de ter batido num pobre camponês do que a falta de reação deste diante da agressão. (“Gente fraca! Sempre...”, ele lamenta para Sara. “Gente fraca e com medo.”) Desgostoso, ele renuncia totalmente à política e volta para Silvia, refugiando-se em sua vida burguesa dissoluta, uma “bela alma” incapaz de suportar a própria cumplicidade nas imperfeições do mundo. Quando Sara o convence a retornar, a repulsa já havia se transformado em um desejo niilista de ruptura movido tanto (se não mais) pelo desprezo por seus pares quanto pela esperança de justiça para os oprimidos. A revolução, para ele, não é uma tentativa de organizar a transição para uma nova ordem, mas um espasmo violento a ser incitado desde cima, como se apenas aquele “transe dos místicos” pudesse arrancar o povo de sua passividade.

Nesse meio-tempo, porém, seus amigos da “burguesia progressista” já tinham começado a tomar partido. Em uma cena que ecoa formal e narrativamente a sequência do comício, Díaz rebate uma observação do magnata da mídia Julio Fuentes, dirigindo-se diretamente para a câmera: “Olha, imbecil. Escute. A luta de classes existe. Qual é sua classe? Vamos, diga!”. Por último, uma vez consumado o golpe, o niilismo de Martins assume a forma de um gesto solitário de enfrentamento que lhe custa a vida. Isso bastou para que, em 1967, alguns críticos acusassem o filme de flertar com o voluntarismo armado. (Ironicamente, um dos responsáveis por essa acusação participaria do sequestro do embaixador dos Estados Unidos apenas dois anos depois.) Mas essa leitura ignora a performatividade desesperada e vazia do gesto; nas palavras de Glauber, em uma entrevista, “[a] Revolução não explode quando [Martins] o deseja e por isso ele assume posição quixotesca”.¹⁵ Ela também deixa de captar a verdade mais sombria que a ausência de sentido desse ato sinaliza: talvez não houvesse mesmo lugar para Martins naquelas circunstâncias, pois as figuras de Díaz e Vieira realmente exauriam o campo da política possível.

Terra em transe não tinha pretensão de responder às questões levantadas – mas também não permitia que as pessoas se esquivassem delas. Na verdade, a falta de respostas era

efetivamente parte do que estava sendo dito. “Criticaram o filme por não oferecer uma síntese”, diria Glauber, comentando a polêmica com a qual *Terra em transe* foi recebido. “Mas se eu tivesse oferecido uma síntese, teria feito um filme antimarxista, idealista, antidialético.”¹⁶ E acrescentaria: “Eu não pretendia resolver problemas no nível teórico, fazer filme utópico, oferecer conselhos políticos...”.¹⁷ “Se fizesse um filme sobre o transe da América Latina e lhe desse uma forma acabada, estaria atuando contra a própria práxis do filme. Um filme de ruptura, de crise, tem de estar tão pobre quanto seu próprio tema, todo integrado”.¹⁸ Em vez de massagear ou aplacar a consciência dos espectadores, a ideia era forçar a esquerda a encarar o impasse coletivo no qual ela se encontrava – a reconhecer que, como diz Martins a Sara em determinado momento: “O abismo está aí, aberto. Todos nós marchamos para ele.”

***Realpolitik* em disputa**

Comparados ao mergulho crítico implacável de *Terra em transe*, os documentários que tratam da queda do pt não têm como não parecerem confortáveis demais, dispostos demais a poupar a esquerda de se haver com perguntas difíceis. Se juntamos isso ao movimento de fuga do presente que temos visto no recurso constante a imagens e analogias do passado, a impressão com que ficamos é de que o processo de aprender com a derrota na verdade nem começou, e ainda precisa superar um apego melancólico às vitórias e possibilidades de um passado recente, mas que já passou. Se o baque de 1964 inspirou em figuras como Rocha uma desidentificação em relação à esquerda hegemônica e um ímpeto de revisar com rigor suas posições anteriores, as sucessivas derrotas sofridas de 2016 pra cá parecem ter surtido o efeito oposto: reforçar velhas convicções e reassegurar as pessoas de que elas sempre estiveram “do lado certo”. Pior ainda, elas parecem ter produzido uma espécie de superidentificação retrospectiva, semelhante àquela

por que passa Paulo Martins em *Terra em transe*, que acaba por justificar comportamentos anteriormente criticados, descarta como irrealistas todas as antigas ressalvas levantadas contra eles e conclui que, no final das contas, as coisas não poderiam ter se dado de outra forma.

Não há, claro, como saber se as coisas teriam sido diferentes caso o pt tivesse priorizado a politização desde baixo em vez da conciliação a partir de cima, buscado logo no início de seu governo alternativas à nossa dependência em relação ao setor primário, insistido nas pautas da reforma política e da regulamentação da mídia, aproveitado o impulso das manifestações de 2013 em vez de responder com repressão e assim por diante. Ainda assim, atribuir o monopólio sobre o realismo político à *Realpolitik* que o partido praticou quando esteve no poder, relegando qualquer tentativa de questioná-la à esfera da ingenuidade e da utopia, além de ser a pior lição que se poderia tirar da derrota, é também simplesmente errado. É ruim porque, afinal, concluir que as coisas só poderiam ter sido como foram equivale a não tirar lição alguma. E é errado porque se recusa a ver que as ações que se toma têm efeito sobre as limitações que determinam o que é ou não possível: uma política que se pretende transformativa precisa necessariamente trabalhar ao mesmo tempo *dentro dos limites do possível e sobre esses próprios limites*, de modo a ampliá-los.

Nada exprime melhor o descompasso entre o contexto pré-1968 em que *Terra em transe* foi feito e a reação à conjuntura pós-impeachment do que a forma como esta segunda interpreta mal o primeiro. O que o filme de Glauber sinalizava era a rejeição de uma geração mais jovem à política de conciliação do período Jango, ainda que suspendesse qualquer juízo quanto à disponibilidade de uma via alternativa naquele momento. Hoje, muitos que se voltam àquela época tiram a conclusão oposta: ao se identificarem com o heroísmo dos que caíram lutando, não veem outra opção que não seja tentar reconstituir o pacto do pt com a elite brasileira. Mas, uma vez que as condições que tornaram esse pacto possível não existem mais, e o impeachment mostrou que a classe dominante brasileira

não aceita nem mesmo um “reformismo fraco”,¹⁹ essa conciliação só poderá ocorrer sob termos ainda mais rebaixados.

Seria possível, naturalmente, objetar que a diferença entre os dois momentos é que o pt foi fundado por pessoas que viveram a experiência à qual aquela rejeição da conciliação levaria após 1968: a luta armada. A cautela de hoje se explicaria, portanto, pelo fato de que a radicalização foi tentada naquele momento e se mostrou política e militarmente inviável. Mas supor que uma luta armada impossível é o único sentido que “radicalizar” poderia ter é justamente o problema. Reduzindo todas as alternativas concebíveis a uma só, que é impossível ou indesejável, esse raciocínio serve para nos levar de volta à conclusão de que a única coisa a fazer é se empenhar novamente nas mesmas táticas conciliatórias – mesmo que os acontecimentos recentes tenham demonstrado que *elas também* são, à sua maneira, inviáveis a médio e longo prazo. Quando presumimos que “radical” só pode querer dizer “extremo”, e que há apenas um único caminho que pode ser considerado “realista”, estabelecemos limites arbitrários sobre nossa imaginação política e interditamos qualquer questionamento a respeito de como as coisas poderiam ter se dado de maneira diferente. Isso nos impede de procurar aquilo que pode ser ao mesmo tempo viável e radical – isto é, soluções que operam no interior das limitações existentes e que trabalham para transformá-las ao longo do tempo.

Uma *Realpolitik* que se preocupa com o primeiro desses critérios, mas ignora o segundo, não somente abdica de qualquer transformação de longo prazo, como é incapaz de oferecer resistência àqueles que querem restringi-la sempre mais. A consequência é que ela não pode fazer mais do que assistir, na defensiva, ao encolhimento progressivo de sua margem de manobra. Um realismo que trata a realidade como um *quantum* fixo não é digno desse nome. Como disse certa vez Rosa Luxemburgo, uma revolução é como uma locomotiva enfrentando um aclave: ou ela “subirá a encosta histórica a todo vapor até o cume, ou, arrastada pelo próprio peso, voltará à planície de onde partiu”.²⁰ A experiência

brasileira mostra que esse é um conselho ao qual mesmo os que se pretendem reformistas ou realistas precisam estar atentos.

CAPÍTULO 7

Como chegamos aqui? De Junho de 2013 a Bolsonaro

Há um grande enigma na política brasileira da última década.

Durante um breve intervalo, Junho de 2013 foi o maior movimento de massas ocorrido no país desde as Diretas Já. Não só uma sequência de manifestações gigantescas, mas a experiência de uma súbita, “imensa e prolífera criticabilidade das coisas, das instituições, das práticas, dos discursos”,¹ como se o brasileiro – que costuma dizer de si mesmo que é passivo e aceita as coisas calado – tivesse repentinamente descoberto um gosto pela “inservidão involuntária” e pela “indocilidade refletida”.² Era um período em que todos falavam de política e muitos se sentiam chamados a participar dela pela primeira vez. A base em que essa interpelação se dava era uma crise aguda do poder constituído e das instituições em geral: a desconfiança instintiva da população em relação à classe política parecia ter escapado à resignação das conversas privadas e extravasado por ruas e redes sociais, onde se expressava como demanda por qualidade de vida (o que passava pela qualificação dos serviços públicos) e responsividade institucional (o que passava pelas questões da violência policial e da corrupção). Antes ou independentemente de sua diferenciação em orientações políticas, direita ou esquerda, Junho foi uma revolta dos governados contra os governantes.

E, no entanto, o que se seguiu foi uma acachapante contraofensiva das elites econômica e política contra as poucas conquistas que os governados lograram obter na Nova República; uma blitz de manobras e reformas testemunhada praticamente sem reação por uma população que via o sistema responder ao choque de 2013 reforçando ainda mais sua autonomia em relação à sociedade. Mais estranho ainda, aquele momento de máxima excitabilidade crítica acabaria, por caminhos inusitados, desaguando na formação de uma base social ativamente mobilizada em favor de medidas que reduzem direitos, eliminam pesos e contrapesos e

afastam ainda mais a possibilidade de controle social sobre o Estado. Como explicar isso? Como as coisas puderam andar tão errado entre um início confuso, mas ainda promissor, e um desenlace que, sob a maior parte dos aspectos, parece ser seu exato contrário?

Quem sabe possamos encontrar pistas num outro momento histórico, cujo cinquentenário foi celebrado no mesmo ano em que os protestos brasileiros chegavam a seu quinto aniversário. Para comparar Junho de 2013 com Maio de 1968, porém, o ponto por onde começar talvez seja o início dos anos 1980, quando a derrota dos movimentos das décadas anteriores já estava plenamente consolidada. Em 1984, Gilles Deleuze e Félix Guattari publicaram um texto cujo título pode ser traduzido tanto como “Maio de 68 não aconteceu” como “Maio de 68 não teve lugar”.³ Trata-se de um jogo de palavras. Eles queriam dizer justamente que 1968 acontecera, mas não tivera lugar; isto é, que a transformação que aquele acontecimento incluía no rol dos possíveis não lograra se inscrever na realidade, ou se inscrevera de maneira amputada, distorcida, de certa forma até contra ela mesma. O que a distinção entre “acontecer” e “ter lugar” dá a ver é que há algo num acontecimento que não é redutível a seus resultados. Isso é porque resultados são objeto de disputas em torno do que se inscreverá nas instituições, nas práticas, nas formas de vida; e disputas podem ser vencidas ou perdidas, pois são justamente o ponto por onde a contingência entra na história. Já o acontecimento é aquilo *que abre a possibilidade dessas disputas, ou seja, que permite que coisas anteriormente impensáveis ou impossíveis entrem em jogo – seja para vencer, seja para perder.*

Com isso em mente, é perfeitamente razoável que possamos ao mesmo tempo reconhecer o relativo fracasso de acontecimentos como Maio de 1968 ou Junho de 2013 e fazer justiça a sua importância. “Fazer justiça” não implica romantizar, tentar isolar um núcleo ideal puro no meio da impureza dos eventos, ou dizer que o sonho importa mais do que aquilo que efetivamente se soube realizar. Significa apenas reconhecer o que há de irreduzível no

acontecimento: que um momento como aquele não é trivial; que um novo momento político, para o bem e para o mal, se abre ali; que o potencial contido naquele instante é maior que todos os seus desdobramentos posteriores e não se esgota em nenhum deles.

Isso, claro, se supormos que havia outros potenciais ali que não aqueles que acabaram por se atualizar. Para tanto, é preciso superar alguns obstáculos conceituais que nos impedem de pensar o acontecimento em sua chave própria. Estes consistem em, onde a causalidade do acontecimento é complexa (um efeito resulta de uma composição de causas e se ramifica em múltiplas direções), procurar o simples (para cada efeito, uma só causa); onde ela é não linear (uma causa pode disparar um efeito muito superior a si mesma se age sobre um sistema fora de equilíbrio), procurar a linearidade (para cada efeito, uma causa de igual grandeza e natureza); onde ela é da ordem da emergência, dos efeitos de escala ou da reação em cadeia, procurar o esquematismo mecânico das bolas de bilhar.

Dessas premissas inadequadas segue uma cadeia de erros. Como a todo efeito deve corresponder uma e só uma causa, toma-se um processo complexo, abstrai-se toda sua contingência e multiplicidade causal, e declara-se A (o início do processo) a causa de B (seu ponto final). Como se supõe que a causa deve ser da mesma grandeza e natureza do efeito, conclui-se que A já era B em germe. Assim, o resultado não é o caminho que vingou entre diversos outros que foram possíveis em diferentes instantes, mas a expressão de uma essência que já estava dada na origem: Junho de 2013 *não podia não ter* levado a Bolsonaro porque *já era* Bolsonaro desde o início. Por último, como por trás de toda causa pode-se intuir um agente, não é preciso muito para concluir que A foi o *instrumento* pelo qual X causou B. Assim se desliza facilmente em direção àquilo que os italianos chamam de *dietrologia*: a obsessão, tristemente comum na esquerda, por identificar *quem está por trás* de cada coisa que acontece (*dietro*, em italiano, quer dizer “atrás”).

Para que fique claro, não se trata de sugerir aqui que não haja, em qualquer momento dado, uma pluralidade de agentes buscando produzir efeitos determinados, alguns deles com mais poder que

outros, e que muitos deles não busquem ocultar os esforços pelos quais pretendem atingir seus objetivos. É óbvio que todos conspiram o tempo todo; isso é justamente uma das coisas que caracterizam uma situação em disputa. Mas dizer isso é dizer exatamente o *oposto* daquilo que afirmam as teorias da conspiração. O que caracteriza o conspiracionismo não é a crença de que o mundo é a cada instante o resultado instável de múltiplas estratégias que convergem, se chocam ou se sobrepõem; mas, ao contrário, a fé na existência de agentes capazes não apenas de manipular todos os outros segundo sua vontade como de ocultar tão bem os traços de sua ação que a própria ausência de provas de sua influência deve ser tomada como evidência de seu poder. O que a *dietrologia* faz é sempre acrescentar uma dimensão extra àquilo que existe, submetendo a complexidade que se pode observar na superfície das coisas (múltiplos agentes, projetos, alianças, conflitos) à simplicidade de uma causa profunda da qual a desordem do real não passa de um disfarce ou jogo de espelhos. Em vez de tramas em fluxo e conflito, um só Plano que abarca tudo; em vez de golpes e contragolpes, um só Golpe que se desdobra na geometria infinitamente expansiva dos “golpes dentro do golpe”. É assim que Junho de 2013, a Operação Lava Jato, o impeachment de Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro podem ser sintetizados numa narrativa unilinear, reduzidos a meras etapas na execução rigorosa de uma “guerra híbrida” coordenada pela CIA ou de uma estratégia traçada há muito pelos militares.⁴

Em todas essas tendências de leitura, o problema é sempre o mesmo: tenta-se contar uma história eliminando dela tudo que aconteceu *no meio* – ou seja, exatamente o que decidiu como ela acabava. Ora, é evidente que existe uma relação entre as manifestações de 2013 e a eleição de Bolsonaro; negá-lo seria tão absurdo quanto afirmar de maneira simplista que uma coisa é a *causa* da outra. A questão é entender que relação é essa, e para isso só há um lugar onde procurar: é precisamente para aquilo que aconteceu no meio que devemos olhar.

No extenso agora

Antes, porém, é preciso estabelecer um contexto. Assim como o Maio parisiense, o Junho brasileiro se inscreve no interior de um arco político e histórico mais amplo cujas dimensões são propriamente globais; no nosso caso, trata-se do ciclo de protestos que se inicia em 2011 com a Primavera Árabe. Três elementos nos servem para caracterizar em linhas gerais a conjuntura em que esse ciclo se desdobrou. Primeiro, a crise econômica mundial iniciada em 2008 e a timidez das respostas políticas que ela recebeu – especialmente se as compararmos às quantias astronômicas injetadas pelos grandes bancos centrais no mercado financeiro nos últimos quinze anos.⁵ Basta pensar que a estagflação dos anos 1970 levou à morte do keynesianismo e do Estado de bem-estar social para colocar em evidência o que há de estranho no fato de um colapso causado pelo capitalismo financeiro desregulado ter se transformado em motivo para reforçar as políticas que levaram a ele, além de desculpa para um choque austeritário. O segundo elemento concerne aquilo que esse déficit entre a gravidade da situação e a fraqueza da reação expunha: a captura da política institucional, à direita e à esquerda, por interesses corporativos e financeiros, numa demonstração patente de que o sistema representativo deixara de oferecer uma representação minimamente fidedigna da sociedade e passara a funcionar como dispositivo de blindagem de interesses econômicos determinados. Daí decorre o terceiro elemento: a crise do “centrismo”, isto é, do consenso ideológico que reunira direita e centro-esquerda desde os anos 1990, segundo o qual o único horizonte político possível seria, com maior ou menor sensibilidade social, gerir o capitalismo dentro dos marcos e limites estabelecidos pela globalização neoliberal. Em diversos países, o principal sintoma dessa crise foi uma reorganização do espectro partidário que se destacou não só pela agonia de velhas forças políticas e pelo nascimento de novas, mas sobretudo pelo fortalecimento de alternativas à esquerda e à direita do centro.

Podemos distinguir dois momentos bem claros nessa trajetória global. Na primeira metade da década, os ventos sopravam para a esquerda. Embora os movimentos que começaram a surgir em 2011 fossem em geral diversos e pouco coesos ideologicamente, a demanda por mais participação política e mais igualdade econômica era clara em todos eles. Essa inclinação era evidente mesmo se o colapso do centro do espectro partidário tendia a começar pela centro-esquerda – por exemplo, no Reino Unido, na Espanha, na França e na Grécia, onde o Pasok viraria sinônimo desse derretimento por meio do neologismo “pasokificação”.⁹ Em muitos países, aliás, esse processo abriria espaço para alternativas eleitorais mais à esquerda: Podemos (Espanha), Syriza (Grécia), França Insubmissa, a eleição de Jeremy Corbyn para a liderança do Partido Trabalhista (Reino Unido) e o crescimento da ala esquerda do Partido Democrata (Estados Unidos). Mais cedo ou mais tarde, contudo, todos esses movimentos se depararam ao mesmo tempo com seus limites internos e com a resistência do centro político, inclusive de uma centro-esquerda que tentava barrar o avanço deles a fim de assegurar a própria sobrevivência. Além disso, o caso da Grécia demonstraria que nem mesmo uma maioria parlamentar e o apoio popular sólido podiam garantir a um governo isolado as condições para enfrentar as forças transnacionais do mercado financeiro.

Uma vez bloqueadas tais possibilidades, o que ocorreria em seguida? Na segunda metade da década, os ventos começam a soprar a favor da extrema direita. O Brexit, a vitória de Donald Trump, a eleição de figuras como Jair Bolsonaro e o crescimento de forças semelhantes em países como Alemanha, Espanha, França e Chile mostram que foi o outro lado do espectro político que melhor soube aproveitar o vácuo deixado por aquele breve período de contestação. Amplamente favorecidos pela conjuntura, eles se alimentavam dos sentimentos antissistêmicos que tinham ficado órfãos com o refluxo do “movimento das praças”, dos medos despertados pelo súbito crescimento da esquerda e do fato de que o esforço do centrismo para reestabilizar o sistema só reforçava a

sensação de divórcio entre representantes e representados. Em alguns lugares, aquilo que começara com a promessa de “democracia real já”, ou pelo menos de uma reorganização do espectro partidário, acabaria resultando num equilíbrio desconfortável entre o velho (o centro) e o novo (alternativas à direita e à esquerda). Em outros, as novidades à direita se provariam consideravelmente mais fortes. Em casos como os de Egito, Síria e Líbia, por fim, o resultado dos levantes ocorridos no início da década seria francamente catastrófico: regimes e arranjos políticos ainda piores que os anteriormente existentes.

Nesse ponto, como em vários outros, Junho de 2013 se encaixa perfeitamente no perfil geral do ciclo aberto em 2011. Para além do destino comum, é possível observar semelhanças na composição social majoritariamente jovem e urbana; no compartilhamento de signos, palavras de ordem e repertórios de ação; na importância da dimensão tecnopolítica na convocação, coordenação e viralização das manifestações; na presença relativamente secundária de organizações de massa tradicionais; na velocidade de contágio e, portanto, também no modo como os iniciadores dos protestos se encontraram rapidamente ultrapassados por milhares de novas adesões; na violência policial como fator desencadeador; na desconfiança em relação a atores e instituições políticas estabelecidas; no déficit de democracia e participação como questão central.

Outros aspectos, contudo, põem o Brasil em um ponto um pouco fora da curva. Quando os protestos de 2013 estouraram, a Grande Recessão ainda não havia realmente atingido o país. Os manifestantes brasileiros estavam, portanto, respondendo mais às questões que seus equivalentes em outros lugares haviam identificado do que propriamente às condições que haviam levado aqueles às ruas.⁷ Além disso, o partido então no poder não se encontrava no fim da linha de um longo processo de perda de credibilidade. Embora estivesse cada vez mais integrado ao establishment, seus governos haviam representado uma novidade real na história política do país, tirando milhões de pessoas da

miséria, ampliando drasticamente o acesso a bens de consumo e a serviços como educação e sustentando durante anos uma popularidade bastante elevada. Se nos termos de sua própria história o pt já se encontrava “domesticado”, ele certamente não o era do mesmo jeito que um Pasok ou Psoe. Segue daí que muita gente ainda perceba aquele momento como um soluço inexplicável, um relâmpago em céu azul cujas causas só podem ser encontradas ou na inconsequência de uma juventude que “reclamava de barriga cheia” (porque não tinha a memória de tempos piores) ou nas brumas da conspiração.

É comum que se suponha que as pessoas protestam apenas quando suas condições de vida caíram abaixo de algum limiar mínimo, um limite absoluto do que é tolerável. Desse ponto de vista, Junho de 2013 seria efetivamente incompreensível. Mas a verdade é que esse limiar pode ser enormemente elástico se aproximado lentamente, ao passo que transformações que parecem modestas em termos absolutos podem causar respostas violentas. Isso é porque, em geral, os indivíduos comparam a situação em que se encontram não com uma média histórica ou algum parâmetro abstrato de como as coisas deveriam ser, mas com a situação em que se encontravam antes e aquela em que esperavam se encontrar. Em outras palavras, as pessoas reagem a *mudanças de estado*. Isso significa que frequentemente elas vão às ruas não porque tudo vai mal, mas porque alguma coisa piorou, ou porque há um descompasso entre o que vai bem e o que vai mal – isto é, porque as áreas em que as coisas melhoraram geram expectativas que são negadas por aquelas em que nada mudou, ou que parecem piorar.

Qual era a mudança de estado que se começava a sentir em 2013? É preciso lembrar que a fagulha dos protestos foi acesa pela juventude metropolitana, “batalhadora”⁸ e de classe média “tradicional”, bem como movimentos ligados à mobilidade urbana e ao direito à cidade. Por conta de tais interesses, e da própria condição estrutural e etária que fazia com que tivessem expectativas maiores que seus pais, esses setores eram particularmente sensíveis a uma mudança que se escondia por trás da situação

aparentemente estável: a dinâmica de transformações posta em movimento pelas administrações petistas estava perdendo o embalo. Desde o início, o governo de Dilma Rousseff estivera alienando essa base social no varejo – um retrocesso na cultura aqui, um recuo na questão lgbtqia+ acolá –, calculando que a falta de alternativas eleitorais viáveis significava que tais medidas não teriam custo político. Como se não bastasse, o pt hipotecara um enorme capital político em erros grosseiros, como a usina de Belo Monte e os megaeventos esportivos, que, além de se prestarem a grandes desvios de dinheiro público, deixaram uma herança, pior que pífia, nefasta. Tudo isso deixava pressentir não só que uma desaceleração estava em curso como também que ela era consequência das acomodações que o lulismo fizera – as quais haviam sido úteis para abrir um espaço de manobra, mas agora ameaçavam não só a possibilidade de transformações futuras como a própria continuidade daquelas já realizadas. À medida que o país se aproximava de gargalos estruturais que haviam sido deixados intocados, o ganhanga que sustentara o sucesso da década anterior voltava a se transformar num jogo de soma zero, em que alguns atores estavam protegidos de jamais saírem derrotados. Embora mentirosa, a propaganda que justificava as remoções de comunidades em nome do legado da Copa e os prejuízos de Belo Monte em nome do crescimento do consumo da classe C revelava uma verdade: dali para frente, os ganhos dos pobres teriam de se dar cada vez mais à custa não dos ricos, mas dos ainda mais pobres, com a expansão da fronteira extrativista e a intensificação da exploração do trabalho e da especulação imobiliária.

Objeto não identificado

Quando se fala em “Junho de 2013”, muita gente pensa nos grandes protestos que aconteceram nas áreas centrais das principais capitais durante aquele mês. Aliás, o mais comum é que se tenha em mente

os protestos que aconteceram em apenas uma dessas capitais (normalmente São Paulo) e se faça generalizações a partir daí.⁹ Isso, porém, equivale a reduzir o acontecimento ao momento de sua eclosão e o processo a seu ponto de partida. Para delimitar o objeto de maneira mais adequada, é melhor falar de “Junho” como um ciclo de protestos que se abre em junho de 2013 e se encerra na Copa de 2014.¹⁰ Esse ciclo inclui manifestações em áreas urbanas grandes, médias e pequenas em todas as 27 unidades federativas, as quais se estimam terem envolvido quase 2 milhões de pessoas, e que ocorreram tanto no centro das cidades como, em escala menor, nas periferias e favelas. Inclui, ainda, a onda de ocupações de câmaras municipais entre julho e agosto de 2013; os protestos que continuaram acontecendo em alguns lugares até outubro daquele ano; os grandes “rolezinhos” que tiveram lugar em São Paulo na virada de 2013 para 2014; a maior quantidade de greves registrada no país até então, incluindo um alto número de greves selvagens, como a dos garis cariocas em fevereiro de 2014; e mesmo um fenômeno como o movimento de jogadores de futebol profissionais Bom Senso Futebol Clube.¹¹

Por que é possível relacionar todas essas coisas? Em alguns casos, porque os participantes são os mesmos, ou se comunicam entre si; em outros, porque as pautas e os repertórios de ação são os mesmos, ou se conectam; em outros ainda, porque as iniciativas estão expressa e conscientemente respondendo umas às outras, bem como ao contexto mais amplo de “excitabilidade crítica” discutido anteriormente.

Esse ciclo se desenrola em quatro fases bem demarcadas. A primeira, que vai do início até o meio de junho, é liderada por grupos da esquerda autônoma, como o Movimento Passe Livre (São Paulo), o Bloco de Luta pelo Transporte Público (Porto Alegre) e a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (em várias capitais). Eles convocam as manifestações e definem pauta e características, entre as quais se destaca a não imposição de uma identidade coletiva por meio de carros de som, bandeiras, banners e camisetas, diferentemente do repertório tradicional de partidos,

sindicatos e movimentos sociais organizados. A viralização e o crescimento exponencial que se seguem à pesada repressão do protesto de 13 de junho em São Paulo dão início à segunda fase. É nela que entra em cena outra singularidade do caso brasileiro: entre todos os países que participaram do ciclo global iniciado em 2011, o Brasil foi o único em que os meios de comunicação e parte da direita passaram não apenas a apoiar os protestos, mas também a mobilizar em seu favor e tentar imprimir-lhes sua própria agenda. Esse reforço leva às ruas tanto pessoas que já se identificavam com a direita como, em número muito maior, pessoas que não possuíam identidade política definida e estavam tendo sua primeira experiência de participação. Após os atos gigantescos dos dias 17 e 20, no entanto, essa onda refluí e inicia-se um retorno progressivo às dimensões e à composição social do começo. Em julho e agosto, a adesão e o apoio ainda são elevados, e proliferam iniciativas distintas das grandes manifestações do primeiro mês, frequentemente movidas por pessoas que não haviam estado presentes naquelas: ocupações de câmaras municipais, protestos em favelas e periferias, greves, rolezinhos e o próprio Bom Senso FC, para ficar nos exemplos dados antes. Essa é a terceira fase, que será cada vez mais dominada pela operação discursiva que opõe manifestantes “legítimos” (sindicatos e movimentos sociais organizados, de acordo com o petismo; aqueles que acudiram à segunda fase, de acordo com a imprensa e a oposição) aos grupos que ainda estavam nas ruas e àqueles que haviam dado partida no processo. A quarta fase, finalmente, terá uma composição muito mais homogênea e números cada vez mais minguados, desaguando no meio de 2014 no movimento Não Vai Ter Copa.

O ciclo se encerra no dia da final da Copa do Mundo, com a prisão de 23 ativistas no Rio de Janeiro. Mas ele continua reverberando e produzindo desdobramentos variados pelos próximos anos: os protestos pró-impeachment em 2015, o movimento dos secundaristas em 2015 e 2016, a ampla adesão de setores não sindicais à greve geral de 2017, a greve dos caminhoneiros em 2018. O que permite dizer que esses eventos são, cada um à sua maneira,

continuações de Junho é, primeiramente, o fato de que seguem respondendo ao contexto de crise de legitimidade das instituições e do sistema político, de conflito entre governantes e governados. Além disso, todos eles jogam em alguma medida com a memória de 2013: os afetos mobilizados, as associações produzidas, contatos, redes, estruturas, práticas organizativas, repertórios de ação.

Mas por que dizer que Junho se encerra em 2014, então? Por que distingui-lo do período que vai de 2015 até 2018? O ponto fundamental pode ser compreendido lançando mão da velha distinção maoísta entre “contradição principal” e “aspecto principal da contradição”.¹² Relativamente neutralizada nos anos de bonança do lulismo, a contradição principal entre pobres e ricos começava a se acirrar novamente em 2013; mas o aspecto principal segundo o qual ela se apresentava naquele instante era o de antagonismo entre governantes e governados, classe política e população, instituições e aqueles a quem as instituições supostamente deveriam servir. Os motivos para isso talvez fossem, por um lado, a influência discursiva dos movimentos internacionais como a Primavera Árabe e Occupy e, por outro, a própria posição ambígua do pt, que não podia ser assimilado aos ricos (porque distribuía mais renda que qualquer governo anterior), mas perdia cada vez mais sua aura de exceção no interior do sistema partidário da Nova República.

O fato de que a fronteira de antagonismo se constituísse dessa maneira tornava possível dissolver uma série de diferenças no interior da identidade comum dos governados. Foi isso que permitiu que pessoas sem identidade política definida – e mesmo parte da direita – atendessem a um chamado vindo originalmente da esquerda não institucional. Essa dissolução temporária permitia uma série de “mal-entendidos”, em que o mesmo gesto podia ser feito e interpretado a partir de sentidos diferentes. Um bom exemplo disso foi a consigna “sem partidos”, que significava ao mesmo tempo uma reivindicação de autonomia dos movimentos (para a esquerda), um rechaço aos partidos de esquerda que até então tinham o monopólio das ruas (para a direita) e a afirmação de uma unidade antagonística contra os governantes em geral (para quem não era nem uma coisa

nem outra). Da mesma maneira, a adoção de símbolos nacionais como o hino, a bandeira e a camisa da seleção era, para muitos, um recurso instintivo aos únicos marcadores capazes de dar conta da identidade genérica que se expressava ali – enquanto, para a direita, seria cada vez mais uma maneira de posicionar-se como legítima representante da nação contra o “corpo estranho” que se vestia de vermelho.

O que muda de 2015 em diante é que o material que estava suspenso na mistura de 2013 decanta, e as linhas de antagonismo se tornam ao mesmo tempo mais claras e complexas. Ainda havia um sentimento forte de rejeição ao sistema político, como evidenciado pelo apoio popular aos caminhoneiros. Mas essa linha de antagonismo agora era atravessada pela polarização entre petismo e antipetismo, que tenta se reafirmar como aspecto principal, e por um jogo complexo de alianças, cooptações e simbioses entre elementos do sistema político e setores sociais, organizados ou não.

A essa altura, é provável que muita gente pense: melhor assim. Afinal, aquela confusão inicial só serviu à direita e ao grande capital, que puderam ocultar seus objetivos políticos e econômicos sob o manto populista de um movimento contra uma “elite” identificada com o aparato petista, os sindicatos etc. Muito melhor, então, que os antagonismos estejam expostos e não haja dúvidas sobre onde se encontra a contradição principal. Mas essa posição se equivoca ao ler o início do processo à luz de seu fim e projetar nele uma teleologia: o resultado *só poderia ter sido* uma vitória da direita, seja porque situações como Junho inevitavelmente conduzem à reação, seja porque a maioria da população já era de direita e apenas não sabia. Contra isso, é preciso afirmar que a direita não estava predestinada a vencer: *a esquerda foi derrotada*, o que significa que houve uma disputa cujo resultado poderia ter sido outro. Mais ainda, essa derrota coincide justamente com o fato de que foi a direita quem logrou definir a situação pós-Junho em seus termos. O aparente ganho de clareza entre um momento e outro é em grande medida consequência de ela ter sabido construir uma base social;

mas essa construção se deu não por ela ter explicitado o antagonismo entre ricos e pobres como contradição principal – se fosse assim, ela dificilmente teria podido recrutar entre as classes baixas –, mas por ter sido capaz de impor a oposição entre petismo e antipetismo como seu aspecto principal. (Não sem a ajuda do petismo, aliás, como veremos). Dito de outro modo, que as linhas de antagonismo tenham se tornado mais definidas *para nós* decorre justamente do fato de que, para muitas pessoas, elas ganharam os contornos que a direita lhes deu. *Essas pessoas não eram necessariamente de direita, elas se tornaram*; a derrota ocorreu justamente aí.¹³

Ainda mais grave, o corolário que segue naturalmente dessa avaliação – se momentos de indeterminação favorecem a direita, a esquerda deve evitá-los – não passa de uma fantasia de quem gostaria de poder escolher as condições em que os conflitos se apresentam. Infelizmente, é a história quem decide isso; e dado que vivemos num tempo em que o crescimento da desigualdade e expectativas cada vez mais baixas coincidem com o declínio das organizações de massa que estruturavam a ação dos de baixo no século xx, a probabilidade de que as próximas décadas tragam mais convulsões sociais confusas, que podem ir numa ou noutra direção, é bastante alta.

A pergunta a ser feita não é, portanto, como impedir esse tipo de situação no futuro, o que em todo caso é impossível; mas porque a direita pôde tirar vantagem dele tão plenamente, e que lições podemos extrair daí. Se, como vimos, é o fato de ter sido bloqueado – de não ter lugar – que permitiu que o acontecimento fosse voltado contra si mesmo, o que precisamos investigar é como se deu esse bloqueio e o que poderia tê-lo evitado.

Herança sem testamento

Dois revisionismos recorrentes sobre 2013 nos dizem que, por se tratarem de um grito vago “contra tudo que está aí”, as manifestações foram facilmente apropriadas e “a direita tomou conta das ruas”. Esta última afirmação se aplica, quando muito, a alguns poucos atos ocorridos em São Paulo no final de junho, e é um ótimo exemplo dos riscos de fazer generalizações a partir de experiências locais. Se é bem verdade que a composição social e política dos protestos se modificou durante sua segunda fase, em nenhuma outra grande cidade havia um contingente liberal e conservador tão forte e organizado como na capital paulista.

Basta comparar o caso brasileiro com outros momentos do ciclo global iniciado em 2011 para ver o que há de falso na primeira afirmação. Para além da presença de um governo de esquerda bem-sucedido e das tentativas de cooptação pela direita, a outra singularidade de Junho de 2013 consiste num equilíbrio diferente entre seus aspectos *destituíntes* e *instituíntes*.¹⁴ Se em outros lugares a crítica do sistema político se traduzia simultaneamente num desejo imediato de transformação radical e numa reticência quanto à elaboração de propostas concretas, a “vagueza” de que muitos se queixaram no Brasil era menos a falta de demandas que a sobreposição de várias delas, sem um domínio claro de nenhuma, no interior de uma reivindicação geral por qualidade de vida e responsividade institucional. Enquanto Occupy se debateu durante meses com a questão de fazer ou não reivindicações, os manifestantes no Brasil partiram de uma demanda bastante precisa (a anulação do aumento do transporte público) para em seguida incorporar outras que iam se consolidando nas ruas (o fim da polícia militar, a revisão dos contratos com as empresas de transporte, o fim das remoções em prol dos megaeventos esportivos).¹⁵ Notavelmente, apesar da retórica insurrecional que alguns grupos adotariam na fase final dos protestos, essas demandas eram sempre dirigidas ao Estado, cobrando algum tipo de ação; o fim das ocupações de câmaras municipais, por exemplo, foi em geral negociado em troca do compromisso com o atendimento de certas exigências (a maioria das quais, aliás, ficaria como letra morta).

Essa tendência pode ser explicada tanto pela influência que o repertório de ação dos movimentos sociais organizados surgidos no período da redemocratização ainda tinha sobre o imaginário político dos manifestantes como pela pressão exercida pelos outros dois traços singulares do processo brasileiro. A presença do pt de um lado e da direita do outro implicava que o espaço de manobra disponível era bastante exíguo, limitado pela tripla exigência de tensionar o governo sem fortalecer a oposição, criar uma ruptura instituinte sem abrir um vórtice destituente e antagonizar o sistema político como um todo sem apagar por completo suas clivagens internas – porque, por mais que tivesse diminuído, a diferença entre o pt e os outros partidos ainda importava. A rigor, só havia uma condição em que essa operação delicada poderia ter dado certo: se o governo aproveitasse a oportunidade aberta pelos protestos para se reposicionar, distanciando-se do establishment a fim de se apresentar como veículo da vontade expressa nas ruas. O limite da esquerda não petista naquele momento era que ela havia desencadeado algo suficientemente forte para obrigar o governo a responder, mas não para o coagir a tomar esta ou aquela direção. Daí que sua intervenção, pelo menos nas primeiras fases dos protestos, assumisse menos a forma de um ataque que de uma cobrança: “de que lado vocês estão?”.

Reposicionar-se, porém, implicava um risco considerável para o pt: aceitar renegociar sua hegemonia sobre a esquerda e os acordos que lhe asseguravam a governabilidade em nome de um movimento que o partido não tinha certeza de poder controlar. Entre o certo e o incerto, o petismo ficou com o mais fácil, assumindo o papel de defensor do sistema e optando pela desqualificação retórica e repressão física das manifestações. Na ausência de uma via institucional pela qual os protestos pudessem ser canalizados, e diante de uma investida da direita para tentar disputar seu significado e direção, a esquerda que fora às ruas viu-se diante de um impasse: ou batia em retirada e abandonava o processo ao risco de apropriação, ou sustentava uma mobilização que não tinha qualquer

perspectiva de resolução no horizonte – arriscando fortalecer seus adversários do mesmo jeito.

Alguns, como o Movimento Passe Livre e as centrais sindicais (que convocaram seu próprio protesto no início de julho), acabaram se retirando. Do fim de 2013 até a Copa de 2014, aqueles que seguiram nas ruas tenderam cada vez mais a compensar a falta de espaço para uma radicalização programática com a radicalização da própria identidade. Sem interlocução institucional, e com apoio popular e capacidade de mobilização em declínio, restava-lhes exagerar a performance de conflito para tentar projetar a imagem da força que haviam perdido. Essa opção contribuiu para a operação com a qual tanto a direita como a esquerda institucional buscavam isolá-los politicamente. Ainda que com conotações diferentes, os petistas e seus adversários estavam irmanados em consolidar a ideia de que o “verdadeiro” Junho fora a segunda fase, e que aqueles que seguiam protestando não passavam de vândalos. É importante, aliás, enfatizar este detalhe: enquanto a direita, com o propósito de assumir o controle da identidade genérica dos governados, insistia que aquele fora um movimento de pessoas comuns contra um “sistema” que podia ser facilmente identificado ao governo, o petismo, interessado em reassegurar sua hegemonia sobre a esquerda, passaria a partir de certo momento a afirmar que o movimento fora desde o começo univocamente reacionário – o que, evidentemente, só tornava mais fácil o trabalho do outro lado. Com a esquerda não petista neutralizada e o pt cada vez mais identificado com o establishment, o caminho ficaria livre para que a direita pudesse se reivindicar como legítima herdeira de 2013.

Em 2015, quando a eclosão concomitante de uma crise econômica e da Operação Lava Jato pareciam confirmar a corrupção como questão política fundamental – e o “governo mais corrupto da história” como seu principal responsável –, caberia à “nova direita” surgida em 2013 o papel de acionar as ruas novamente. Com a bajulação e o apoio (inclusive financeiro) de parlamentares, empresários e meios de comunicação, mbl, Vem Pra Rua e Revoltados Online dariam à “velha direita” o movimento de

massas que ela nunca lograra construir. Em troca, cacifavam-se como atores de dimensão nacional, o que alguns souberam capitalizar melhor que outros. Às margens dos protestos pró-impeachment, no entanto, algo novo começava a tomar forma: discípulos de Olavo de Carvalho, entusiastas da intervenção militar, “conservadores” e “patriotas” radicalizados se encontravam e se reconheciam como estando um passo além daqueles que pareciam satisfeitos em buscar uma solução de compromisso com os partidos conservadores tradicionais. Estes últimos, que haviam apostado no impeachment como maneira de reestabilizar o sistema, só perceberiam seu erro tarde demais. A primeira parte do plano, é bem verdade, deu certo: ao sacrificar o pt como bode expiatório e aprovar uma série de reformas que repactuava unilateralmente o “contrato social da redemocratização”,¹⁶ eles angariaram suficiente blindagem por parte da imprensa e do capital para frear o torvelinho de denúncias e investigações que os rondavam. Mas o próprio sucesso da manobra aumentaria a desmoralização deles e das instituições, favorecendo quem se apresentava como alternativa à “velha política”.¹⁷ Os operadores veteranos, que esperavam das eleições de 2018 um retorno ao *status quo* e o fim da turbulência desencadeada por Junho, acabariam surpreendidos pela força eleitoral de uma nova (e extrema) direita – pela qual, rapidamente resignados, logo se deixariam levar a reboque.

O encontro de Batman com o povo

Quanto tempo será preciso até o Brasil chegar a um novo ponto de equilíbrio? Ninguém sério se arriscaria a responder. Repactuações como aquela por que passamos na década de 1980 só ocorrem quando um arranjo deixa de ser viável (como aconteceu com o regime militar) ou quando o balanço de forças se altera de maneira radical (como recentemente no Chile). Por ora, não há nada assim no horizonte. Se algum dia isso mudar, no entanto, pode ser que os

brasileiros do futuro olhem para este período com humor e decidam celebrar 19 de janeiro de 2014 como o Dia em que o País Parou de Fazer Sentido.

Para quem não se lembra, essa foi a data em que ativistas do Rio de Janeiro convocaram um rolezinho num shopping center da Zona Sul. O evento, que contou com a presença de uma fração muito reduzida de seus 9 mil confirmados no Facebook, não chegou a acontecer porque o estabelecimento fechou as portas preventivamente. Mas ele deu origem a um vídeo que ficou conhecido como “Batman no Leblon”, um delírio tropicalista em que o protético dental Eron Morais de Melo, famoso por frequentar todas as manifestações que então ocorriam na cidade trajando um uniforme completo do herói dos quadrinhos, discute com um cineasta conhecido por seus trabalhos da década de 1980, apoiador do governo petista, enquanto são interrompidos por transeuntes, outros manifestantes, uma equipe de tv francesa e uma autodeclarada direitista que demonstra familiaridade com as teorias conspiratórias que naquela época ainda eram praticamente monopólio de Olavo de Carvalho.

A referência ao tropicalismo não é arbitrária. O vídeo tem várias semelhanças com a sequência “Encontro de um líder com o povo” de *Terra em transe*, tanto formais (o jogo entre uma câmera que persegue personagens, e personagens que vêm se apresentar a ela) como temáticas.¹⁸ Embora uma seja ficcional e a outra não, ambas funcionam como alegorias do país num momento determinado – a alegoria sendo, como se costuma observar, o procedimento tropicalista por excelência.¹⁹ Enquanto o filme de Glauber Rocha encena um carnaval literal (com passistas e bateria) e figurativo (com tipos como o Sindicalista, o Camponês, o Bacharel, o Padre e os Estudantes Radicais), o rolezinho frustrado oferece uma situação carnavalesca em que se enfrentam personagens igualmente unidimensionais (o Batman dos Protestos, o Cineasta Petista do Leblon, a Fotógrafa Olavista). O filme de 1967 faz do carnaval (e do barroco, com o qual a festa popular tem muito em comum) uma espécie de alegoria da alegoria, sua proliferação sem síntese

funcionando como recurso para representar a justaposição do moderno e do arcaico característica da nação fictícia de Eldorado. Por sua vez, o vídeo de 2014 valida essa escolha confirmando a tese de que há algo fundamentalmente carnavalesco (confuso, misturado, excessivo) na própria realidade do país. Ambos se caracterizam pela saturação da representação, tanto no exagero nos traços (a unidimensionalidade, o esquematismo) como na eliminação de qualquer possibilidade de identificação que permita um ponto de vista privilegiado. Todas as posições estão mapeadas e todas são igualmente criticáveis. (No filme, essa saturação chega ao ponto de incluir na diegese pessoas que estão documentando a cena – papel desempenhado no vídeo pelos jornalistas franceses e outras pessoas com câmeras.) Nos dois casos, estamos às voltas com uma questão de máscaras: o povo e quem “faz a política do povo”, o ativismo que se esconde atrás de máscaras, o que as máscaras representam e escondem (símbolo do imperialismo e revolta juvenil vazia, como acusa o Cineasta? Um plano de desestabilização de direita, como ele também sugere? Ou um plano de desestabilização de esquerda, como retruca a Olavista?). O que equivale a dizer que, em ambos os casos, aquilo que está em jogo é, finalmente, o problema da representação em seu duplo sentido, político e cognitivo.

Se no momento em que Glauber filmava sua sequência a pergunta urgente era “quem é o verdadeiro povo?”, o que está em discussão no início da longa ressaca de 2013 documentada em “Batman no Leblon” é sobretudo “quem é a verdadeira esquerda?”. Sintomaticamente, o “povo” não está no vídeo: o rolezinho, que em São Paulo havia sido um movimento espontâneo da juventude batalhadora de periferia, no Rio era uma promoção de redes de ativistas formadas pelas manifestações de seis meses antes, que não lograram atrair outro público que não elas mesmas.²⁰ Mas a disputa passa, inevitavelmente, pelas referências a essa entidade ausente. O ativista mascarado alega falar em nome daqueles que estão sendo deixados de lado pelo desenvolvimentismo petista; as credenciais progressistas do Cineasta se apoiam na memória da luta

pela redemocratização e em seu apoio por um governo “em que o país avançou, [em] que tem emprego”. Ambos são “de esquerda” na medida em que falam em nome de alguém que não está lá. Ironicamente, o momento em que o Cineasta está de acordo com a Olavista – também moradora do Leblon – é quando ambos respondem ao jornalista francês, que pergunta se os manifestantes têm razão em dizer que há discriminação social no acesso à cidade, dizendo que é esse discurso que semeia “o ódio entre irmãos”. Para fomentar uma “guerra civil”, segundo ela; para criar divisão onde não existe nenhuma, segundo ele – que comprova a afirmação contando que ele, “que [ganha] muito dinheiro”, costuma beber nos bares da região com moradores de um conjunto habitacional local.

Fora seu valor em igual medida cômico e profético, “Batman no Leblon” é importante, em primeiro lugar, porque representa, com um poder de síntese glauberiano, a operação descrita acima, pela qual o barramento do espaço à esquerda da posição ocupada pelo pt acabaria abrindo caminho para a extrema direita se fazer herdeira de 2013. É notável que, no vídeo de 2014, o momento que equivale ao “Eu sou o povo!” de 1967 tenha por objeto (e sujeito) a *direita*. Ele começa com o Cineasta e a Olavista, que acaba de aparecer, chamando o ativista de “manipulado”. É quando o petista explica que os manifestantes são em última análise “fascistas” e “de direita”, no entanto, que sua até então aliada interrompe: “fascistas, sim, mas não de direita. Eu sou de direita!”. É só então que os dois entendem que, embora estejam dizendo a mesma coisa, o fazem com sinais invertidos. Que os protestos são parte de uma trama oculta e nefasta não se discute; mas o que para ele é um ataque a um bom governo de esquerda, para ela é “um plano de ocupação comunista totalitarista do país”.

Assistimos aí à gênese de duas operações de polarização. A da extrema direita rejeita, no limite, todos aqueles que estão fazendo política, institucionalmente ou nas ruas; e os opõe às pessoas comuns que seriam suas vítimas, cuja unidade é como “entre irmãos”. A do petismo assevera que a sua é a única posição possível de esquerda, o que automaticamente joga para a direita todos que

tenham críticas ao governo, independentemente das crenças que aleguem defender. Entre as duas, há uma polarização abortada que não tem como se constituir: dado que o petismo, com quem eles precisariam formar um polo, os rechaça, resta aos manifestantes ou uma “luta em duas frentes” – para a qual não têm o preparo discursivo ou organizacional – ou agregar petismo e direita no polo a que se opõem – o que relutam em fazer pelo risco de acabar colaborando com a investida desta última.

A operação da extrema direita tem vocação claramente hegemônica, já que se dirige a todos os que ainda não possuem uma identidade definida (o que é, em qualquer momento dado, a maioria). A do petismo se organiza em torno de uma identidade (a “verdadeira” esquerda) cuja força de interpelação depende de uma identificação prévia (é preciso querer ser de esquerda para querer sê-lo “de verdade”). O problema dessa estratégia é que a capacidade de disputar a sociedade como um todo pressupõe uma associação (entre “apoiar o governo” e “ser de esquerda”) que o lulismo se empenhara justamente em enfraquecer.²¹ Além disso, ela opta por repelir todo e qualquer questionamento do governo no exato momento em que as críticas estão mais disseminadas, o que fatalmente limita seu alcance. No fim, o máximo que ela consegue fazer é reestabelecer a hegemonia do partido sobre seu próprio campo político. Já aqueles que haviam acendido a fagulha de 2013, mesmo que pretendessem disputar a sociedade, não tinham condições de traçar uma linha de antagonismo adequada à tarefa, e acabariam reduzidos a reafirmar sua identidade contra os dois outros lados em vez de tentar constituir uma nova identidade que se comunicasse com mais gente. O resultado seria um isolamento cada vez maior.

“Batman no Leblon” também importa por chamar atenção à figura de Eron Moraes de Melo, cuja trajetória é paradigmática desse período. Aderindo pela primeira vez à colossal manifestação de 20 de junho, ele se tornaria figura assídua de todos os atos no Rio de Janeiro mesmo depois de o refluxo da segunda fase dar a eles um perfil cada vez mais radical e conflitivo. Um batalhador evangélico do

subúrbio carioca, sem experiência política pregressa, foi na esquerda que ele inicialmente encontrou espaço para exprimir uma indignação que, se era confusa, não deixava de ser sincera. Em 2015, ele ressurgiria em cima do carro de som do grupo Revoltados Online nas manifestações pró-impeachment do Rio de Janeiro, e no ano seguinte declararia apoio aos Bolsonaro e concorreria à mesma Câmara Municipal que um dia tentara ocupar, sem sucesso. Em 2017, romperia publicamente com a família do futuro presidente, afastando-se da política.

É confortável concluir que ele apenas descobriu quem sempre fora, dado que isso nos exime de perguntar se sua evolução não poderia ter acabado em outro lugar. Mais difícil é assumirmos que identidades não estão dadas, mas se formam de maneira recursiva a partir dos estímulos disponíveis a seu redor; que as pessoas não são isso ou aquilo, elas se tornam. Pois isso implica pensar que o auge de Junho de 2013 atraiu para a política milhares de pessoas que poderiam ter chegado a destinos diferentes se a esquerda tivesse sabido criar estímulos adequados, em vez de contribuir para que as pressões evolutivas do ambiente selecionassem trajetórias majoritariamente de direita. A verdade é que, diante de uma massa de pessoas que elas não reconheciam, tanto a esquerda institucional como a autônoma – cuja única chance de sucesso naquelas circunstâncias residia numa improvável colaboração – entraram em pânico e desistiram de tentar imprimir uma orientação à multidão recém-despertada, priorizando a disputa interna a seu próprio campo. Como consequência, a maior oportunidade pedagógica que a política brasileira conheceu em muito tempo acabou sendo aproveitada predominantemente pela direita, que ademais podia contar com a simpatia da mídia e de interlocutores institucionais para impulsionar sua mensagem.

E este é o último motivo pelo qual “Batman no Leblon” ainda importa: não está claro que tenhamos superado o momento que o vídeo retrata. É certo que aquela janela de oportunidade para um processo de formação política em larga escala se fechou – e deixou o saldo de uma base social de extrema direita de tamanho

expressivo, convicta e ativa. É certo, no entanto, que o desgaste de Bolsonaro com praticamente todos os que não pertencem a essa base, combinado à memória positiva do governo Lula e à completa irrelevância de tudo o que se especulou como “terceira via”, torna a volta do líder petista à Presidência uma forte possibilidade. Mesmo que isso aconteça, porém, a grande questão é o que poderá vir a seguir, com o pt devolvido à condição de hegemonia eleitoral, mas não política, em condições econômicas adversas, com um quadro internacional instável e um sistema político e institucional convulsionado, atravessado por tendências golpistas e com um repositório de forças sociais reacionárias ao qual dificilmente alguns atores se absterão de recorrer. E com um campo de esquerda que, sob muitos aspectos, permanece apegado ao trauma de 2013, incapaz de elaborá-lo ou deixá-lo para trás.

Podemos isolar cinco nós traumáticos distintos naquele momento, que se distribuem de maneira desigual entre a esquerda institucional e a nova geração política que começou a se formar ali.²² O primeiro, exclusivo ao petismo, consistiu na ferida narcísica de descobrir que o monopólio da convocação de manifestações de massa, que havia pertencido ao partido desde o período da redemocratização, se rompera. Essa quebra gerou a insegurança da perda de atributos que se julgava serem exclusivos: não só a disponibilidade de uma base social mobilizada, mas a certeza de ser o canal pelo qual se expressava a vontade popular. A obsessão por encontrar explicações conspiratórias, em vez de olhar para causas amplamente documentadas como as *affordances* [possibilidades de uso] oferecidas pelas novas mídias, pode ser entendida como uma tentativa de “barganha” diante dela. A perda do monopólio sobre a ação de massa resulta, ainda, no desconforto de saber que, dali em diante, seria necessário lidar com atores que também eram capazes de mobilizar uma base social, nas ruas ou nas redes; e, pior ainda, que alguns desses atores se encontrariam no campo político da esquerda, que o pt e as organizações de massa associadas a ele estavam habituados a hegemonizar sem maiores dificuldades.

Esse choque tem um equivalente do outro lado, entre aqueles que deram partida aos protestos. Esse é o trauma de quem, tal como o personagem da balada de Goethe, viu-se rapidamente ultrapassado por poderes que despertou, mas que não sabia controlar; e que teve a fugaz sensação de exprimir a vontade popular para em seguida se descobrir politicamente isolado e obsoleto. A ele vem somar-se o terceiro nó traumático, que reside na experiência que a juventude de 2013 teve de sua própria singularidade ao ser apanhada na contradição performativa de se colocar como porta-voz dos excluídos do desenvolvimentismo e gritar “não nos representam” em nome de um país muito mais amplo e diverso do que eles eram. O petismo, formado em meio a grandes movimentos populares (o novo sindicalismo, as Comunidades Eclesiais de Base, o mst), podia apontar para o apoio das organizações nascidas naquele contexto como prova de que “o povo” estava a seu lado. Os manifestantes não só não tinham nada comparável para mostrar como também seu perfil social os tornava ao mesmo tempo exemplos perfeitos dos avanços do lulismo e relativamente deslocados em relação à grande maioria da população.

Dado que os acontecimentos posteriores restituíam a polarização entre petismo e antipetismo ao centro da arena e deixariam cada vez menos espaço para posições alternativas, esse desconforto acabaria encontrando sua válvula de escape em um fenômeno ocorrido em paralelo. É notável que o período de 2015 a 2018, quando a iniciativa estava quase inteiramente nas mãos da direita, assistiu também a um florescimento do ativismo feminista, negro, indígena e lgbtqia+ como não se via desde os anos 1980. Sem dúvida devemos perceber aí um sintoma dos mesmos processos que contribuíram para a explosão de 2013 (a democratização do acesso à educação, à informação e à capacidade de se comunicar), bem como uma resposta ao sucesso da polarização assimétrica movida pela direita nas questões de costumes. Mas essa deriva também exprime a busca de um novo espaço de participação depois que a restauração pós-Junho devolveu a discussão sobre os rumos do país ao controle exclusivo

dos políticos profissionais; e um desejo genuíno de enfrentar pontos cegos no pensamento e prática da esquerda que os anos anteriores haviam explicitado (em relação a raça, gênero, orientação sexual etc.).

É um movimento certamente positivo, mas que também comporta perigos. Um deles é o da esfera das questões ditas “identitárias” se constituir como algo à parte da discussão de modelo econômico e político, que seguiria exclusivamente na mão de dirigentes partidários sem contribuição das bases. Outro é o fato de que ter as redes sociais como veículo por excelência torna esse tipo de ativismo uma presa fácil para dinâmicas – de disputa pela economia da atenção; de formação de *in-* e *out-groups*; de desumanização de interlocutores; de redução da complexidade e memeficação; de hiperindividualização e criação de celebridades – altamente prejudiciais a uma prática política coletiva.

O quarto nó traumático reside, evidentemente, na repressão. A violência encontrada nas ruas e a perseguição judicial, real ou ameaçada, serviram para afastar muita gente da política em definitivo. Mas é o quinto, menos reconhecido, que talvez seja mais importante hoje.

Se é verdade que a janela de possibilidades aberta por Junho foi fechada principalmente por motivos externos, já era claro desde agosto de 2013 que os protestos também haviam encontrado sérios limites internos. Em outubro, quando ocorreram no Rio os últimos grandes atos do ano, o impasse era palpável: o desejo de continuar ocupando as ruas esbarrava em uma total falta de clareza sobre como e com quais fins. Isso se notava na falta de inovação do repertório de ação: sempre o mesmo tipo de manifestação, reprimido da mesma maneira, acabando do mesmo jeito. Verifica-se, até hoje, no entendimento empobrecido da noção de “ação direta” – que de seu sentido original, de ação que realiza diretamente uma demanda em vez de solicitar a intervenção de um terceiro (normalmente o Estado), passou a designar um tipo de dano material de valor eminentemente simbólico, já que mesmo seu custo econômico pouco preocupa os alvos contra os quais se volta. O

problema ficaria ainda mais claro quando o governo Temer deixou transparente que um sistema político emparedado e lutando pela sobrevivência pode simplesmente se acostumar a operar com baixíssima legitimidade, tornando instrumentos de pressão como protestos praticamente irrelevantes a não ser que atinjam proporções efetivamente colossais. A eficácia da greve dos caminhoneiros – que rapidamente pôs governo e empresas em negociação ao tocar num dos pontos mais frágeis do capitalismo contemporâneo, suas cadeias logísticas – deixaria claro que “ação direta” é bater onde efetivamente dói, não naquilo que causa mais estilhaços.

Sobretudo, o que se sentia naquele momento de impasse era um descompasso profundo entre a “filosofia espontânea” da transformação social que os manifestantes carregavam e a realidade diante deles. Era evidente a contradição entre a grandiloquência de um imaginário insurrecional e de retóricas que recusavam qualquer mediação institucional, por um lado, e, por outro, uma prática que colocava uma série de demandas cujo destinatário não podia ser outro que não o Estado (custo do transporte, qualificação dos serviços públicos, reforma eleitoral, fim da polícia militar). Do mesmo modo, havia uma clara tensão entre o desejo de conquistar o apoio da população e o temor de lidar com a diferença, a tradução, e o exercício da liderança e do convencimento. Era como se as pessoas desejassem determinados fins e quisessem obtê-los por determinados meios, e ao perceber que os meios talvez não servissem aos fins, tivessem entrado num dilema que, sem solução, as condenava a repetir indefinidamente os mesmos gestos que haviam funcionado por um breve momento no passado. Nesse ponto, tanto Junho como o restante do ciclo global de que ele fez parte era claramente herdeiro de um trauma que atravessa a história da esquerda desde o século xx: o medo de que a organização de que se necessita para mudar o mundo seja também aquilo que pode nos impedir de fazê-lo, e os sentimentos de melancolia e impotência que decorrem daí.²³

A muitos pode parecer que nenhum desses traumas têm muita importância hoje. Afinal, o caminho que vai de junho de 2013 a Bolsonaro teria demonstrado que aqueles que rechaçavam os protestos (e as críticas a Belo Monte, aos megaeventos, ao modelo de desenvolvimento...) tinham razão. Tudo que se seguiu àqueles poucos dias de arrebatamento seria a prova de que vivemos num país fundamentalmente conservador, com uma elite sempre pronta a dar o bote, onde um governo de esquerda é, a qualquer momento dado, a frágil barreira entre um mínimo de sociabilidade e a barbárie. Onde concessões são inevitáveis, portanto, e mais ainda nas condições disponíveis no futuro próximo; o que exige, finalmente, um apoio constante e incondicional às lideranças, dado que qualquer hesitação ou dissenso pode ser fatal. Nesse sentido, nem a esquerda institucional deveria elaborar o trauma da perda de monopólio sobre as ruas (uma vez que essa perda só trouxe prejuízos), nem a esquerda não institucional deveria superar os seus (já que a ninguém interessa que ela amplie sua capacidade de agir). Seria preciso, ao contrário, um retorno ao equilíbrio que Junho perturbou.

Falar em “fazes concessões” nesses termos parece, contudo, supor que haveria uma quantidade ideal destas, de modo que bastaria descobri-la (e ater-se a ela) para encontrar uma situação de equilíbrio. O problema é que as conjunturas são dinâmicas, e isso implica não só que as condições de equilíbrio estão sempre em movimento (o equilíbrio de hoje não necessariamente será o de amanhã) mas também que é em torno dessas condições que a luta mais importante se dá: quem não trabalha ativamente para se tornar mais forte que aqueles a quem faz concessões hoje tende precisar conceder sempre mais no futuro. Como vimos ao fim do capítulo anterior, esse dado independe da distinção entre reformas e revolução, e talvez se aplique com mais propriedade às primeiras, pois seu ritmo mais lento as torna mais suscetíveis a forças agindo na direção contrária.

Essa visão também se engana ao ignorar que a necessidade de agir ao mesmo tempo em dois planos diferentes (a manutenção de

equilíbrios, a transformação de suas condições) costuma exigir justamente não a obediência cega e a submissão irrestrita, mas, ao contrário, a capacidade de *acolher, sustentar e administrar tensões*. Os períodos em que os de baixo obtiveram mais avanços sempre foram aqueles em que eles contavam com governos sensíveis a suas demandas e com uma alta capacidade de mobilização. Eis o sentido da famosa anedota, provavelmente apócrifa, segundo a qual Franklin Roosevelt teria dito a sindicalistas que cobravam medidas mais radicais do New Deal: “Eu concordo com vocês, agora me obriguem a fazê-lo”.²⁴ Ironicamente, é a direita, com a paranoia de quem vê em tudo uma artimanha de um plano maior para implantar o comunismo, que costuma melhor reconhecer o potencial que reside nos momentos de crise entre movimentos e governos de esquerda. Tornar-se capaz de explorar tais momentos de modo a fazer avançar uma agenda de transformação social depende de a esquerda deixar de conceber sua unidade em termos de homogeneidade e centralização de comando e passar a compreendê-la em termos ecológicos, como uma forma de cooperação que não exclui a diferença, o dissenso e a competição.²⁵ Isso supõe, é claro, não apenas abertura à divergência e ao dissenso da parte de quem ocupa posições de autoridade, mas também disciplina e inteligência estratégica da parte de quem está do outro lado: manejar as tensões é uma via de mão dupla. Precisamente por isso é importante que *ambos* os lados da divisão que se abriu em 2013 elaborem seus traumas.

O último erro de supor que não haveria lição a tirar dos últimos anos – exceto talvez ser ainda menos aberto à contestação e às demandas sociais – consiste em pensar que os desafios de um provável novo governo de esquerda se limitarão à mera administração do que existe, sem levar em conta o novo contexto histórico e internacional. Não é apenas que nada garante um ciclo de expansão econômica como foi o boom das commodities do início do século. Mesmo que houvesse tal ciclo e que seus principais beneficiários não tivessem rapidamente passado de aliados a algozes do pt há bem pouco tempo, não se pode deixar de

problematizar a inserção que o Brasil teria nele. Quatro anos atrás, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas alertava que a humanidade tinha uma década para reduzir as emissões de gases de efeito estufa em cerca de 45% para ter alguma chance de evitar, até o fim deste século, um aumento superior à já calamitosa marca de 1,5° C. Um relatório do ano passado apontou que, não obstante a desaceleração causada pela pandemia da covid-19, continuamos a nos afastar desse objetivo. Não há dúvida que o problema central das próximas décadas será realizar uma transição veloz para um regime energético não baseado em combustíveis fósseis.

Se essa transição não ocorrer, ou ocorrer sem implicar nenhuma mudança mais ampla nas relações econômicas e políticas hoje existentes, o que teremos será um planeta cada vez mais inóspito em que um sistema altamente desigual faz a triagem de quem vive e quem morre, restringindo suas benesses e proteções a um número cada vez menor de pessoas. Mas a transição energética também pode envolver a passagem para um sistema mais justo, igualitário e democrático. Por seus atributos naturais e geopolíticos, o Brasil pode exercer um papel de liderança nesse processo. Para isso, será preciso uma base social ampla e mobilizada, uma pressão popular elevada, e a capacidade de trabalhar ao mesmo tempo dentro e fora das instituições, criando as condições para mudanças e consolidando rapidamente os ganhos obtidos. *Esse é o tamanho do desafio e da tarefa que estão postos hoje, e qualquer tentativa de nos fazer escolher entre eles e outros fins mais imediatos, como a redução da pobreza ou a erradicação da fome, deve ser tratada como aquilo que é: uma forma de negacionismo. Daqui para frente, só pode haver combate à pobreza que seja também parte da construção de outro sistema global, só pode haver luta contra a fome que dê passos na transição para outro regime energético, econômico e social.*

Isso significa não que devemos abandonar esses fins, é óbvio, mas que devemos buscá-los entendendo que não existem mais acomodações com o atual estado de coisas que sejam viáveis a médio e longo prazo. Já passou da hora de quem nega isso em

nome de um suposto realismo entender que, no tempo em que vivemos, essa é a realidade.

FONTES DOS TEXTOS

CAPÍTULO 1 apareceu originalmente em inglês como “Of What Is Bolsonaro the Name?”. *Radical Philosophy*, v. 2, n. 9, 2021. Traduzido por Artur Renzo.

CAPÍTULO 2 uma primeira versão foi publicada originalmente em inglês como “Are We in Denial about Denial?”. *Public Books*, 25 nov. 2020; posteriormente expandida em “O presente de uma ilusão”. *Piauí*, n. 174, mar. 2021.

CAPÍTULO 3 uma primeira versão foi publicada como “Pequenos fascismos, grandes negócios”. *Piauí*, n. 181, out. 2021.

CAPÍTULO 4 publicado originalmente como “Alvim errou a mão em trollagem nazi inspirada na direita dos eua”. Caderno Ilustríssima, *Folha de S.Paulo*, 21 jan. 2021.

CAPÍTULO 5 publicado como “Todo lado tem dois lados: sobre a ideia de polarização”. *Serrote*, n. 34, mar. 2020.

CAPÍTULO 6 apareceu originalmente em inglês como “From Trance to Vertigo: Images of Political Defeat in Brazilian Cinema”. *South Atlantic Quarterly*, v. 119, n. 3, jul. 2020. Traduzido por Artur Renzo.

Todos foram reproduzidos aqui com a gentil autorização dessas publicações.

SOBRE O AUTOR

RODRIGO GUIMARÃES NUNES nasceu no Rio de Janeiro, em 1978. É graduado em ciências jurídicas e sociais (2000) pela ufpe, mestre em filosofia (2003) pela pucrs e doutor em filosofia (2009) pelo Goldsmiths College, University of London (apoio Capes). Realizou pós-doutorado na pucrs entre 2010 e 2013 (apoio pnpd/Capes e Fapergs), e na Brown University entre 2018 e 2019 (apoio puc-Rio/Brown). Foi professor visitante na Goldsmiths (2007–08), University of East London (2008–09), University of Westminster (2008), Jan van Eyck Academie (2010) e Escola de Artes Visuais do Parque Lage (2018). Escreveu para diversas publicações, incluindo *Les Temps Modernes*, *Radical Philosophy*, *Crisis and Critique*, *Serrote*, *Jacobin*, *Al Jazeera*, *The Guardian*, *Folha de S.Paulo* e *Piauí*. Em 2011, foi um dos vencedores do primeiro Prêmio de Ensaísmo Serrote promovido pelo Instituto Moreira Salles. Em 2022 recebeu a bolsa Cientista do Nosso Estado Faperj para um projeto sobre a história e atualidade do conceito de transição. Desde 2013 atua como professor do departamento de filosofia da puc-Rio.

Obras selecionadas

Neither Vertical Nor Horizontal: A Theory of Political Organisation. London: Verso, 2021 [ed. bras.: *Nem vertical nem horizontal: Uma teoria da organização política*. São Paulo: Ubu Editora, no prelo].

*Organisation of the Organisationless: Collective Action After
Networks.* London: Mute Books/ Post-Media Lab, 2014.

FONTES Proforma e Girott

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Bibliotecário Vagner Rodolfo da Silva – CRB 8/9410

N972d Nunes, Rodrigo

Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição/Rodrigo Nunes. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 208 pp.

ISBN 978 65 86497 93 9

1. Brasil – Política. 2. Capitalismo. 3. Bolsonarismo. 4. Ciências políticas 5. Democracia. I. Título.

2022-1506

CDD 320 CDU 32

Índice para catálogo sistemático:

1. Política 320

2. Política 32

© Ubu Editora, 2022

© Rodrigo Nunes, 2022

(imagem da capa e abertura a partir de frames
do filme *Terra em transe* de Glauber Rocha)

COORDENAÇÃO EDITORIAL Florencia Ferrari

PREPARAÇÃO Artur Renzo

REVISÃO Gabriela Naigeborin, Orinda Teruya

DESIGN Elaine Ramos, Julia Paccola (assistente)

COMPOSIÇÃO Livia Takemura, Denise Matsumoto

TRATAMENTO DE IMAGEM Carlos Mesquita

EQUIPE UBU

DIREÇÃO EDITORIAL Florencia Ferrari

COORDENAÇÃO GERAL Isabela Sanches

DIREÇÃO DE ARTE Elaine Ramos

EDITORIAL Bibiana Leme; Gabriela Naigeborin,

Júlia Knaipp (assistentes)

COMERCIAL Luciana Mazolini; Anna Fournier (assistente)

CRIAÇÃO DE CONTEÚDO/CIRCUITO UBU Maria Chiaretti,

Walmir Lacerda (assistente)

DESIGN DE COMUNICAÇÃO Júlia França, Livia Takemura

ATENDIMENTO Lais Matias, Micaely Silva

PRODUÇÃO GRÁFICA Marina Ambrasas

Nesta edição, respeitou-se o novo

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

UBU EDITORA

Largo do Arouche 161 sobreloja 2

01219-011 São Paulo sp

ubueditora.com.br

professor@ubueditora.com.br



/ubueditora



ubueditora.com.br

NOTAS

INTRODUÇÃO

[1](#) Rodrigo Nunes, *Neither Vertical nor Horizontal: a Theory of Political Organisation*. London: Verso, 2021 [ed. bras.: *Nem vertical nem horizontal: uma teoria da organização política*, trad. Raquel Azevedo. São Paulo: Ubu Editora, no prelo].

[2](#) Ver Wolfgang Streeck, *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

[3](#) Robert Brenner, “What Is Good for Goldman Sachs Is Good for America: The Origins of the Present Crisis”. Los Angeles: Center for Social Theory and Comparative History – UCLA, 2009. Trata-se do prefácio à edição espanhola de *The Economics of Global Turbulence: The Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn, 1945–2005* (London: Verso, 2006), publicado em 2009 pela Akal.

[4](#) Ver Frédéric Lordon, *A sociedade dos afetos: por um estruturalismo das paixões*. Campinas: Papirus, 2015.

[5](#) Ver Jodi Dean, *Democracy and Other Neoliberal Fantasies: Communicative Capitalism and Left Politics*. Durham: Duke University Press, 2009.

Capítulo 1

[1](#) A estimativa é do estatístico Reginaldo Prandi com base nas pesquisas de opinião do final de junho de 2020. Reginaldo Prandi, “Adeptos fiéis a Bolsonaro são 15% da população adulta, indica Datafolha”. *Folha de S.Paulo*, 2 jul. 2020.

[2](#) Ver Ernesto Laclau, *A razão populista* [2002], trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013, pp. 160-ss.

[3](#) Gabriel Feltran, “The Revolution We Are Living”. *hau: Journal of Ethnographic Theory*, v. 10, n. 1, 2020, p. 12.

[4](#) Ver Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-80* [1988]. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

[5](#) Poderíamos dizer, fazendo uma apropriação talvez algo inexata de Raymond Williams, que “matrizes discursivas” e “estruturas de sentimento” sempre pressupõem uma à outra. Sader provavelmente não teria objeções contra essa formulação, dado que ele descreve “demandas de reprodução material e de reconhecimento simbólico” como possuindo uma “existência *virtual*” que só se atualiza na consciência quando elas são linguisticamente articuladas e se tornam objetos de reflexão. E. Sader, *Quando novos personagens entraram em cena*, op. cit., p. 58.

[6](#) Gabriel Feltran, “Formas elementares da vida política: Sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-)”. *Novos Estudos Cebrap* (blog), 17 jun. 2020.

[7](#) Quanto ao anti-intelectualismo, embora seu significado em si não se altere, sua origem e seus pontos de referência variam de classe para classe. Entre os mais ricos, por exemplo, a autoridade religiosa tende a assumir um lugar secundário em relação ao desprezo por conhecimentos desprovidos de utilidade econômica imediata e às teorias conspiratórias disseminadas por celebridades do YouTube, como Olavo de Carvalho.

[8](#) Verónica Gago, *A razão neoliberal: Economias barrocas e pragmática popular* [2015], trad. Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2018.

[9](#) Ibid.

[10](#) Ibid., p. 22.

[11](#) Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Scalco, “From Hope to Hate: The Rise of Conservative Subjectivity in Brazil”. *hau: Journal of Ethnographic Theory*, v. 10, n. 1, 2020, pp. 21–22.

[12](#) É assim que nosso excêntrico ex-ministro das Relações Exteriores definiu “globalismo”. Ver Ernesto Araújo, “About”. *Metapolítica Brasil* (blog).

[13](#) Theodor W. Adorno, *Aspectos do novo radicalismo de direita* [1967], trad. Felipe Catalani. São Paulo: Ed. Unesp, 2020, p. 60.

[14](#) O trabalho de referência sobre esse processo é sem dúvida o livro de Camila Rocha, *Menos Marx, mais Mises: O liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.

[15](#) Friedrich von Hayek, *Direito, legislação e liberdade*, v. ii: *A miragem da justiça social* [1976], trad. Henry Maksoud. São Paulo: Visão, 1985, p. 117.

[16](#) Ver Carolina Evangelista, “Brazil Above Everything, God Above All”. *Radical Philosophy*, v. 2, n. 9, 2020.

[17](#) Isabela Kalil, “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro” [relatório de pesquisa]. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

[18](#) Corroborar essa afirmação a análise que Débora Salles fez do discurso da campanha de Bolsonaro no Twitter valendo-se da metodologia desenvolvida por Sara Walton e Bronwyn Boon para aplicar os *insights* de Laclau e Mouffe ao campo da análise de dados. Débora Salles, *The Twitter Effect: The Politics of Tweeting During the 2018 Brazilian Presidential Election*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: ufrj, 2020.

[19](#) Entre os diferentes perfis de eleitor bolsonarista identificados por Kalil, encontramos, por exemplo, pobres que reivindicavam um “Estado mínimo”, o qual eles compreendiam como intervenção mínima em questões religiosas ou morais, não como redução nos serviços públicos. Ver I. Kalil, “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”, op. cit., p. 20.

[20](#) Nancy Fraser, “Do neoliberalismo progressista a Trump – e além”, trad. Paulo C. S. Neves. *Política e Sociedade*, v. 17, n. 40, 2018, p. 46.

[21](#) Ver John B. Judis, *The Populist Explosion: How the Great Recession Transformed American and European Politics*. New York: Columbia Global Reports, 2016, p. 10 (ebook).

[22](#) Jason Hackworth, *Faith Based: Religious Neoliberalism and the Politics of Welfare in the United States*. Athens: University of Georgia Press, 2012, p. 45. Esse é, aliás, é um importante componente da constituição de um “neoliberalismo desde baixo” que Gago curiosamente não inclui em sua análise.

[23](#) Ver Melinda Cooper, *Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. Cambridge: mit Press, 2017.

[24](#) É isso que Foucault tinha em mente ao escrever que “uma sociedade feita de unidades-empresas [...] é, ao mesmo tempo, o princípio de decifração ligado ao liberalismo e sua programação para a racionalização, tanto de uma sociedade como de uma economia”. Michel Foucault, *O nascimento da biopolítica* [1979], trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 310.

[25](#) Jennifer Silva, *Coming Up Short: Working Class Adulthood in an Age of Uncertainty*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 155.

[26](#) *Ibid.*, p. 150.

[27](#) Sobre essa narrativa terapêutica, ver: *ibid.*, pp. 114-ss.

[28](#) Ver Lauren Berlant, *Cruel Optimism*. Durham: Duke University Press, 2011.

[29](#) Sobre o conceito de solidariedade negativa, ver Jason Read, “Negative Solidarity: The Affective Economy of Austerity”. *Unemployed Negativity* (blog), 24 out. 2019.

[30](#) Uma fascinante história social da construção de piscinas públicas nos Estados Unidos estabelece de maneira elucidativa as conexões entre os dois momentos. Ver Jeff Wiltse, *Contested Waters: A Social History of Swimming Pools in America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.

[31](#) Sobre a combinação de ansiedade quanto à própria condição de classe, meritocracia e punitivismo entre eleitores de Lula que se tornaram bolsonaristas, ver R. Pinheiro-Machado e L. M Scalco, “From Hope to Hate”, *op. cit.*, p. 27.

[32](#) Para um panorama geral do debate, ver Tales Ab’Sáber, “Ordem e violência no Brasil”, in Bernardo Kucinski et al., *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 97–102.

[33](#) Ver, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* [1936]. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

[34](#) Ver Roberto Schwarz, “As ideias fora do lugar” [1973], in *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2012.

[35](#) Vale recordar que Bolsonaro só se tornou favorito nas pesquisas de intenção de voto depois que Lula foi retirado da disputa eleitoral.

[36](#) “No Brasil, o *respeitar* conota opção, sendo mais indicado para quem se pensa como superior. Já o verbo *obedecer* é compulsório, sendo, portanto, muito mais adequado para quem aprendeu a se pensar ou é classificado e pensado como inferior.” Roberto DaMatta, *Fé em Deus e pé na tábua: Ou como e por que o trânsito enlouquece no Brasil*. São Paulo: Rocco, 2010, p. 67 (ebook). Roberto Andrés vincula o aumento desse tipo de atitude ao crescimento de 255% que a frota de veículos motorizados teve no país durante os governos petistas – dado que o partido exibia como evidência do sucesso no combate à desigualdade. Roberto Andrés, “Jeitinho sobre rodas: o bolsonarismo e o trânsito”. *Piauí*, n. 154, 2019, pp. 32–35.

[37](#) Corey Robin, *The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Donald Trump*. Oxford: Oxford University Press, 2018, pp. 10-ss.

[38](#) Wendy Brown, *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*, trad. Mario Marino e Eduardo Camargo Santos. São Paulo: Politeia, 2019, p. 213. [Trad. modif.]

[39](#) Sobre o pai severo (em vez de “cuidador”) como modelo metafórico para a política conservadora, ver George Lakoff, *The Political Mind: A Cognitive Scientist’s Guide to Your Brain and Its Politics*. New York: Penguin, 2009, pp. 77–81.

[40](#) Ver Theodor W. Adorno, “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista” [1951], in *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, trad. Verlaine Freitas. São Paulo: Ed. Unesp, 2015, pp. 153–89.

[41](#) Para uma revisão recente da literatura internacional sobre “brasilianização” que a põe em diálogo com o que se escreveu no Brasil sobre o mesmo tema, ver Alex Hochuli, “The Brazilianization of the World”. *American Affairs*, v. 5, n. 2, 2021.

[42](#) T. Adorno, “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista”, op. cit., p. 136.

[43](#) Alberto Toscano, “Notes on Late Fascism”. *Historical Materialism* (blog), 2 abr. 2017 (grifos no original).

[44](#) Bruno Latour, *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*, trad. Marcela Vieira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 10.

Capítulo 2

[1](#) Para aqueles cuja memória não está mais tão fresca, as hipotecas *subprime* – empréstimos hipotecários de alto risco concedidos a indivíduos com baixas avaliações de crédito que eram negociados como parte de títulos financeiros cujo sucesso entre os especuladores alimentou a bolha do mercado imobiliário dos Estados Unidos durante a primeira década deste século – foram o núcleo atômico de onde a crise de 2008 irradiou para o resto da economia mundial. Quando o setor imobiliário estadunidense desacelerou bruscamente, tornando impossível o refinanciamento dos empréstimos existentes e causando uma onda de inadimplência, o valor dos títulos financeiros garantidos por hipotecas evaporou, abrindo um abismo sob os pés de um mercado inundado deles.

[2](#) A figura do zumbi tornou-se tão onipresente na cultura e no debate político pós-2008 que gerou sua própria pequena indústria de comentários tentando explicar essa ubiquidade. Como sugeriu um desses comentaristas, talvez o sucesso dos zumbis seja menos uma questão de expressar medos inconscientes do que de oferecer um retrato da existência cotidiana da maioria das pessoas. Ver Chuck Klosterman, “My Zombie, Myself: Why Modern Life Feels Rather Undead”. *The New York Times*, 3 dez. 2010. Ver ainda: Chris Harman, *Zombie Capitalism: Global Crisis and the Relevance of Marx*. Chicago: Haymarket, 2009; “Life in Limbo?”. *Turbulence: Ideas for Movement*, n. 5, 2009, pp. 3–7; Jamie Peck, “Zombie Neoliberalism and the Ambidextrous State”. *Theoretical Criminology*, v. 13, n. 1, 2010, pp. 104–10; Colin Crouch, *The Strange Non-Death of Neoliberalism*. Cambridge: Polity, 2011; Evan Calder Williams, *Combined and Uneven Apocalypse: Luciferian Marxism*. Winchester/Washington: Zero Books, 2011; Mark Fisher, “How to Kill a Zombie: Strategizing the End of Neoliberalism”. *OpenDemocracy*, 18 jul. 2013; e, mais recentemente, Stephanie Borges, “Nosso apocalipse zumbi”. *Serrote em Quarentena*, 2020; Paul Krugman, *Arguing with Zombies: Economics, Politics, and the Fight for a Better Future*. New York: W. W. Norton, 2021.

[3](#) Para uma análise detalhada (e exasperante) do pacote de resgate estadunidense, ver Robert Brenner, “Escalating Plunder”. *New Left Review*, n. 123, 2020.

[4](#) Will Davies, “The New Neoliberalism”. *New Left Review*, n. 101, 2016, pp. 121–34.

[5](#) Michel Foucault, *O nascimento da biopolítica* [1979], trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 30.

[6](#) Sombrio não apenas porque demonstra que muitos já internalizaram a ideia de que o governo pode deixar a população morrer se o custo de intervir for muito alto, mas também porque habitua e dessensibiliza para experiências futuras. Como vimos, países como o Brasil já conseguem conviver facilmente com mortes diárias na casa do milhar. Mas como especulou Ulrich Beck décadas atrás, talvez gerações futuras estejam acostumadas a ponto de viver normalmente durante uma pandemia. Ver Ulrich Beck, *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade* [1986], trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 102.

[7](#) É preciso cuidado, contudo, para não transformar essa na única causa, nem supor que todo o crescimento se deu entre os beneficiários diretos do programa. Ver Afonso Benites e Felipe Betim, “Jairo Nicolau: ‘Bolsonaro é uma liderança inequívoca. É um Lula da direita’”. *El País Brasil*, 27 set. 2020. É preciso cuidado, ainda, para não patologizar ou condenar moralmente esse fenômeno – que parte da esquerda, de forma tristemente sintomática, interpretou como sinal de um déficit de cidadania que faz com que os mais pobres “votem em quem lhes dá dinheiro”. O equívoco aqui é duplo: confundir aprovação com intenção de voto; e tratar como aberrante um comportamento que não só é perfeitamente racional (uma resposta positiva a uma medida de impacto positivo), como reage a uma política que deveria ser apoiada independentemente de qual seja o governo.

[8](#) Ver, por exemplo, Déborah Danowski, *Negacionismos*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

[9](#) Ver Naomi Oreskes e Eric Conway, *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*. London: Bloomsbury, 2010.

[10](#) Este é, resumidamente, o mito fundador da seita/teoria da conspiração QAnon, cujos membros, que participaram da invasão do Capitólio, nos Estados Unidos, no início de janeiro, acreditavam estar vivenciando o Grande Despertar que seu misterioso líder – um ou mais anônimos que postam sob o pseudônimo “Q” em fóruns de internet – havia profetizado. O “Grande Despertar”, ou “Tempestade”, seria o momento em que Trump revelaria essa grande conspiração mundial, prenderia seus líderes e seria reconduzido pelos militares à Presidência. Enquanto Trump incorporava cada vez mais acenos ao QAnon em seu discurso, alguns republicanos foram ainda mais explícitos na adesão ao movimento, com pelo menos um caso de sucesso no nível federal: a deputada Marjorie Taylor Greene, da Geórgia.

[11](#) Louis Althusser, *Aparelhos ideológicos de Estado* [1970], trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 86.

[12](#) Ruth Wilson Gilmore, “Terror Austerity Gender Excess Theater”, in Robert Gooding-Williams (org.), *Reading Rodney King/Reading Urban Uprising*. New York: Routledge, 1993, p. 27.

[13](#) Ver Theodor Adorno, “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista” [1951], in *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, trad. Verlaine Freitas. São Paulo: Ed. Unesp, 2007, pp. 153–89.

Capítulo 3

- [1](#) J. M. Berger, “Trump Is the Glue That Binds the Far Right”. *The Atlantic*, 29 out. 2018.
- [2](#) Whitney Phillips, *This Is Why We Can't Have Nice Things: Mapping the Relationship between Online Trolling and Mainstream Culture*. Cambridge: mit Press, 2015.
- [3](#) Ver Gregory Bateson, “A Theory of Play and Fantasy”, in *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine, 1972, pp. 177–93.
- [4](#) Ver Dorian Lynskey, “The Rise and Fall of Milo Yiannopoulos: How a Shallow Actor Played the Bad Guy for Money”. *The Guardian*, 21 fev. 2017.
- [5](#) Retomo esse ponto em mais detalhes no capítulo 5.
- [6](#) Anna Virginia Balloussier, “Alvim é parte de um governo que flerta com ideias fascistas, diz pesquisador”. *Folha de S.Paulo*, 17 jan. 2020. O exemplo vem de cima, é claro: ver Rudolfo Lago, Edson Sardinha e Vanessa Lippelt, “Onze vezes em que o bolsonarismo flertou com o nazismo”. *Congresso em Foco*, 13 fev. 2022.

Capítulo 4

- [1](#) Sobre o bolsonarismo popular, ver Matthew A. Richmond, “Understanding ‘Bolsonarismo popular’”. *The Sociological Review*, 27 out. 2018.
- [2](#) Para uma análise mais detalhada dessas figuras, ver o capítulo 1.
- [3](#) Verónica Gago, *A razão neoliberal: Economias barrocas e pragmática popular* [2015], trad. Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2018.
- [4](#) Ver Lauren Berlant, *Cruel Optimism*. Durham: Duke University Press, 2011.
- [5](#) Ver Nicholas Carnes e Noam Lupu, “It’s Time to Bust the Myth: Most Trump Voters Were Not Working Class”. *The Washington Post*, 5 jun. 2017; Thomas Ogorzalek, Luisa Godinez Puig e Spencer Piston, “White Trump Voters Are Richer Than They Appear”. *The Washington Post*, 13 nov. 2019.
- [6](#) A edição brasileira traduz “lower-upper-middle-class” como “faixa inferior da classe média alta”, o que perde o paradoxo deliberado do termo. Ver George Orwell, *O caminho para Wigan Pier* [1937], trad. Isa Maria Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- [7](#) Numa economia altamente financializada, “[o] principal fator determinante da desigualdade não é mais a relação de emprego, mas antes a capacidade de comprar ativos cuja apreciação é mais veloz que a inflação e os salários. [...] Naturalmente, a renda salarial permanece vitalmente importante para muitas pessoas como maneira de acessar bens de subsistência, mas o importante é que, por si só, ela serve cada vez menos como base para aquilo que a maioria das pessoas consideraria uma vida de classe média”. Lisa Adkins, Melinda Cooper e Martijn Konings, *The Asset Economy: Property Ownership and the Logic of Inequality*. Cambridge: Polity, 2020, p. 5.
- [8](#) Corey Robin, *The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Donald Trump*. Oxford: Oxford University Press, 2018; W. E. B. Du Bois, *Black Reconstruction in America: 1860–1880* [1935]. New York: Free Press, 1998.

[9](#) É interessante observar que o discurso da extrema direita oferece o alívio de uma desculpabilização individual – o insucesso, que normalmente seria responsabilidade do próprio indivíduo, neste caso não o é – sem, no entanto, reconhecer a ação das estruturas sociais sobre nossas vidas. O que as teorias da conspiração fazem é atribuir personalidade e intencionalidade às forças impessoais que condicionam as trajetórias pessoais: se você falhou, não é porque o sistema distribui as oportunidades de maneira desigual, mas porque alguns agentes específicos assim o desejaram. Desse modo, a demanda por justiça acaba por equivaler à demanda pela “igualdade” de um mercado idealizado, livre da ação nefasta de sujeitos mais ou menos ocultos.

[10](#) A organização paramilitar não necessariamente desaparece, mas é, por assim dizer, “terceirizada” – e, em casos como o do Brasil, constitui-se ela mesma como atividade empresarial. No fim, é preciso reconhecer que nem mesmo as formas de organização da extrema direita escaparam incólumes às transformações impostas pela revolução neoliberal.

[11](#) Leo Löwenthal e Norbert Guterman, *Prophets of Deceit: A Study of the Techniques of the American Agitator*. New York: Harper & Brothers, 1949, p. 129. O livro foi republicado pela editora anglo-americana Verso em 2021.

[12](#) *Ibid.*, p. 21.

[13](#) Rick Perlstein, “The Long Con: Mail-Order Conservatism”. *The Baffler*, n. 21, nov. 2012. Neste ponto, é interessante lembrar que, afóra a defesa dos interesses corporativos da caserna, a atuação do deputado Jair Bolsonaro praticamente se resumia à militância por curas milagrosas como o nióbio, o grafeno e a fosfoetanolamina, a chamada “pílula do câncer”, que foi objeto de um dos dois únicos projetos de lei aprovados por ele em três décadas, posteriormente barrado pelo stf por atropelar as atribuições da Anvisa. Quem observou de perto os protestos pró-impeachment em 2015 lembrará que faixas de apoio ao PL 4639/2016, que legalizava o uso da pílula, integravam o heterogêneo pacote de demandas dos manifestantes.

[14](#) *Ibid.*

[15](#) Joseph Schumpeter, *Capitalismo, socialismo e democracia* [1942], trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, pp. 106 e 166.

[16](#) Friedrich Hayek, *Direito, legislação e liberdade, vol. ii: A miragem da justiça social* [1976], trad. Henry Maksoud. São Paulo: Visão, 1985, p. 140.

[17](#) Num artigo clássico, os antropólogos Jean e John Comaroff descrevem os esquemas de pirâmide como “o capitalismo de cassino para pessoas que não possuem o capital fiscal ou cultural para [...] apostar em mercados mais convencionais”. Em outras palavras, uma espécie de Dow Jones dos pobres – ou da lumpen-elite. Jean Comaroff e John L. Comaroff, “Millennial Capitalism: First Thoughts on a Second Coming”. *Public Culture*, v. 12, n. 2, p. 313, 2000. A antropóloga Leticia Cesarino recentemente usou a observação dos Comaroff sobre a proliferação desse tipo de esquema para analisar o empreendedorismo em torno do “tratamento precoce”. Ver Leticia Cesarino, “Tratamento precoce: Negacionismo ou *Alt-science*?”. *Blog do Labemus*, 27 jul. 2021.

[18](#) O Fyre Festival, um evento musical de luxo marcado para acontecer em 2017 numa ilha nas Bahamas, tornou-se um caso exemplar da intersecção entre mercado financeiro, cultura dos influenciadores e fraude: sua propaganda inicial foi tão bem-sucedida que acabou comprometendo os organizadores, que não tinham nenhuma experiência com eventos do gênero, com uma série de promessas publicitárias que eles tampouco tinham qualquer condição de manter. O resultado foi um desastre para as aproximadamente quinhentas pessoas que viajaram até a ilha, dúzias de processos legais, a prisão de um dos promotores e dois documentários.

[19](#) Um cruzamento literal das duas economias é a tendência recente de contratar influenciadores digitais para promover criptomoedas, criando pequenas bolhas para o benefício dos investidores iniciais – uma prática comum no mercado de ações, conhecida como *pump and dump* (inflar e largar).

[20](#) Essa impressão se confirma com a explosão recente de programas de tv, tanto ficcionais quanto documentais, que abordam casos notórios de fraude ocorridos nos últimos anos, como aqueles envolvendo as empresas WeWork, Theranos e LuLaRoe, ou o da falsa milionária Anna Sorokin. Se no capítulo 2 falávamos da ubiquidade dos zumbis no imaginário da última década, talvez agora estejamos vendo os mortos-vivos perderem terreno para os falsários.

Capítulo 5

[1](#) Ver Gregory Bateson, *Naven: A Survey of the Problems Suggested by a Composite Picture of the Culture of a New Guinea Tribe Drawn from Three Points of View*. Cambridge: Cambridge University Press: 1936, pp. 176–87. Bateson diferenciava “cismogênese simétrica” (em que cada grupo responde com um comportamento equivalente) e “complementar” (os grupos encarnam comportamentos que se complementam), mas reconhecia que a distinção não é sempre evidente, e relações de um tipo contêm elementos do outro. Curiosamente, são poucos ainda os que parecem ter notado como o pensamento do autor inglês pode iluminar questões atuais. Uma exceção é a antropóloga Leticia Cesarino, da qual destaco o artigo “Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: Uma explicação cibernética”. *Ilha*, v. 23, n. 1, 2021, pp. 73–96.

[2](#) Keith T. Poole e Howard Rosenthal, “The Polarization of American Politics”. *The Journal of Politics*, v. 46, n. 4, 1984, p. 1061.

[3](#) *Ibid.*

[4](#) Nolan McCarty, Keith T. Poole e Howard Rosenthal, *Polarized America: The Dance of Ideology and Unequal Riches*. Cambridge/London: mit Press, 2006.

[5](#) “Political Polarization in the American Public” [relatório]. *Pew Research Center*. Washington, D.C., 12 jun. 2014.

[6](#) Thomas E. Mann e Norman J. Ornstein, “Let’s Just Say It: The Republicans Are the Problem”. *Washington Post*, 27 abr. 2012.

[7](#) Eleonora de Lucena, “Nova direita surgiu após junho, diz filósofo”. *Folha de S.Paulo*, 31 out. 2014. Ver também Fabrício Brugnago e Vera Chaia, “A nova polarização política nas eleições de 2014: Radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook”. *Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política*. v. 7, n. 21, 2015, pp. 99–129.

[8](#) Há também quem negue o diagnóstico da polarização: ver Morris P. Fiorina, Samuel J. Abrams e Jeremy C. Pope, *Culture War? The Myth of a Polarized America*. New York: Longman, 2004.

[9](#) Ver James Davison Hunter, *Culture Wars: The Struggle to Define America*. New York: Basic Books, 1991.

[10](#) Pablo Ortellado, “Guerras culturais no Brasil”. *Le Monde Diplomatique – Brasil*, n. 89, 1º dez. 2014.

[11](#) Ibid.

[12](#) Ibid.

[13](#) Yascha Mounk, “How Labour Lost the Culture War”. *The Atlantic*, 13 dez. 2019.

[14](#) A *welfare queen*, mulher (normalmente) negra que vive à custa de benefícios, foi uma figura retórica fundamental na transformação da percepção pública da seguridade social nos Estados Unidos. Ver Ange-Marie Hancock, *The Politics of Disgust: The Public Identity of the Welfare Queen*. New York: New York University Press, 2004; Josh Levin, *The Queen: The Forgotten Life Behind an American Myth*. New York: Little, Brown and Company, 2019. Conforme observo no capítulo 1, “mamata” é o termo que, aplicando-se tanto à corrupção e às regalias do alto funcionalismo quanto às cotas raciais nas universidades e às medidas de proteção contra a homofobia, estabelece a confusão entre *direitos* e *privilégios* que é central à retórica da extrema direita.

[15](#) Michael Kazin, *The Populist Persuasion: An American History*. Ithaca: Cornell University Press, 1995, p. 224.

[16](#) Stuart Hall, “The Great Moving Right Show”. *Marxism Today*, jan. 1979, pp. 14–20.

[17](#) Melinda Cooper, *Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. Cambridge: MIT Press, 2017.

[18](#) Wendy Brown, *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente*, trad. Mario Marino e Eduardo Camargo Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

[19](#) Nancy Fraser, “Do neoliberalismo progressista a Trump – e além”, trad. Paulo S. C. Neves. *Política e Sociedade*, v. 17, n. 40, 2018, pp. 46–47.

[20](#) Para parte da classe média brasileira, por exemplo, as perdas sofridas por conta da inflação de serviços decorrente da ascensão da classe C transformar-se-iam em ódio de classe e revolta contra o pt. Sobre a inflação de serviços, ver Laura Carvalho, *Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018, pp. 46–49.

[21](#) A crença de que o antiglobalismo representaria uma descontinuidade com o neoliberalismo denota uma fé exagerada no discurso e uma falta de atenção à prática tanto dos novos governos de direita quanto dos ideólogos neoliberais, que nunca se furtaram de estruturas regulatórias ou medidas protecionistas quando conveniente. Ao contrário do que afirma uma opinião ainda bastante difundida, o ultraliberalismo de Paulo Guedes não faz do governo Bolsonaro uma exceção entre seus pares. Ver Quinn Slobodian e Sören Brandes, “From Neoliberal Globalism to Neoliberal Nationalism: An Interview with Quinn Slobodian”. *Ephemeris*, v. 19, n. 3, 2019, pp. 641–49.

[22](#) Esta questão é retomada em detalhes no capítulo 7.

[23](#) Um ponto cego notável no discurso da ciência política estadunidense é que, comparado a lugares como a Europa e a América Latina, o espectro partidário dos Estados Unidos sempre foi relativamente restrito. A ausência de um grande partido socialista ou social-democrata clássico ajuda a explicar por que, ao contrário até mesmo do Brasil, o país mais rico do último século jamais tentou criar um sistema de saúde público universal. Comparativamente, o centro da política estadunidense sempre foi assimétrico, tendendo mais à direita que em outras partes do mundo.

[24](#) Antes pelo contrário: diferentemente de crises epocais anteriores, como a dos anos 1930 (que levou ao contrato social keynesiano) e a dos anos 1970 (que resultou na hegemonia neoliberal), a de 2008 foi usada como pretexto para *aprofundar*, em vez de corrigir, os próprios mecanismos que a causaram.

[25](#) Embora longe de ser unanimidade, a versão mais influente do discurso sobre o “populismo de esquerda” seria aquela articulada sob a influência de Laclau e Mouffe.

Ver Ernesto Laclau, *A razão populista* [2005]. São Paulo: Três Estrelas, 2013; Chantal Mouffe, *Por um populismo de esquerda* [2018]. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

[26](#) Rodrigo Nunes, “Junho de 2013 aconteceu, mas não teve lugar”. *ihu Online – Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 524, 2018, p. 18.

[27](#) Ver Eliane Brum, “Acima dos muros”. *El País Brasil*, 28 mar. 2016.

[28](#) A oposição entre esses dois grupos foi, aliás, outro exemplo perfeito de polarização cismogênica: ao reduzir todas as questões políticas a uma só (“foi ou não foi golpe?”), ambos simultaneamente consolidavam suas identidades e projetavam um espaço totalmente bipartido no qual as pessoas deviam se situar (a pergunta admitia apenas uma resposta binária, não era permitido sugerir que havia outras mais importantes).

[29](#) Marcos Lisboa, “Descontrole”. *Folha de S.Paulo*, 1 dez. 2019.

[30](#) Tomo a expressão emprestada de Samuel Pessoa em “A crise atual”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 102, 2015.

[31](#) O que ocorreu nesse período de 2015–16 foi, contudo, a *precipitação* de um deslocamento à direita que vinha acontecendo lentamente havia bem mais tempo, com recuos cada vez mais pronunciados do pt; sobre isso, ver o capítulo 1. O episódio do “kit gay” em 2011, que voltaria à baila durante as eleições de 2018 com o boato da célebre mamadeira supostamente distribuída às escolas infantis pelo Ministério da Educação na gestão Fernando Haddad, foi um marco não só desse processo, como da consolidação das “guerras culturais” no Brasil.

[32](#) Esse argumento, comum entre “conservadores” e “centristas”, tem uma notória versão de esquerda em: Angela Nagle, *Kill All Normies: Online Culture Wars from 4chan and Tumblr to Trump and the Alt-Right*. Alresford: Zero Books, 2017. Divirjo da crítica de Nagle em dois pontos. Primeiro, ela equipara identitarismo a ativismo “identitário”, sem perceber que se trata de um fenômeno mais amplo. Segundo, ela atribui peso explicativo excessivo à atuação online dos *social justice warriors*, minimizando dinâmicas sociais mais amplas. Esse problema fica claro num ponto-chave: ao apresentar a *alt-right* como produto da radicalização de uma “esquerda identitária” que teria “exagerado”, ela ignora que aquilo que conta como “exagero” varia socialmente. Assim como o mundo não está dividido entre pessoas integralmente preconceituosas e pessoas integralmente não preconceituosas, atitudes preconceituosas estão distribuídas de modo desigual numa sociedade; quanto mais tendências preconceituosas uma pessoa tiver, mais baixo seu limiar de tolerância, a ponto de que a simples visibilidade do outro (gay, trans, feminista...) possa ser experimentada como “exagero” e disparar um processo cismogênico. Dito de outro modo: o fato de que alguém sinta que o outro “exagera” não significa necessariamente que o outro tenha de fato exagerado.

[33](#) É importante observar que, apesar da popularidade e do apelo intuitivo desses conceitos, uma quantidade razoável de estudos critica sua definição vaga e a ausência de evidência empírica conclusiva a seu respeito. Ver, por exemplo, Axel Bruns, “Filter Bubble”. *Internet Policy Review*, v. 8, n. 4, 2019. Embora esteja de acordo que o peso explicativo excessivo atribuído a esses mecanismos acabe desviando a atenção de processos sociais mais amplos responsáveis pela polarização política que encontramos hoje – como, aliás, já indiquei na discussão sobre negacionismo no capítulo 2 –, também compartilho da opinião de Huw C. Davies de que a dificuldade de encontrar evidências empíricas deriva da tentativa de identificar um processo que seria *exclusivamente* técnico em vez de uma “recursão sócio-técnica” (isto é, um processo de retroalimentação entre técnica e cultura, classe, e vida social). Ver Huw C. Davies, “Redefining Filter Bubbles as (Escapable) Socio-Technical Recursion”. *Sociological Research Online*, v. 23, n. 3, pp. 637–54.

[34](#) Um marco histórico nesse sentido foi a modificação, em 1995, da cláusula iv da constituição do Partido Trabalhista britânico, que estabelecia um compromisso com a busca da “propriedade comum dos meios de produção, distribuição e troca”.

[35](#) Conforme aponto no próximo capítulo, é notável que as duas imagens mais importantes na iconografia da esquerda brasileiras dos últimos anos sejam fotos de Dilma e Lula na década de 1970.

[36](#) A ideia de que a polarização é produto da carga afetiva associada a identidades mais que de questões de política pública é explorada em Lilliana Mason, *Uncivil Agreement: How Politics Became Our Identity*. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

[37](#) Ao supor que todos estão igualmente investidos em manter uma identidade política coerente, a esquerda frequentemente superestima a solidez das escolhas alheias, projetando uma visão de mundo completa por trás delas. Mas é perfeitamente possível, por exemplo, que uma pessoa seja contra a homofobia e eleitor de Bolsonaro; basta que a oposição à homofobia tenha para ela menos peso que outros fatores que sustentam sua opção eleitoral.

[38](#) Aquilo que Przeworski chamou de “vale transicional” é um problema fundamental para qualquer projeto político: para a maioria das pessoas, não basta que esse projeto pareça de seu interesse, é preciso que a transição que ele exige não seja demasiado longa e custosa. Ver Adam Przeworski, *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, pp. 176–77; Erik Olin Wright, *Envisioning Real Utopias*. London: Verso, 2010, pp. 308–65.

[39](#) Ver Laura Marsh, “The Flaws of the Overton Window Theory”. *The New Republic*, 27 out. 2016; Derek Robertson, “How an Obscure Conservative Theory Became the Trump Era’s Go-to Nerd Phrase”. *Político*, 25 fev. 2018.

Capítulo 6

[1](#) Maurício Gomes Leite apud Eduardo Scorel, “O massacre de maio”. *Piauí*, n. 128, mai. 2017.

[2](#) Na feliz expressão de Celso Rocha de Barros, “O Brasil e a recessão democrática”. *Piauí*, n. 139, 2018. A diretora Petra Costa também a emprega no filme *Democracia em vertigem*.

[3](#) A série O mecanismo, criada por José Padilha, oferece uma ficcionalização política e artisticamente primária da Operação Lava Jato. Quando Sergio Moro assumiu o cargo de ministro da Justiça do governo Bolsonaro, o diretor reconheceu o equívoco de tê-la retratado como uma operação idealista e imparcial. Ver José Padilha, “O ministro antiFalcone”. *Folha de S. Paulo*, 16 abr. 2019.

[4](#) Dois filmes que escapam parcialmente a essa tendência são *O muro*, que dirige um olhar às mobilizações de rua contra e a favor do impeachment, e *Já vimos esse filme*, cujo ponto de vista é mais “periférico” – tanto por se situar fora dos centros de poder em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro (foi rodado em Porto Alegre), quanto por ser o único que faz algum esforço de registrar o que estava acontecendo fora da polarização entre apoiadores e opositores do pt.

[5](#) Aristides Lobo, “Carta ao *Diário Popular de São Paulo*”, 18 nov. 1889, apud Leôncio Basbaum, *História sincera da República: De 1889 a 1930* [1958]. São Paulo: Fulgor, 1968, p. 18. Essa passagem inspirou um estudo clássico sobre a falta de participação política na Primeira República; ver José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* [1987]. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[6](#) Muito se falou e escreveu sobre esses acontecimentos e seu impacto na política brasileira. Para uma visão geral, remeto o leitor a André Singer, “Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 97, 2013, pp. 23–40; e a Rodrigo Nunes (org.), “Brésil: L’Année qui ne s’achève pas” [dossiê especial]. *Les Temps Modernes*, n. 678, 2014, pp. 3–147.

[7](#) A família da diretora também é proprietária de uma das maiores construtoras do país, implicada no escândalo da Lava Jato – uma conexão que o filme explora tanto em termos de material para o roteiro quanto pelo que garante de acesso aos bastidores do poder.

[8](#) Para deixar a situação mais insólita, Jair Bolsonaro posteriormente tuitaria esse trecho de *O processo* como se fosse um vídeo vazado diretamente do quartel-general da conspiração comunista, causando um rebuliço entre seus seguidores.

[9](#) Para um esforço coletivo a fim de dar sentido a essas dinâmicas, ver Juan Grigera et al., “The Long Brazilian Crisis: A Forum”. *Historical Materialism*, v. 27, n. 2, 2019, pp. 59–121.

[10](#) Laura Carvalho, *Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

[11](#) Antonia Campos sugere que *Democracia em vertigem* seja visto como uma “incursão antropológica na subjetividade de um segmento social específico que viu na eleição de Lula e Dilma o coroamento de um processo doloroso de lutas democráticas e na sua remoção do poder o fim da democracia”. Por mais que “de fato o pt e a redemocratização [sejam] produtos de lutas” e sua destituição tenha sido resultado de manobras antidemocráticas, o problema é que esse setor tem uma perspectiva muito limitada da realidade “e por isso não entende direito a experiência de uma parte enorme da população que assiste sem grande empatia o processo”. Antonia Campos, “*Democracia em vertigem*: Um ‘sonho curto’ de um segmento social”. *Blog da Veneta*, 24 jun. 2019.

[12](#) Sérgio Martins observou a mesma tendência na pintura brasileira do período. Sérgio Martins, *Constructing an Avant-Garde: Art in Brazil, 1949–1979*. Cambridge: MIT Press, 2013, pp. 99–101.

[13](#) Ver a análise de Spivak sobre o jogo entre *Vertretung* e *Darstellung* n’*O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, de Marx. Gayatri Chakravorty Spivak, *Pode o subalterno falar?* [2008], trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

[14](#) Karl Marx, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* [1852], trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 142.

[15](#) Glauber Rocha, “Positif 67” [entrevista a Michel Ciment], in *A revolução do cinema novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 118. Essa ausência de sentido tem a ver com o caráter isolado do gesto, não com uma condenação à violência. Glauber depois acrescenta que, num primeiro momento, Martins “não pode aceitar a violência, por ser impotente, não tem organização para isso”, mas que “no momento de sua morte, ele sabe que a violência é o caminho da revolução.” *Ibid.*, p. 120.

[16](#) *Ibid.*, “Uma filosofia como autobiografia 70” [entrevista a Lino Michiché], p. 241.

[17](#) *Ibid.*, “Cahiers du Cinéma 69”, p. 195.

[18](#) Ibid., “O transe da América Latina 69” [entrevista a Federico de Cárdenas e René Capriles], p. 173. Na mesma entrevista, Glauber ainda afirma: “Fiz *Terra em transe* com a aspiração de que fosse uma bomba. Lançada com toda intenção. Atacando os preconceitos de uma esquerda acadêmica, conservadora, a que reagiu contra o filme de uma forma neurótica, e isto foi positivo”, p. 171.

[19](#) Ver André Singer, *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 169–221.

[20](#) Rosa Luxemburgo, *A Revolução Russa*, trad. Isabel Loureiro. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017, p. 46

Capítulo 7

[1](#) Ver Michel Foucault, *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975–1976)* [1976]. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 10.

[2](#) Id., “O que é a crítica?” [1978], in *O que é a crítica? Seguido de A cultura de si*. São Paulo: Texto e Grafia, 2017.

[3](#) Gilles Deleuze e Félix Guattari, “Maio de 68 não ocorreu” [1984]. *Trágica*, v. 8, n. 1, 2015, pp. 119–21.

[4](#) Mais uma vez, é importante sublinhar que negar a alguns agentes o poder de controlar tudo desde as sombras não implica sugerir que eles não tenham qualquer influência. Essa relativização só pode ser descrita como “minimizando” sua importância se o papel que se atribui a esses agentes é, na verdade, *máximo*.

[5](#) Ao contrário do que se costuma pensar, o *bailout* não foi um evento pontual, mas se estendeu ao longo de toda a década passada: de 2010 até o início de 2020, os quatro maiores bancos centrais do mundo injetaram mais de US\$ 10 trilhões no sistema financeiro internacional por meio da compra de títulos, “imprimindo” dinheiro eletrônico para emprestá-lo a bancos e instituições financeiras. Esse tipo de intervenção já vinha crescendo novamente desde antes da pandemia, levando alguns observadores a se perguntar se as políticas de *quantitative easing* haviam se tornado um dado permanente da economia mundial.

[6](#) Que a crise do centrismo começasse pela esquerda não tem nada de surpreendente: enquanto da direita se espera uma aliança natural com o capital, é a esquerda que aparece como traidora ou hipócrita quando abraça valores, aliados e políticas historicamente associados com seus adversários.

[7](#) Isso deixa claro que situar a crise econômica como elemento-chave da conjuntura em que esse ciclo se desenrola não implica qualquer determinismo econômico mecanicista. Não se trata de supor que a mudança das condições econômicas implique automaticamente a ocorrência de revoltas sociais, e sim de percebê-la como componente de uma conjuntura mais ampla capaz de funcionar como causa estrutural de revoltas mesmo em lugares onde as condições econômicas não foram prontamente afetadas, como o Brasil.

[8](#) Emprego o termo no sentido que lhe dá Jessé Souza em *Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. ufmg, 2012.

[9](#) O esforço mais importante no sentido de captar as especificidades locais dos diversos Junhos foi o livro de Alana Moraes et al. (org.), *Junho: Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

[10](#) Retomo nos próximos parágrafos elementos da análise proposta no calor da hora em Rodrigo Nunes, “Juin n’est pas fini”. *Les Temps Modernes*, n. 678, 2014, pp. 4–23.

[11](#) O dado sobre as greves é do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), cuja série histórica começa em 1984. Ver Dieese, “Balanço das greves em 2013”. *Estudos e Pesquisas*, n. 79, 2015, p. 2. Confirmando a hipótese de que as pessoas frequentemente protestam não porque as coisas vão mal, mas porque elas vão bem, o Dieese observa que a onda grevista de 2012–15 se deu num cenário de “crescimento econômico, queda da taxa de desemprego, aumento do grau de formalização do trabalho e elevação dos ganhos reais nas negociações coletivas”, o que gerava uma “percepção de futuro [...] de que a segurança proporcionada pelo baixo desemprego deveria permanecer por longo tempo e de que, do ponto de vista dos rendimentos, uma rápida reversão de perdas havia se tornado possível”. Dieese, “Balanço das greves em 2016”. *Estudos e Pesquisas*, n. 84, 2017, p. 28 (modificado). Se isso aparentemente passou despercebido por aquela parcela da esquerda que ainda não entende por que houve protestos em 2013, os patrões não devem ter deixado de notá-lo.

[12](#) Mao Tsé-Tung, *Sobre a prática & Sobre a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 1999, p. 57.

[13](#) É possível, inclusive, dizer que, em alguns sentidos, elas nunca chegaram a se tornar por completo: conforme destacam Camila Rocha e Esther Solano em suas pesquisas sobre o “bolsonarismo popular”, a demanda por oportunidades econômicas e serviços públicos de qualidade entre esse segmento passa por um rechaço de propostas privatizantes e a defesa de um papel mais ativo para o Estado. Ver Camila Rocha e Esther Solano, “Bolsonarismo em crise?”. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020. Esse dado ilustra bem a diferença entre contradição principal e aspecto principal da contradição (e as operações para constituir este último por meio da criação de linhas de antagonismo): as pessoas podem apoiar um projeto político que entendem ser contra seu próprio interesse sob certo aspecto se consideram que ele não é o mais importante. Isso nos leva de volta a um argumento já feito no capítulo 5: quem superestima a consistência das identidades políticas deixa de perceber as gretas por onde seria possível problematizá-las.

[14](#) O costume de atribuir conceitos originais a autores europeus ou estadunidenses faz com que muita gente associe a noção de “poder destituente” ao trabalho de Giorgio Agamben. Ver G. Agamben, *O uso dos corpos*. São Paulo: Boitempo, 2017. Na verdade, sua primeira ocorrência se dá num livro sobre o levante argentino de 2001 que precede o pensador italiano em mais de uma década. Ver Colectivo Situaciones, *19 y 20: Apuntes para el nuevo protagonismo social*. Buenos Aires: De Mano en Mano, 2002.

[15](#) Sobre o debate ocorrido nos Estados Unidos, ver, por exemplo, Judith Butler, “So, What Are the Demands?”. *Occupy Theory, Occupy Strategy*, n. 2, 2012, pp. 8–11.

[16](#) Samuel Pessoa, “A crise atual”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 102, 2015, pp. 5–10. Ver o capítulo 5.

[17](#) Sintomaticamente, talvez Bolsonaro tenha sido o único político famoso de direita que não foi hostilizado em nenhuma manifestação pró-impeachment de que participou.

[18](#) Para uma análise detalhada desta sequência, ver o capítulo 6.

[19](#) Ver, por exemplo: Roberto Schwarz, “Cultura e Política, 1964–1969”, in *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra, 1978, pp. 61–93; Christopher Dunn, “Tropicália: Modernity, Allegory and Counterculture”, in Carlos Basualdo (org.),

Tropicália: A Revolution in Brazilian Culture. São Paulo: Cosac Naify, 2005, pp. 59–78; Ismail Xavier, *Alegorias do subdesenvolvimento: Cinema Novo, Tropicalismo, Cinema Marginal*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

[20](#) Sobre os rolezinhos, ver Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Scalco, “Les Rolezinhos sont bons à penser: Marques, consommation et ségrégation dans la société brésilienne”. *Les Temps Modernes*, n. 678, 2014, pp. 60–72.

[21](#) Ernesto Laclau distingue a lógica populista, que se baseia na construção de identidades coletivas a partir da constituição de uma fronteira antagonica entre um “nós” e um “eles”, daquilo que ele chama de *institucionalismo*, uma lógica que tende ao apagamento do antagonismo em favor da possibilidade de um encadeamento infinito de diferenças (toda e qualquer coisa pode, no limite, ser incluída). Ver Ernesto Laclau, *A razão populista* [2002], trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013, pp. 134–35. Essa distinção permite-nos perceber a tendência da retórica lulista a oscilar entre populismo e institucionalismo, enfatizando o antagonismo quando se dirige à base petista, mas relativizando-o ao falar para fora. O fracasso da manobra discursiva empreendida entre 2013 e o impeachment de Dilma se apresenta, então, como o momento em que essa oscilação chega a seu limite, e a dualidade entre discurso interno e externo não pode mais ser mantida sem que um prejudique o outro. Acuado pelo crescimento do antipetismo, o pt recorre à lógica populista, mas esta é bem-sucedida em galvanizar a militância partidária na mesma proporção que aliena aqueles que o partido tinha logrado atrair com um apelo institucionalista – e o confirma como inimigo aos olhos de quem aderira ao outro lado.

[22](#) Sobre a tensão entre “geração da redemocratização” e “geração de Junho”, e o risco de ver essa tensão transformar-se em simples antagonismo, ver R. Nunes, “Generación, acontecimiento, perspectiva: Pensar el cambio a partir de Brasil”. *Nueva Sociedad*, n. 251, 2014, pp. 42–54.

[23](#) Sobre esse “trauma da organização”, ver R. Nunes, *Nem vertical nem horizontal: Uma teoria da organização política*, trad. Raquel Azevedo. São Paulo: Ubu Editora, no prelo.

[24](#) Além do período de formação do Welfare State entre os anos 1930 e 1950, podemos pensar na tensão saudável entre Unidade Popular e Movimento de Esquerda Revolucionária no Chile (interrompida pelo golpe de 1972) e na competição dura, mas produtiva, entre o Partido Comunista Italiano (pci) e a esquerda extra-parlamentar ao longo dos anos 1970 (interrompida pelo Compromisso Histórico com os Democratas Cristãos e a opção do pci pela repressão). Sobre o Chile, ver Ruy Mauro Marini, “Deux stratégies dans le processus chilien”. *Les Temps Modernes*, n. 341, 1975, pp. 675–706; sobre a Itália, Steve Wright, *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*. London: Pluto, 2002; sobre a anedota rooseveltiana, Mark e Paul Engler, “The ‘Make Me Do It’ Myth”. *Dissent*, 26 fev. 2021.

[25](#) Ver R. Nunes, *Nem vertical nem horizontal*, op. cit.



Guerras e Capital

Lazzarato, Maurizio

9786586497175

432 páginas

[Compre agora e leia](#)

"O capital é um modo de produção na exata medida em que é um modo de destruição", afirmam os filósofos Éric Alliez e Maurizio Lazzarato neste livro. Para dar conta do atual momento histórico, em que o caráter racista, nacionalista, machista e xenófobo dos novos fascismos redefine desigualdades e acentua polarizações, os autores propõem um experimento ousado: uma espécie de contra-história do capitalismo que toma a relação entre política e guerras como seu eixo. São "guerras", no plural, pois se desdobram em múltiplas dimensões da vida: guerra ecológica, guerra de raças, de gênero, de nacionalidades, guerra contra os estrangeiros, contra as mulheres, contra os indígenas, contra os pobres. Para os autores, o processo de acumulação primitiva do capital implica necessariamente a promoção de guerras civis infinitas, e a matriz comum a elas é a da guerra colonial, "que nunca foi uma guerra entre Estados, mas uma guerra em meio à população e contra ela, na qual nunca foram vigentes distinções entre paz e guerra, entre combatentes e não combatentes, entre o econômico, o político e o militar".

[Compre agora e leia](#)

COLEÇÃO EXPLOSANTE

FRANTZ FANON

ALIENAÇÃO E LIBERDADE

[CAPÍTULO 2 PARTE III]
CURSO DE PSICOPATOLOGIA
SOCIAL E OUTROS TEXTOS

Trecho do livro *Alienação e liberdade* – Escritos psiquiátricos

Fanon, Frantz
9786586497038
32 páginas

[Compre agora e leia](#)

Trecho do livro "Alienação e liberdade – escritos psiquiátricos" contendo o Curso de Psicopatologia Social na Universidade de Túnis, com introdução de Lilia Ben Salem. O curso foi ministrado por Frantz Fanon aos estudantes matriculados no programa dos bacharelados em sociologia e em psicologia na diplomação de psicologia social, ao longo do ano letivo de 1959–60. Ao longo do curso, Fanon comenta sua experiência como psiquiatra no Hospital de Blida, seus conflitos com colegas a respeito dos métodos de intervenção psiquiátrica; os novos métodos, como a socioterapia e a psicoterapia institucional, algo que, na época, era revolucionário. Além de evocar, como não poderia deixar de ser, as relações entre negros e brancos.

[Compre agora e leia](#)

**PELE
NEGRA,
MÁSCARAS
BRANCAS
FRANTZ
FANON**

Pele negra, máscaras brancas

Fanon, Frantz
9786586497182
320 páginas

[Compre agora e leia](#)

Primeiro livro de Frantz Fanon, "Pele negra, máscaras brancas" é um dos textos mais influentes dos movimentos de luta antirracista desde sua publicação, em 1952. Logo de início, se apresenta como uma interpretação psicanalítica da questão negra, tendo como motivação explícita desalienar pessoas negras do complexo de inferioridade que a sociedade branca lhes incute desde a infância. Assim, descortina os mecanismos pelos quais a sociedade colonialista instaura, para além da disparidade econômica e social, a interiorização de uma inferioridade associada à cor da pele – o que o autor chama de "epidermização da inferioridade". Não se compreende a questão negra fora da relação negro-branco. Com erudição, Fanon articula conceitos da filosofia, psicanálise, psiquiatria e antropologia, e autores como Hegel, Sartre, Lacan, Freud e Aimé Césaire (referência literária, intelectual e política que perpassa toda a obra), numa notável linguagem poética, que nos conduz a uma reflexão sobre sua relação com o tema. Um dos principais efeitos da leitura da obra – diz o professor e pesquisador Deivison Faustino no posfácio a esta edição – é fazer leitores e leitoras se descobrirem, seja em sua vulnerabilidade e desamparo, seja angustiados sob a consciência de seus pecados, ou ainda como demônios que impõem sofrimento e dominação a outros, mesmo que a princípio se vejam como anjos. Em um momento de ampliação da luta antirracista e conscientização e incorporação de brancas e brancos a essa luta, este livro continua sendo transformador, em busca de uma sociedade realmente livre e igualitária. A edição da Ubu conta com prefácio de

Grada Kilomba e posfácio do especialista em Fanon Deivison Faustino. Textos escritos especialmente para a edição da Ubu. O livro traz ainda textos do intelectual e ativista Francis Jeanson e do historiador Paul Gilroy. Tradução de Sebastião Nascimento, com colaboração de Raquel Camargo.

[Compre agora e leia](#)

COLEÇÃO EXPLOSANTE

CARLOS MARIGHELLA

CHAMAMENTO
AO POVO
BRASILEIRO

[CAPÍTULO 3 PARTE 1]

Trecho do livro Chamamento ao povo brasileiro

Marighella, Carlos

9786586497045

32 páginas

[Compre agora e leia](#)

Excerto do livro *Chamamento ao povo brasileiro*

Sinopse do volume integral:

Reunião de ensaios, cartas, manifesto e poemas de Carlos Marighella, incluindo textos que só circularam clandestinamente, com nova edição após muitos anos fora de catálogo. Militante comunista desde a juventude, deputado federal constituinte e, depois de romper com o PCB, fundador do maior grupo armado de oposição à ditadura militar – a Ação Libertadora Nacional, Marighella já foi considerado o "inimigo número um" do regime. A ALN chegou a participar de assaltos a bancos, carros-fortes e trem-pagador, e do famoso sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, ainda que seu líder não soubesse da operação. Seus métodos fizeram com que Marighella se tornasse uma das figuras mais controversas da história do Brasil. Wagner Moura filmou a biografia escrita por Mario Magalhães, Marighella, o guerrilheiro que incendiou o mundo. O filme estreou no Festival Internacional de Cinema de Berlim em fevereiro de 2019, e ainda não foi lançado no Brasil. O volume inclui o livro integral *Por que resisti à prisão* (1965); textos de análise política do país e a ruptura com o PCB, escritos sobre a luta armada, incluindo *Frente a frente com a polícia* e *Cartas de Havana*. Alguns dos poemas e sátiras de Marighella podem ser lidos ao longo do livro.

[Compre agora e leia](#)



Bebês e suas mães

Winnicott, Donald Wood

9788571260566

160 páginas

[Compre agora e leia](#)

Coletânea de nove textos do psicanalista e pediatra, Donald Winnicott, especializado no cuidado infantil. O volume traz, ainda, três textos inéditos do autor sobre a relação mãe-bebê, e um prefácio de Maria Rita Kehl. Esta nova tradução conta com conselho técnico formado por Ana Lila Lejarraga, Christian Dunker, Gilberto Safra, Tales Ab'Saber, Leopoldo Fulgencio. Ao longo dos textos, o autor procura encorajar às mães a confiarem em seus instintos nos cuidados de seus bebês. Ele identifica nos primeiros dias e meses da vida do bebê os alicerces do que será sua saúde mental, e reforça a importância do par mãe-bebê, em que há uma espécie de simbiose, para a saúde mental. Entre os termos clássicos cunhados por Winnicott e aqui descritos está o segurar [holding] – como metonímia da forma como a mãe fornece sustentação para que seu filho se torne uma pessoa saudável –, a mãe suficientemente boa – que não é nem onipotente e procura sanar qualquer sofrimento do filho, nem ausente e distante, deixando a criança em desamparo –, e o ambiente facilitador – que propicia tanto o desenvolvimento do bebê quanto as falhas necessárias para a constituição de sua identidade.

[Compre agora e leia](#)

Table of Contents

[Folha de rosto](#)

[Dedicatória](#)

[Introdução](#)

[Capítulo 1 De que Bolsonaro é o nome?](#)

[Capítulo 2 O presente de uma ilusão: Estamos em negação sobre o negacionismo?](#)

[Capítulo 3 Os trolls no poder](#)

[Capítulo 4 Pequenos fascismos, grandes negócios: Bolsonarismo como empreendedorismo](#)

[Capítulo 5 Todo lado tem dois lados: Sobre a ideia de polarização](#)

[Capítulo 6 Do transe à vertigem: Imagens da derrota no cinema brasileiro](#)

[Capítulo 7 Como chegamos aqui? De Junho de 2013 a Bolsonaro](#)

[Fontes dos textos](#)

[Sobre o autor](#)

[Créditos](#)